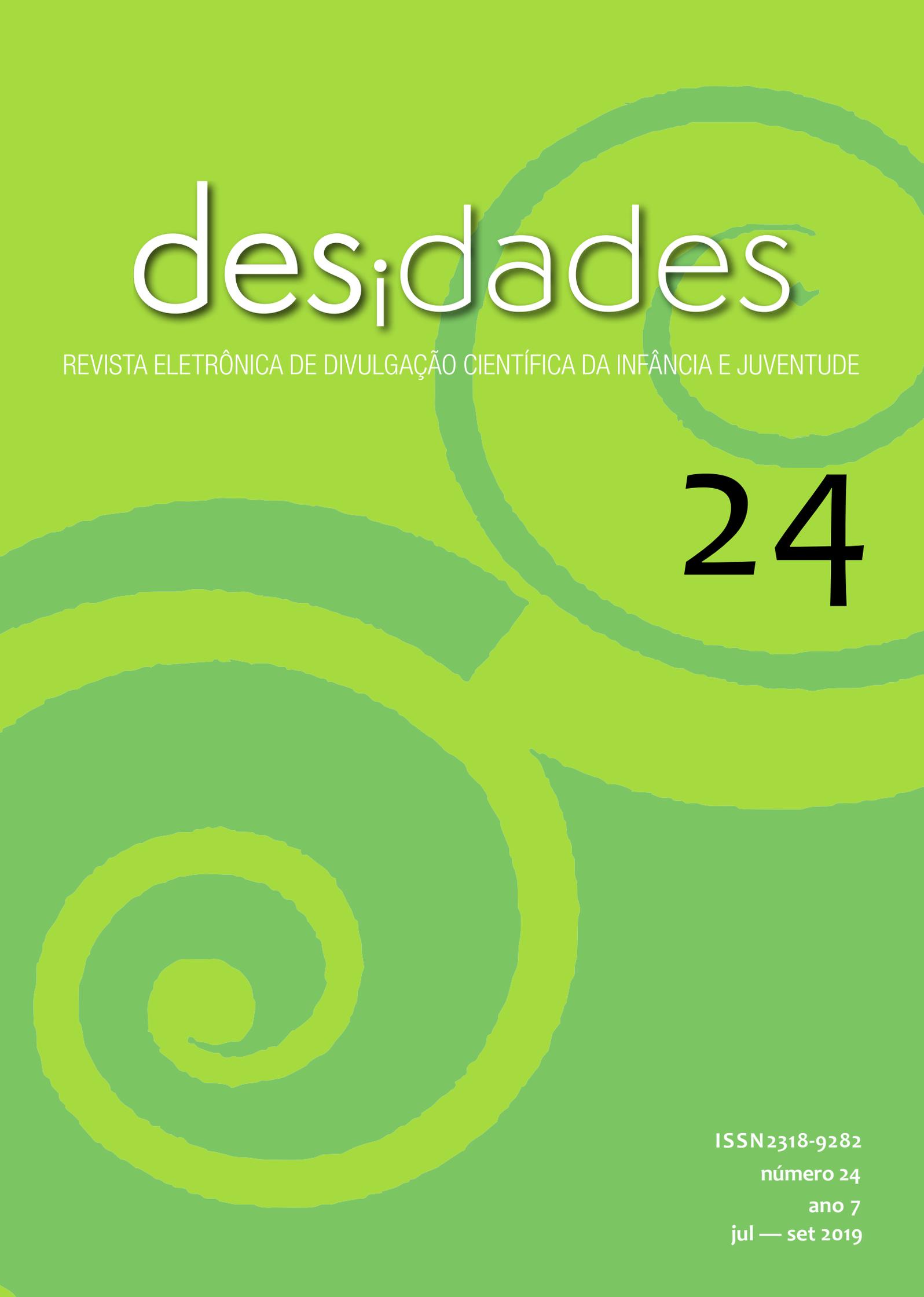


des;idades



REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

24

ISSN2318-9282

número 24

ano 7

jul — set 2019

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



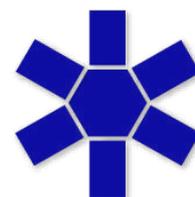
APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Andréa Martello

Paula Uglione

Renata Alves de Paula Monteiro

Renata Tomaz

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Adelaide Rezende de Souza

Ana Paula Oliveira e Silva Carneiro

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Melo

Lis Albuquerque Melo

Luísa Evangelista Vieira Prudêncio

Paula Pimentel Tumolo

Renata Tavares da Silva Guimarães

Sofia Hengen

EQUIPE TÉCNICA

Gabriela Fernandes Castro

Julia Oliveira Moraes

Julia Page

Leticia Rosa Machado

Luana Papelbaum Micmacher

Maria Clara Teldeschi

Maryssol Monteiro Fernandes do Nascimento

Melly Meireles

Michelle Rodrigues Simões

Nahan Rios

Natália Belarmino

Túlio Ferreira Fialho

REVISOR

Welton Pereira e Silva

TRADUTORAS

Flavia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

Sofia Hengen

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Cristina Soares de Gouvea	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Letícia Nascimento	Universidade de São Paulo
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane
Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
María Raquel Macri	Universidad de Buenos Aires
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

índice

EDITORIAL	07
TEMAS EM DESTAQUE	
“Você sabe o que seu filho está fazendo neste momento?” Políticas da última ditadura argentina em torno da infância e da juventude <i>María Florencia Osuna</i>	10
Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina: atualizações e novos horizontes <i>Juliana Siqueira de Lara et al.</i>	18
ESPAÇO ABERTO	
Sintomas do mal-estar na universidade brasileira: onde estamos e para onde vamos? DEBATEDORAS <i>Claudia Andréa Mayorga Borges E Fernanda Costa-Moura</i> MEDIADORA <i>Sabrina Dal Ongaro Savegnago</i>	42
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	
RESENHA	
Masculinidades al andar: experiencias de socialización en la niñez urbana de Neuquén, de Jesús Jaramillo. RESENHA POR <i>Regina Coeli Machado e Silva</i>	60
Juventudes Rurais no Brasil: um estado da arte (2006-2016), de Ana Flávia de Sales Costa e Maria Ignez Costa Moreira. RESENHA POR <i>Michele Castro Caldeira</i>	65
Entre selfies y whatsapps - Oportunidades y riesgos para la infancia y la adolescencia conectada, de Estefanía Jiménez, Maialen Garmendia e Miguel Ángel Casado. RESENHA POR <i>Ana Jorge</i>	70
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	74
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	78

Um dos temas em destaque deste número 24 da Revista DESidades é o artigo *Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina: atualizações e novos horizontes*, fruto do trabalho realizado por pesquisadoras do NIPIAC que atualiza, até 2018, a pesquisa realizada em 2015 pela própria equipe da Revista DESidades, trazendo novos dados sobre o processo de veiculação dos conteúdos acadêmicos e científicos sobre o tema da infância e juventude. Este artigo destaca que tão importante quanto a publicização dos trabalhos acadêmicos em periódicos, é o formato de livro que permite reunir em conjunto vários aspectos sobre um mesmo tema bem como apresentar trabalhos de forma sistemática e minuciosa permitindo uma reflexão e transmissão a longo prazo. Acompanhando a tendência verificada no artigo de aumento na produção de livros e reafirmando nosso papel no contexto editorial latino-americano de dar visibilidade a este tipo de produção editorial, encontram-se neste volume, entre outros assuntos, três resenhas de livros que cobrem aspectos importantes da infância e juventude tais como um levantamento de publicações sobre a juventude rural, a condição nômade de certas infâncias e os efeitos de sua conectividade em um estudo comparativo entre vários países. Tais resenhas reafirmam a potência e a qualidade dos livros e pesquisas realizadas no âmbito Ibero-Latinoamericano, apesar do pouco alcance de público, se comparado com publicações de língua inglesa.

Outro tema em destaque é uma reflexão sobre os valores sociais transmitidos através das políticas de infância e juventude no período da ditadura argentina que encontra hoje uma nova invectiva através do recentemente instalado Servicio Civico Voluntario em Valores que volta a implicar as Forças Armadas nas tarefas de capacitação para o trabalho, treinamento físico e educação. Com o provocativo título “*Você sabe o que seu filho está fazendo neste momento?*” *Políticas da última ditadura argentina em torno da infância e da juventude*, María Florencia Osuna aposta que é possível inscrever este acontecimento numa perspectiva histórica mais ampla onde se estabeleciam laços entre a população e forças de segurança de modo a promover valores ligados à disciplina dos corpos, defesa da Pátria e da família. Artigo excelente por nos permitir refletir sobre um fenômeno que também se apresenta no Brasil através dos projetos de militarização das escolas públicas com o objetivo de promover valores semelhantes.

O Espaço Aberto desta edição conta com a presença da Dra. Fernanda Costa-Moura (UFRJ) e Dra. Claudia Andrea Mayorga (UFMG) refletindo sobre *Os sintomas do Mal-estar na Universidade brasileira: onde estamos e para onde vamos?*, no contexto do ciclo de debates “Subjetividade, Descolonialidade e Universidade”. Nessa mesa as pesquisadoras problematizam os conflitos psíquicos e sociais que rondam as Universidades do Brasil nos atuais tempos de retrocesso e obscurantismo. Pensa-se a condição subjetiva dos estudantes incluídos pelos processos de democratização das universidades, que vivem muitas vezes dilemas que os impedem de se apropriarem do saber desenvolvido na Universidade. Tratam também do tipo de herança que se constitui com as cotas, sociais

e raciais, que forcem a Universidade a repensar seu modo de operar. Defende-se que a ação universitária deva ser mais participativa na sociedade, estando mais próxima de seus problemas, sendo trazido o exemplo de projetos de extensão da UFMG em Brumadinho. Tais ações evidenciam que está ao alcance da Universidade buscar uma maior integração, no sentido de aproximar disciplinas distintas mas necessárias à ação eficaz em um campo ou problema comum. Essa mesa deixa evidente que mesmo diante das mudanças anunciadas e demandadas pelos novos tempos, a Universidade pública brasileira segue sua marcha fortalecendo e preservando a ética de pulsar uma sociedade viva.

Como dito anteriormente, esta edição conta com três resenhas. Sobre *Masculinidades al andar: experiencias de socialización en la niñez urbana* de Neuquén de Jesus Jaramillo, Regina Coeli Machado e Silva nos apresenta um livro que destaca o ato de andar como modo através do qual os meninos tomam consciência de si, constroem sua identidade e entendem seu lugar social. Um relato de uma experiência etnográfica com diversas análises dos elementos implicados na socialização e na formação da masculinidade para todas as crianças de um bairro pobre de uma província na Argentina. O bairro, chamado Toma Norte, é marcado por ocupações (toma) de terrenos do Estado, e a pesquisa destaca como que a masculinidade é entendida como uma construção que emerge das interações sociais em movimento, no cotidiano, e não como um processo de internalização de valores.

Ana Jorge nos traz a resenha de *Entre selfies y whatsapps - Oportunidades y riesgos para la infancia y la adolescencia conectada*, de Estefanía Jiménez, Maialen Garmendia e Miguel Ángel Casado. O livro apresenta um conjunto de artigos que se utilizam dos protocolos de uma rede de pesquisa internacional, a *Global Kids Online*, que considera a experiência de crianças e jovens com os meios digitais como uma dialética entre riscos e oportunidades. Os autores, da Universidade do País Basco, apresentam, segundo Ana, “uma perspectiva internacional e comparada que representa um avanço no conhecimento disponível”. No livro há pesquisas aplicadas em sua maioria em países europeus, principalmente Espanha, mas incluem também Brasil, Chile, Uruguai, Peru, Costa Rica e Colômbia, examinados em capítulos distintos e também de forma comparativa.

Sobre *Juventudes rurales no Brasil: um estado da arte (2006-2016)* de Ana Flávia de Sales Costa e Maria Ignez Costa Moreira, a resenha de Michele Castro Caldeira assinala que o livro representa um esforço dos pesquisadores brasileiros de investigar a juventude em suas diversas formas. Trata-se de uma análise das publicações científicas sobre a temática das juventudes rurais que abrange não apenas o campo das Ciências Humanas e Sociais, mas também o campo das Ciências Agrárias, uma vez que apresentaram trabalhos relevantes sobre o tema. Destaca-se que o trabalho atenta para o risco de, ao considerar a prevalência de trabalhos acadêmicos sobre a juventude urbana, tomá-la como modelo de juventude quando na verdade elas são plurais.

Por mais que tenhamos nos livros um apoio consistente do ponto de vista metodológico e conceitual, a função de um periódico é justamente a de trazer uma atualização recente,

periódica, do estado de coisas de um campo. Tal esforço de levantamento bibliográfico encontrado neste volume busca retratar de forma ampla o campo das publicações sobre infância e juventude que nos permita, acima de tudo, pensar estratégias para ampliação de seu alcance.

Boa leitura!

Andréa Martello
EDITORA ASSOCIADA



IMAGEM: PxHere

“Você sabe o que seu filho está fazendo neste momento?”

Políticas da última ditadura argentina em torno da infância e da juventude

María Florencia Osuna

A história e a memória da última ditadura argentina, marcada substancialmente pelo assassinato e o desaparecimento planejado de milhares de pessoas, é parte central do campo de estudos da chamada história recente¹. Apesar de esses acontecimentos terem lugar entre os anos setenta e oitenta, sua condição “recente” se expressa nas repercussões que as políticas repressivas da ditadura tiveram e têm nas práticas e nos discursos judiciais, políticos, estatais, partidários, sociais, culturais e econômicos das últimas quatro décadas.

Neste sentido, estudar e compreender as características das políticas repressivas dos anos setenta (antes e durante a última ditadura) nos permite lançar luz sobre processos que ainda continuam em aberto nas diferentes áreas da vida social. As políticas públicas em torno da infância e da juventude de ontem e de hoje podem (e devem) ser compreendidas à luz dessa história, visto que as formas de entender esses setores sociais e as diferentes propostas para sua “correta” socialização encontram sua formulação nesses anos.

Para ilustrar os modos em que esse passado continua aberto nas disputas sobre a infância e a juventude, podemos tomar como exemplo um acontecimento muito recente. No dia 15 de julho deste ano, por meio da resolução 598/2019 do atual Ministério da Segurança argentino, a cargo de Patricia Bullrich, foi criado o *Serviço Cívico voluntário em valores*, orientado a jovens entre 16 e 20 anos de idade e que será implementado nos próximos meses do ano de 2019 pela *Gendarmería Nacional Argentina*² com seus recursos humanos e infraestrutura, segundo estabelece o artigo nº 3 da norma (Boletim Oficial Nº 34154, 16/7/2019). O envolvimento das Forças Armadas argentinas nas tarefas de capacitação laboral, treinamento físico e educação em valores dos jovens argentinos foi impulsionado e defendido pelos titulares dos atuais ministérios da Segurança e Educação. Esse episódio gerou debates e críticas na opinião pública com diferentes argumentos que incluíram tanto alertar sobre a possível reimplantação do serviço militar quanto o apagamento do rol pedagógico e formativo da escola na trajetória dos jovens.

Entretanto, acreditamos que é possível pensar e inscrever este acontecimento numa perspectiva histórica mais ampla. Nesse sentido, desde os anos setenta existiram pelo menos dois espaços que, mesmo que internamente diversos e complexos, respondiam a duas grandes tendências. Uma delas, predominante no período 1976-1983, se expressou nas propostas das Forças Armadas e do “mundo católico”. Esses setores, durante a ditadura, a partir da Secretaria do Menor e da Família, foram responsáveis pela formulação de políticas públicas destinadas à família, à infância e à juventude. Para esse setor, o conteúdo da educação devia se basear num ideário católico e nacionalista. Por sua vez, propunham atividades conjuntas entre as crianças, os jovens e os militares das diferentes armas, já que consideravam positivamente a socialização das crianças nos valores castrenses ligados à disciplina dos corpos, à defesa da pátria e do modo

1 As palavras-chave do presente texto foram escolhidas com base no Tesouro de Ciências Sociais da Unesco.

2 Força de Segurança dependente do Ministério da Segurança composta por um corpo militarizado com funções similares às da polícia.

de vida ocidental e cristão. Um exemplo disso, retomando as linhas de continuidade com a medida anunciada pela atual ministra de Segurança, foi a criação da *Gendarmería Infantil* durante a ditadura. Essa iniciativa foi “uma tentativa de incidir na socialização das crianças e jovens por parte de um setor do regime militar” (Lvovich; Rodríguez, 2011). O objetivo era manter as crianças e jovens “afastados da subversão”, estabelecendo laços entre este setor da população e as forças de segurança, socializando em valores, princípios e cerimônias próprios dessas forças.

Embora também tenha existido uma rede de atores alternativa relacionada, por exemplo, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), espaços artísticos e culturais, médicos pediatras como Florencio Escardó, dentre muitos outros que eram diversos ideologicamente, mais do que uma socialização autoritária, focavam no desenvolvimento da infância tendo em consideração seus direitos humanos, a ludicidade e a criatividade. Essa não foi a tendência predominante nesses anos, mas é importante considerar que também oferecia propostas distintas no espaço público.

Os setores que defendiam o imaginário conservador próprio da aliança entre católicos e militares eram os funcionários responsáveis pela Secretaria do Menor e da Família, dirigida pelo advogado católico Florencio Varela.

No discurso destes setores, podemos encontrar diferentes tópicos e diagnósticos sobre o acontecido na família, que se traduziram em distintas práticas e políticas em torno da infância e da juventude.

Por um lado, os agentes estatais da última ditadura, em seus discursos, utilizavam metáforas organicistas e biologicistas. Nesse sentido, segundo os diagnósticos do governo, a “subversão” era percebida como um vírus ou uma doença que tinha infeccionado o “corpo social” no seu conjunto, incluindo seus “tecidos” mais microscópicos. A família era representada como a “célula fundamental da comunidade”, sua unidade mínima indissolúvel na conformação desse “corpo social”. Por sua vez, era considerada o lugar depositário dos valores essenciais de uma mítica “identidade nacional”, relacionada com a moral cristã (Filc, 1997). Esse imaginário, próprio das elites católicas, nesses anos, se articulou ao propósito das Forças Armadas de aniquilar o heterogêneo e difuso “inimigo subversivo” que, por sua vez, era representado como um câncer ou uma infecção que se propagava pelo “tecido social” e contagiava todas as “células”. Por conseguinte, se considerava necessário “extirpar” da raiz as partes “contaminadas” do organismo. Igualmente, tentava-se fazer com que as “células do corpo” (as famílias) se protegessem dessa “ameaça” para evitar sua propagação. Nesse sentido, face à presença das ideias consideradas “estranhas” e “subversivas”, se considerou importante fortalecer a moral cristã e reforçar uma hierarquia “natural”, na qual o homem-pai devia ocupar o lugar de autoridade e a direção, enquanto a mulher-mãe devia amar sua família, assegurando o resguardo e a transmissão da tradição. Para conservar a integridade dessa unidade moral indissolúvel, tinha de ser evitado o ingresso de ideias “dissolventes”. Para isso, era necessário controlar, sobretudo, as “partes frágeis” da parede da “célula”: as crianças e jovens da família. Se considerava que, por meio deles, se propagava “o vírus

da subversão” e os responsáveis de que isso não acontecesse eram o pai e a mãe. Os pais (principalmente, os homens) deviam “retomar a liderança” para “preservar” a “segurança” do lar, controlando autoritariamente a conduta dos filhos. Considerava-se importante robustecer o conteúdo moral cristão da educação dos menores, ligado ao “verdadeiro” ser argentino. Caso contrário, os jovens se veriam “seduzidos e enganados” pelo “inimigo”, através das drogas e do sexo, recaindo nos “desvios” como a prostituição, a homossexualidade, a loucura e a criminalidade.

Por outro lado, nos discursos dos funcionários, as crianças eram associadas principalmente ao futuro e, neste sentido, representavam um campo de incertezas que era fundamental controlar e dirigir para que se transformassem nos homens, cidadãos e dirigentes do amanhã.

Jorge Rafael Videla, o primeiro presidente dessa ditadura, numa conversa com as “crianças jornalistas” de um programa de televisão, afirmava que “conversar com uma criança é, em alguma medida, dialogar com o futuro e não podem ter dúvida alguma que vocês, hoje crianças, serão os dirigentes do ano 2000” (La Nación, 7/8/1978). A representação da criança como conexão com o futuro poderia implicar um risco – se os pais e responsáveis pela educação das crianças cometessem erros – ou a construção do ideal de Nação que desejavam os setores católicos encarregados da infância e da família. Devido ao fato de que a infância era percebida como o futuro indefinido do país, devia ser corretamente educada nos “valores cristãos e morais da família argentina”.

Tendo em conta esses diagnósticos, representações e as características dos atores relacionados ao universo infanto-juvenil, é possível analisar algumas políticas públicas e iniciativas relacionadas às crianças e aos jovens.

Durante a última ditadura argentina, existia uma pergunta que a mídia reproduzia insistentemente e que ainda ecoa na memória social atual sobre esses anos: “*Você sabe o que seu filho está fazendo neste momento?*”. Esta interrogação, como vemos, por um lado, pressupunha a necessidade de controlar a infância e a juventude e, por outro, buscava responsabilizar os pais pelo cuidado e controle da infância face aos “perigos” da incidência da “subversão” na sociedade argentina que descrevemos anteriormente. Nesse sentido, é uma pergunta que resume as intenções de uma série de políticas da Secretaria do Menor e da Família.

Assim, ao analisar as mensagens que a Secretaria dirigia à família, é possível observar que se reforçava a responsabilidade dos pais em relação ao comportamento dos menores, mas também no cuidado da sua integridade física. Por descuido ou negligência dos pais, as crianças e a juventude podiam tanto estabelecer relações perigosas por fora da família quanto sofrer acidentes domésticos que poderiam machucá-los ou levá-los à morte. Essas mensagens ressaltavam constantemente os riscos físicos e ideológicos das atitudes consideradas negligentes ou irresponsáveis.

Por um lado, então, no Boletim do Ministério de Bem-estar Social (do qual dependia a Secretaria do Menor e da Família), encontramos cartazes curtos de advertência sobre esse conjunto de perigos ressaltados em letra maiúscula e que estavam destinados a

evitar os riscos físicos que, por irresponsabilidade paterna, poderiam sofrer as crianças no lar, tais como a asfixia com sacolas de plástico, as doenças por falta de higiene ou por contaminação da casa provocada por moscas e insetos, eletrocussão com aparelhos elétricos e acidentes em escadas (Boletim do Ministério de Bem-estar Social N° 10, 4/10/1976; N°12, 18/10/1976; N° 39, 23/05/1977).

Alternadas com esse tipo de advertências e conselhos aos pais, aparecem as mensagens vinculadas ao “risco moral” ao que expunham aos filhos e à sociedade, se diante das anomalias familiares os menores se afastavam do lar. Nesse sentido, além do controle estrito da infância, o reforçamento dos papéis familiares tradicionais era considerado importante para evitar o vazamento das ideias subversivas, a desintegração da família e do tecido social. Nesta direção, os funcionários propunham “difundir a importância do desempenho das funções paterna e materna para o equilíbrio do lar e o desempenho normal da criança” (*La Nación*, 15/12/1979).

Em relação a essa estratégia estatal, o ministro de Bem-estar Social, o contra-almirante Jorge Fraga, afirmava que “a criança é a consequência da família [...] os males de uma criança são, em 90%, consequência de uma família má” (Filc, 1997, p. 37). Partindo do estado, num tom instrutivo e pedagógico, também se endereçavam mensagens constantes aos pais em relação às atitudes que deviam mudar ou evitar na hora de educar os filhos menores:

Algo para lembrar: os adultos costumam ter condutas e atitudes lesivas para a formação dos menores. Você, pai ou mãe, tem filhos. Tem pensado alguma vez que os adultos podem ter condutas ou atitudes que interferem ou desviam a formação dos menores? Isto é o que lembra a Secretaria do Estado do Menor e da Família. E faz os pais lembrarem, as mães, para que dediquem maior atenção à vigilância e proteção dos seus filhos, muitas vezes em situação de abandono pelas circunstâncias ou pela boa fé ou ignorância dos maiores. Tem pensado alguma vez no que se passa na mente, nos sentimentos do filho de 8, 10, de 12 anos quando chega do colégio e não tem ninguém em casa? Quando passa as horas com outros rapazes e toma iniciativas às vezes arriscadas e ninguém sabe por onde anda? (Boletim do Ministério de Bem-estar Social N° 07, 13/09/1976).

Segundo o discurso dessa Secretaria, se as crianças no marco da família não eram ouvidas, eram ignoradas, não eram contidas, deixando-as só ou machucando-as, existia o risco de que estabeleceriam vínculos “perigosos” por fora da família nuclear: “O resultado desses conflitos familiares, então, é a criança que os sofre, que na medida em que o tempo passa vai adotando atitudes e condutas que se tornam contra ele e ainda contra a sociedade” (Boletim do Ministério de Bem-estar Social N° 25, 14/02/1977). Também se insistia que “os pais devem conhecer as amigas dos filhos. Vão evitar muitas surpresas, às vezes trágicas. Sobretudo hoje, que por influências que não são argentinas, o ódio e a crueldade têm chegado a lugares insuspeitados” (Boletim do Ministério de Bem-estar Social N° 8, 20/09/1976).

Além destas mensagens instrutivas destinadas aos pais, para evitar que os menores andassem sozinhos na via pública, foi criado o Corpo de Vigilância Juvenil, dependente da Secretaria do Menor e da Família, responsável por patrulhar as ruas. Se os pais não sabiam o que faziam ou onde estavam seus filhos, este Corpo colaborava “no mesmo sentido da proteção dos menores. Em locais de grande afluência de público exerce vigilância diariamente para evitar o risco físico ou moral de crianças e jovens” (Boletim do Ministério de Bem-estar Social N° 24, 07/02/1977)³. Como podemos ver, o propósito do CVJ da última ditadura também era, segundo seu discurso, evitar o risco físico e moral dos menores⁴:

O Corpo de Vigilância Juvenil desta Secretaria de Estado atua permanentemente. Realiza suas tarefas percorrendo locais de acesso público, estações ferroviárias e de metrô, ruas e praças, com o fim de detectar menores abandonados, geralmente por se afastar do seu lar, por maus-tratos, por falta de afeto. Na última semana internou 25 menores que se achavam nessa situação, em diferentes estabelecimentos dependentes desta Secretaria de Estado. Medite sobre o anterior, e tome cuidado. Seu filho, afastado de você, pode estar em perigo (Boletim MBS N° 07, 23/09/1976).

Desta maneira, como podemos ler na citação, este grupo, semana após semana, patrulhava as ruas na procura de menores de idade e os retornava às suas famílias, os levava a hospitais ou a institutos de menores. Através do Boletim semanal do MBS, o Corpo de Vigilância Juvenil, além de endereçar perguntas aos pais (“Tem conhecimento dos locais que seu filho frequenta? Sabe se sua moral e integridade física estão resguardadas?”), publicava com orgulho o número de menores resgatados da via pública e que, depois, eram entregues aos pais ou encaminhados a institutos de menores (Boletim MBS N° 24, 07/02/1977, N° 27, 28/02/1977; N° 28, 07/03/1977).

Além dessas iniciativas tendentes claramente ao controle e disciplinamento da infância, encontramos outros atores e propostas no marco do “Ano internacional da Criança”, declarado pelas Nações Unidas em ocasião de comemoração do vigésimo aniversário da Declaração dos Direitos da Criança. O objetivo central era que os Estados revissem e desenvolvessem políticas públicas de bem-estar infantil. As autoridades argentinas outorgaram importância à decisão deste organismo internacional e, por meio do

3 O ex-secretário do Menor e da Família, Florencio Varela, no ano 2004, voltou a propor a conformação de “Corpos de Vigilância Juvenil em cada município” (Página 12, 4/1/2004). Ver <<http://www.lanacion.com.ar/650945-denunciaron-a-12-jueces-de-menores>>.

4 Mesmo que, durante esses anos, as iniciativas desta Secretaria estivessem alinhadas com as políticas mais gerais do regime repressivo; em outros momentos da história argentina, existiram propostas similares. Por exemplo, em 1959, depois da criação, em 1957, do primeiro Conselho Nacional de Proteção de Menores, conformou-se um Corpo de Inspetores “para controlar o ‘ambiente’ onde os menores interagem e para pôr em prática editais e outras regulamentações que proibiam sua presença em certos espetáculos” (Manzano, 2010, p. 34). Como explica a autora, numa ocasião, este corpo levou um grupo de 73 menores que se encontravam numa festa numa delegacia por considerar que se encontravam numa situação “inapropriada para a moral juvenil”.

Decreto N° 549/79 do Poder Executivo Nacional, decidiram que o ano de 1979 no âmbito nacional seria o “Ano internacional da criança e da família” (Decreto 549/79, 13/03/1979). O ministro de Bem-estar Social, Fraga, explicava que “as Nações Unidas têm proclamado esse ano como o ‘ano da criança’ e nós temos considerado – tendo em consideração que tal declaração deixa liberada a cada país sua forma de comemoração – lhe acrescentar no nosso o concernente à família” (Boletim MBS 117-118, 25/12/1978-1/01/1979).

Várias das atividades desenvolvidas durante o “Ano da criança e da família” respondiam a esses propósitos das Forças Armadas e da Igreja que, por sua vez, atuavam em conjunto. Nesse marco, o General Reynaldo Bignone, fazendo referência à campanha sobre “infância e exército”, afirmou que “a vitória sobre a subversão deve se consolidar dia a dia na alma da criança” (*La Nación*, 6/7/1979).

Outra força, a Marinha, organizou uma visita das crianças ao quebra-gelo Almirante Irizar, e o comandante do navio entregou ao ganhador de uma regata de vela um quadro com o navio “como prêmio ao espírito marinho das crianças”. Por sua vez, o Círculo de Suboficiais da Força Aérea organizou na sua sede central um evento com “espetáculos ao ar livre”, por exemplo, o pouso de um helicóptero da Força com palhaços e mágicos que distribuía guloseimas e brinquedos (*La Nación*, 5/8/1979).

No entanto, como dissemos, também se propunham às crianças atividades recreativas baseadas no brincar, a dança, a música, as artes plásticas e os concursos de manchas. Entre elas, algumas eram mais espontâneas e estavam baseadas na improvisação e outras, contudo, como shows de palhaços e alguns musicais, eram protagonizadas por personagens ligadas à religião católica.

Essas atividades todas, por um lado, implicaram uma ampla utilização do espaço público num contexto marcado pelo terror estatal. Todas essas comemorações aconteciam em praças, parques de diversão, na rua, em dependências públicas. Essa implementação nos oferece um panorama festivo de apropriação do espaço público, protagonizado por atores diversos, mas impulsionado pelo Estado. Por outro lado, as estratégias relacionadas ao brincar e à diversão, em certa medida, se distanciavam do paradigma militar e eclesiástico, público e hegemônico, que analisamos anteriormente.

Quer dizer que, apesar de encontrarmos a Igreja, as Forças Armadas e membros civis da elite tradicional propondo atividades que respondiam a uma estratégia de socialização da infância com características disciplinares autoritárias, junto a essas propostas aparecem outras que, apontando a comemorar o “Dia da criatividade”, mesmo sem ter um conteúdo muito alternativo, propunham uma abordagem didática e lúdica que se diferenciava das primeiras.

Para concluir, podemos dizer que, na Argentina contemporânea, esses dois universos de práticas, atores e lutas de sentido sobre os modos de socialização da infância e juventude continuam fazendo parte das disputas públicas. De fato, apesar do predomínio de práticas políticas democráticas nas instituições estatais, a atual Resolução 598/2019 do atual Ministério de Segurança, que apontamos anteriormente, nos mostra que, neste tensionamento, as posturas mais próximas das Forças Armadas e da Igreja Católica ainda tentam se instalar – com sucesso – dentro da agenda estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILC, J. **Entre el parentesco y la política**. Familia y dictadura, 1976-1983. Buenos Aires: Biblos, 1997.

LVOVICH, D.; RODRÍGUEZ, L. La Gendarmería Infantil durante la última dictadura. **Quinto sol**, La Pampa, UNLPam, v. 15, n. 1, p. 165-184, 2011.

MANZANO, V. Ha llegado “la nueva ola”: música, consumo popular y juventud en la Argentina, 1956-1966. In: COSSE, I.; FELITTI, K.; MANZANO, V. (Org.). **Los ‘60 de otra manera**. Vida cotidiana, género y sexualidades en la Argentina. Buenos Aires: Prometeo, 2010. p. 19-60.

RESUMO

Este artigo apresenta um conjunto de discursos, iniciativas e atores vinculados à infância que teve lugar durante a última ditadura argentina (1976-1983). Assim, analisa um imaginário biologicista que entendia a nação como um corpo, a família como “célula fundamental da comunidade” e as crianças e jovens como as paredes mais frágeis dessa célula. Em relação a isso, o trabalho também aborda as políticas destinadas aos mais jovens, que, para a ditadura, representavam um campo potencial de incertezas que era necessário controlar e dirigir.

Palavras-chave:

ditadura, Argentina, infância, jovem.

“Do you know what your son is doing right now?”

Public policies of the last Argentinian dictatorship surrounding childhood and youth

ABSTRACT

This article presents a set of discourses, initiatives and actors linked to the subject matter of childhood in circulation during the last Argentinian dictatorship (1976-1983). Hence, it analyses a biology centered imaginary that understood the nation as a body, the family as the “fundamental cell of the community” and children and young people as the most fragile walls in this cell. In relation to that, the work presented here also touches upon the public policies aimed at the young, who represented, for the dictatorship, a potential field of uncertainties that should be controlled and directed.

Keywords:

dictatorship, Argentina, childhood, young.

DATA DE RECEBIMENTO: 13/06/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 01/08/2019



María Florencia Osuna

Doutora pela Universidad de Buenos Aires, Argentina, Mestre pelo Instituto de Altos Estudios Sociales na Universidad Nacional de San Martín, Argentina, e professora universitária no curso de História da Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina. Professora da Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

E-mail: florenciosauna@gmail.com

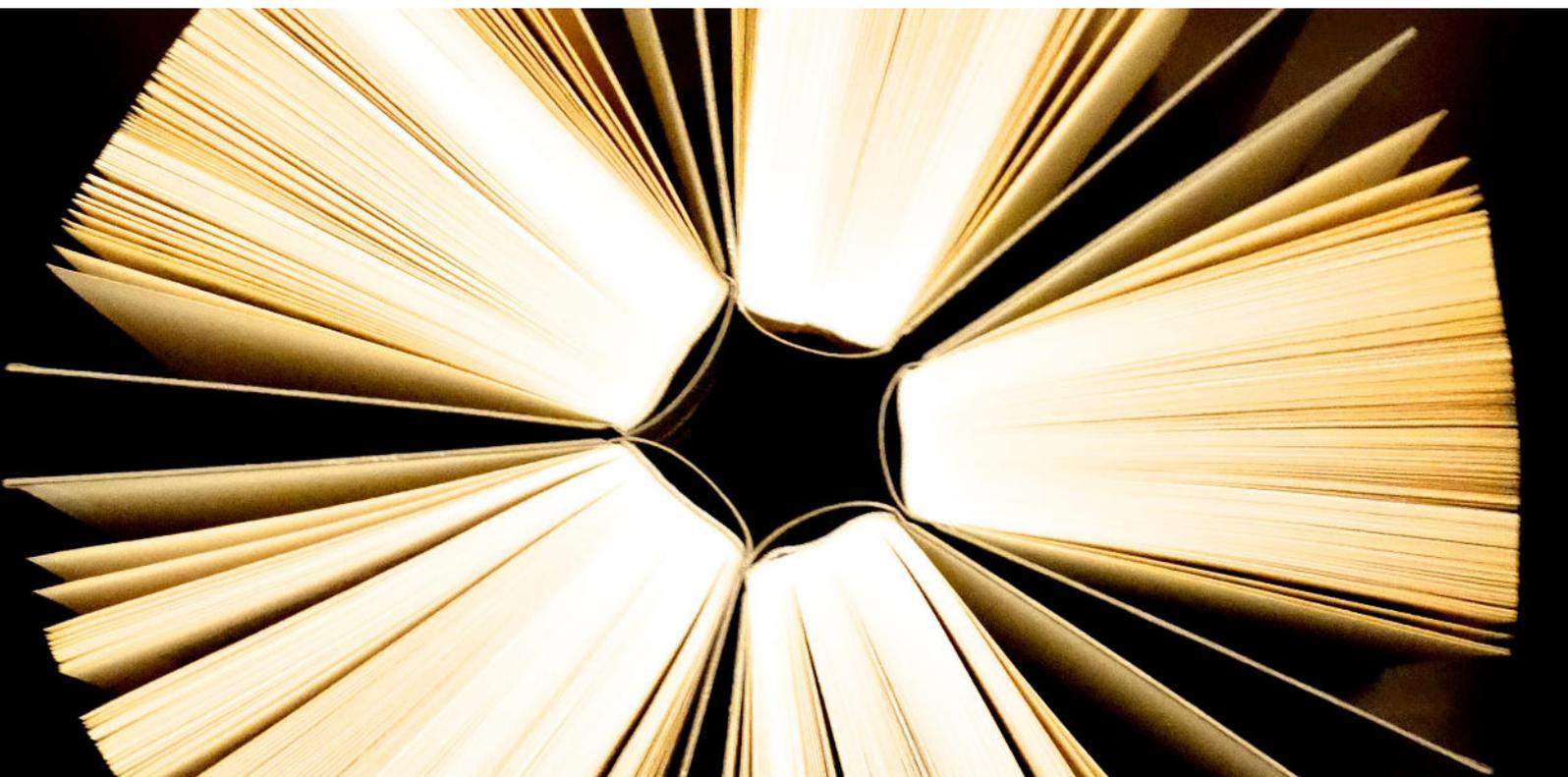


IMAGEM: Pxhere

Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina: atualizações e novos horizontes

Juliana Siqueira de Lara

Luísa Evangelista Vieira Prudêncio

Paula Pimentel Tumolo

Renata Tavares da Silva Guimarães

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Sofia Hengen

Lucia Rabello de Castro

Introdução

Ao longo da última década, os campos de estudos da infância e o da juventude contribuíram, especialmente, para que as crianças e jovens não sejam apenas “sujeitos em formação para o futuro” ou “cidadãos do amanhã”, posição que lhes foi destinada pelas instituições escolares, políticas públicas e pela sociedade civil desde a modernidade. Na história recente, principalmente no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, muitos dos esforços teóricos e metodológicos que se voltam à infância e juventude procuram trazer à luz que crianças e jovens são atores com papel significativo na construção das sociedades onde vivem e do mundo. Sob essa orientação, observa-se o aumento de pesquisas científicas de cientistas sociais na América Latina dedicadas à compreensão das realidades vividas por esses sujeitos, bem como um movimento de busca de ressignificação de seu papel e posição no mundo contemporâneo.

Tal movimento de produção propiciou o surgimento de diversos periódicos científicos latino-americanos que se dedicam aos estudos da infância e juventude. Cita-se com relevância os periódicos *Última Década* e *Revista Infancia, Educación y Aprendizaje*, do Chile; *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* e *Infancias Imágenes*, da Colômbia; *Childhood & Philosophy*, do Brasil; e a *Revista Argentina de Estudios de Juventud*, da Argentina. Desde 2013, o Periódico DESidades também tem por objetivo difundir publicações sobre infância e juventude no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e se propõe, trimestralmente, a lançar artigos, entrevistas, resenhas e um levantamento de livros publicados sobre a infância e juventude latino-americanas.

No momento, destaca-se a relevância das publicações em formato de livros por sua extensão, construção, investimento e difusão de uma reflexão a longo prazo, fundamental para o desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas (Franchetti, 2018). Levando em consideração tal importância, o periódico DESidades publica, desde o seu lançamento, em 2013, uma lista trimestral que contempla o levantamento de obras latino-americanas das Ciências Sociais e Humanas relativas à infância e juventude publicadas no trimestre anterior. Essa realização proporciona visibilidade a temas, discussões e pesquisas que possuem circulação menos acessível, tal como a de periódicos científicos.

Segundo Menandro et al (2011), na área da Psicologia, assim como em outras áreas das Ciências Humanas, são vários os pesquisadores que ainda escoam parte importante da sua produção na forma de livros. Embora em decréscimo nos últimos anos, a importância dessa modalidade de produção acadêmica é indiscutível. Os autores trazem alguns argumentos que reforçam a visão de que livros e periódicos são igualmente importantes na veiculação de produções científicas, apesar do destaque cada vez maior que tem se dado aos periódicos. Coloca-se a questão dos limites impostos ao tamanho dos artigos, que podem forçar simplificações dos relatos de pesquisas que, quando produzidas a partir de colaboração interinstitucional, podem resultar muito mais completas e significativas quando reunidas em livro, em comparação com a publicação de diversos artigos distribuídos em diferentes periódicos.

Em 2015, Castro, Vieira, Lara, Bello e Savegnago analisaram os levantamentos bibliográficos realizados pelo Periódico DESidades no período de 2013 a 2015, da 1ª à 7ª

edição. O balanço permitiu construir um olhar analítico e crítico sobre a caracterização e as tendências dessa produção, que se mostrou incipiente no contexto da América Latina. Os resultados encontrados apontaram para a pouca atratividade do mercado editorial em relação à publicação de obras científicas sobre a infância e/ou juventude, sendo o Brasil, Argentina, México e Chile os países que tiveram os maiores percentuais de obras publicadas sobre esses campos. Além disso, constatou-se que a infância e a juventude aparecem como campos eminentemente transdisciplinares, uma vez que as obras, em sua maioria, pertenciam a duas ou mais áreas das Ciências Humanas e Sociais. Naquela ocasião, a área da Educação, de forma isolada, apontou significativa prevalência na publicação de livros sobre infância e juventude. No entanto, destacou-se que os livros levantados nessa área não mencionam em seus resumos os termos “infância” e “juventude”, o que resulta na invisibilização dos sujeitos crianças, adolescentes e jovens frente à discussão dos aspectos do ensino-aprendizagem (Castro et al, 2015).

Assim como o estudo de Castro et al. (2015), outros estudos vêm empreendendo análises do estado da arte da produção do conhecimento nos campos da infância e juventude. Podemos citar o estudo de Stengel e Dayrell (2017), que analisa e sistematiza o uso das categorias “adolescência” e “juventude” na produção de teses e dissertações em Psicologia, entre os anos de 2006 e 2011, e as temáticas recorrentes. Os autores identificaram que aproximadamente 10% do total das produções trabalharam com a temática da adolescência/juventude, número que consideram significativo. Apontam também o expressivo número de categorias temáticas e, dentre essas, a grande pluralidade de subtemas presentes.

Hayashi, Hayashi e Martinez (2008), por sua vez, empreenderam um levantamento da produção científica sobre os jovens e a juventude no Brasil, a partir de dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação nacionais, no período de 1989 a 2006. Os autores verificaram uma expressiva produção de conhecimento nesse campo, no âmbito dos programas de pós-graduação brasileiros, majoritariamente ligada às áreas da Educação e das Ciências Sociais – incluindo Sociologia, Antropologia e Ciência Política –, e uma presença tímida de estudos vinculados à Psicologia e ao Serviço Social.

Destacamos também a pesquisa de Voltarelli (2017), que realizou um mapeamento dos estudos da infância na América do Sul a partir da perspectiva da Sociologia da Infância, considerando o período de 2010 a 2013, e as produções de autores sul-americanos hispanofalantes. A autora aponta a influência que as produções europeia e norteamericana tiveram na realização de estudos científicos nos países investigados, mas destaca que os movimentos próprios do campo podem estruturar outros caminhos para as produções e teorizações da infância no hemisfério sul, de modo que se possa aprender a partir do Sul e com o Sul.

O presente artigo trata de uma atualização do estudo anterior (Castro et al, 2015) após três anos de sua publicação. A atualização desse balanço se mostra importante, tendo em vista que mudanças sociais, culturais e políticas atravessam constantemente as preocupações e questões a serem investigadas nos campos da Infância e da Juventude. Os contornos de uma perspectiva analítica e metodológica nunca se encerram no meio

científico e, portanto, a garantia de um saber sobre crianças e jovens também não. Dessa forma, o balanço atual, que se dedica ao trabalho realizado pelo próprio periódico ao longo de 2015 a 2018, é uma contribuição que aponta e avalia o que, como e quem tem publicado em livros nos campos da infância, adolescência e juventude na América Latina.

Metodologia

A análise do balanço empreendido neste artigo se voltou para os dados dos levantamentos bibliográficos¹ publicados na revista DESidades no período de setembro de 2015 a março de 2018, da 8ª à 18ª edição do Periódico. O recorte foi estabelecido de modo a dar continuidade à análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina realizada em artigo anterior (Castro et al, 2015). A periodicidade dos levantamentos utilizados nesta análise foi trimestral, seguindo a publicação de cada edição da revista, que conta com quatro edições ao longo de um ano, e com uma equipe de assistentes² que trabalhou para a realização das buscas.

O trabalho empreendido por essa equipe se debruçou ao longo dessas onze edições em uma listagem de editoras de língua portuguesa e espanhola da América Latina e seus respectivos sites eletrônicos. A composição da lista de editoras se deu a partir de buscas virtuais em associações de editoras e presenciais, em livrarias brasileiras.

Na 8ª edição do levantamento bibliográfico, contou-se com uma listagem de 99 editoras brasileiras e 254 editoras de outros países latino-americanos, distribuídas da seguinte forma: Argentina (92 editoras); Bolívia (2 editoras); Chile (23 editoras); Colômbia (6 editoras); Costa Rica (3 editoras); Cuba (10 editoras); Guatemala (4 editoras); México (44 editoras); Nicarágua (1 editora); Paraguai (20 editoras); Peru (30 editoras); Uruguai (10 editoras) e Venezuela (2 editoras).

Já na 18ª edição, a listagem contemplou 131 editoras brasileiras e 180 editoras de outros países da América Latina: Argentina (40 editoras); Bolívia (2 editoras); Chile (18 editoras); Colômbia (14 editoras); Costa Rica (8 editoras); Cuba (8 editoras); Guatemala

1 A busca por potenciais obras a serem incluídas na lista publicada trimestralmente foi realizada através de palavras-chave no campo de pesquisa dos sites eletrônicos. Palavras como *infância*; *juventude*; *crianças*; *jovens*; *adolescência*; *adolescentes* foram utilizadas nesse procedimento. Também se consultava o campo de lançamentos de cada site eletrônico das editoras, porém, esse recurso nem sempre estava disponível. Destaca-se também que não bastava as obras informarem em seus títulos que se dedicavam a temas relativos à infância e juventude. Foi necessário conferir se essas obras continham todas as informações editoriais publicadas no site da revista, como a autoria, o ISBN, o número de páginas, o ano e o mês de publicação, o seu resumo, a cidade de origem da editora e se o seu lançamento correspondia ao período de três meses da edição do Periódico. Tendo passado por esse filtro, o conteúdo do resumo da obra foi lido e analisado pela equipe, que elegeu ou não a obra como parte da listagem final a ser divulgada no Periódico. Essas obras são resultado de pesquisa científica, ou de reflexão teórica ou metodológica. Excluem-se, portanto, manuais didáticos, pedagógicos, literatura infantil ou juvenil, e especificidades religiosas ou médicas.

2 Agradecemos à equipe de assistentes que compôs este trabalho ao longo das onze edições analisadas neste artigo: Arthur José Vianna Brito, Clara Cascão, Hannah Quaresma Magalhães, Isa Kaplan Vieira, Luciana Mestre, Maria Luiza Vianna Werneck Pereira, Matheus Ferreira Apolinário, Paula Pimentel Tumolo, Priscila Gomes e Yuri do Carmo.

(4 editoras); México (48 editoras); Nicarágua (1 editora); Paraguai (13 editoras); Peru (17 editoras) e Uruguai (7 editoras).

Nota-se que o número total de editoras incluídas na tabela de trabalho da equipe variou ao longo das 11 edições. As editoras de língua espanhola, especialmente as da Argentina, tiveram seu número reduzido e as brasileiras, aumentado. No que tange às de língua espanhola, essa redução ocorreu, pois a equipe observou que muitas das buscas em diversos sites eletrônicos estavam sendo improdutivas, isto é, não ofereciam nenhuma obra que pudesse ser incluída no levantamento bibliográfico. Dessa forma, foram retiradas da listagem as editoras que não tinham nenhum lançamento de publicação sobre infância e/ou juventude há mais de dois anos, as que possuíam sites desativados e as que não tinham publicado até o momento nenhuma obra que envolvesse temáticas relativas à infância e a juventude na área das Ciências Humanas e Sociais.

Concomitantemente ao filtro realizado, que gerou a redução de editoras de língua espanhola, a equipe, ao longo das edições, também se dedicou a encontrar novas editoras que pudessem fazer parte da listagem de trabalho. Por ter um acesso mais direto às associações de editoras, eventos literários e livrarias provenientes do Brasil, acredita-se que foi mais fácil para a equipe incluir editoras brasileiras na listagem final do que editoras de outros países latino-americanos. Tal diferenciação revela a dificuldade com que a equipe se deparou nas buscas por editoras que não fossem brasileiras e que fossem compatíveis com os critérios estabelecidos pela equipe da DESidades. A comparação do número de obras encontradas por país nos sites das editoras se revelou discrepante, sendo o Brasil o país que obteve o maior número das produções levantadas, 53,4% do total.

Assim como na análise empreendida até a 7ª edição da revista (Castro et al, 2015), as 11 edições que se sucederam também foram atravessadas por dificuldades referentes às informações sobre as obras anunciadas nos sites das editoras. Destaca-se, por exemplo, que muitos sites não disponibilizam todas as informações sobre a publicação, tendo a equipe que recorrer a buscas paralelas em outros sites ou no currículo dos autores para descobri-las. O mês de lançamento da obra continuou a ser a informação mais difícil de ser encontrada, pois a maioria dos sites informa somente o ano de lançamento. O contato com os sites eletrônicos das editoras evidenciou que tais endereços eletrônicos são pouco funcionais, pois a maioria não é muito clara ou didática para quem o está consultando.

Para esse balanço, as autoras do presente artigo classificaram as obras levantadas nas 11 edições em uma tabela com as seguintes informações: título da obra; autores; instituição dos autores; editora; país da editora; cidade da editora; tipo de editora (comercial, universitária ou institucional); tipo de publicação (coletânea ou não-coletânea); área de conhecimento da obra; campo da obra (infância, adolescência, juventude, suas respectivas combinações, além de obras com campo não-declarado); temática e subtemática da obra. A partir dessa sistematização, apresentamos as análises, resultados e discussões que se seguem abaixo.

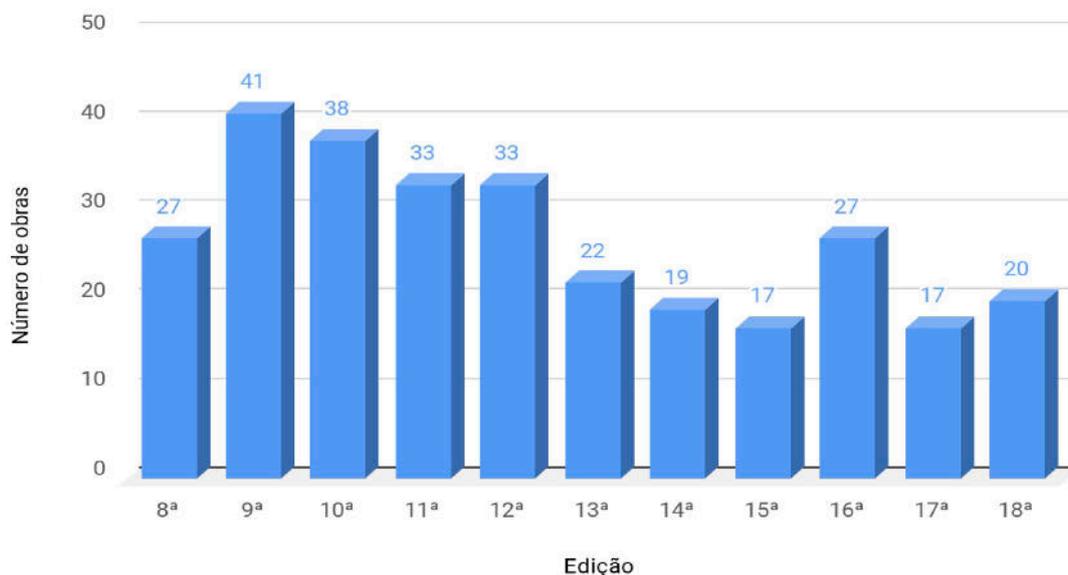
Resultados e discussão

A partir da consolidação dessa tabela, buscou-se compreender algumas ocorrências advindas da classificação e observação do material coletado. Das diversas e possíveis óticas analíticas, optou-se, primeiramente, por destacar e refletir sobre o número total de obras levantadas por edição da revista DESidades, sobre o número de publicações por editoras latino-americanas de língua portuguesa e de língua espanhola, bem como por tipo de editora, se institucional, universitária ou comercial. Seguimos a análise com a incidência de coletâneas dentre as obras levantadas. Assim, buscamos traçar um panorama geral do Levantamento Bibliográfico realizado pela revista nas onze edições a que esse artigo se refere.

Posteriormente, aprofundamos nossa análise a partir da caracterização dessas obras levantadas conforme seus campos, áreas, temáticas e subtemáticas. Em relação às temáticas em que foram divididas as obras, duas concentraram a maioria dos títulos – Educação e Infâncias e/ou Juventude e Cultura. Portanto, optamos por destacá-las e analisá-las a partir de uma avaliação de suas subtemáticas. A última parte de nossa análise se refere à filiação institucional dos autores das obras levantadas.

A discussão de resultados será trabalhada a partir da análise de gráficos, visando à compreensão sobre quais campos, áreas, temáticas e interfaces têm se destacado na produção bibliográfica latino-americana sobre infância e juventude nas áreas humanas e sociais.

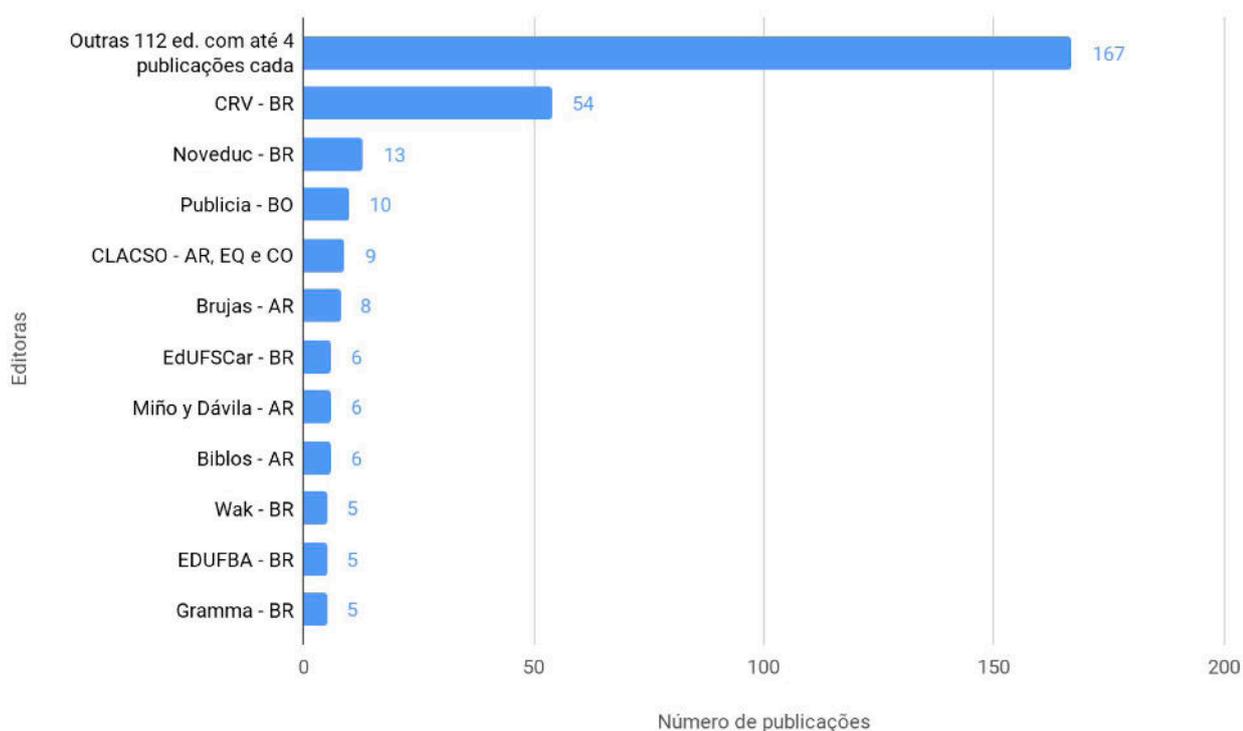
Figura 1: Número de obras publicadas por edição



Nesta figura, é possível verificar o número total de obras levantadas por edição e fazer, a partir daí, alguns questionamentos. Desde a oitava edição, o número varia de forma irregular, com um pico significativo da 8ª para a 9ª edição. A partir daí, há uma diminuição gradativa até a 15ª edição, e um aumento isolado na 16ª. Porém, no total de 294 obras em um intervalo de quase 3 anos, pode-se perceber um decréscimo no

número de obras levantadas. Esse fato poderia indicar uma baixa na produção editorial devido a um menor interesse pelos temas da infância e da juventude? É difícil fazer essa correlação direta, pois outras variáveis podem estar implicadas, como o contexto econômico e político dos últimos 3 anos, por exemplo. Ainda assim, essa pergunta já indica uma inquietação sobre a ausência relativa desses campos de saber na produção bibliográfica dos países latino-americanos.

Figura 2: Número de publicações por editora



É interessante perceber que a figura 2 mostra uma concentração significativa de publicações em uma editora. Essa editora publicou 54 no total de 294 obras, enquanto as demais apresentam um baixo volume no total de publicações: 112 editoras tiveram até 4 obras publicadas; 1 editora com 10; outra com 13 publicações e 8 editoras tiveram entre 5 e 9 publicações. Esse ponto é relevante para pensarmos o interesse e o investimento na produção bibliográfica sobre a infância e a juventude.

As editoras com maior índice de publicação são a CRV, 54 obras, e a Noveduc, 13 obras, ambas comerciais e localizadas respectivamente no Paraná, Brasil e em Buenos Aires, Argentina. Fundada em 2007, a CRV é uma editora comercial voltada à produção científica, principalmente do Brasil. Em seu site eletrônico, contabilizam-se diversas instituições públicas de ensino às quais a empresa presta serviço³.

Já a editora argentina, Noveduc, conforme informa o seu site, tem como foco a produção científica referente à educação e outras áreas que se entrelaçam, como saúde

3 CRV. Nossa História, 2016. Disponível em: <<https://editoracriv.com.br/nossa-historia>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

e psicologia. O público alvo da empresa, assim como o da editora anterior, extrapola o mundo acadêmico e destina-se a professores do ensino escolar, como também a trabalhadores sociais⁴.

Ao analisarmos os temas dos livros sobre infância e juventude publicados pela editora CRV e levantados no período em questão, as temáticas em educação se destacaram, representando 81,5% das obras. Em relação à editora Noveduc, 69,2% dos títulos sobre infância e juventude referem-se a temáticas em educação.

Em relação às editoras universitárias, destacam-se a EdUFSCar e a EDUFBA, ambas pertencentes a Universidades Federais brasileiras, apresentando um total de seis e cinco publicações, respectivamente. A primeira localiza-se em São Carlos, São Paulo, e foi fundada em 1993. Ela publicou mais de 350 livros e materiais didáticos de diversas áreas e temáticas, ganhou 6 prêmios Jabutis⁵ e obteve reconhecimentos importantes da Câmara Brasileira do Livro (CBL), bem como de outras associações literárias⁶. Lançada no mesmo ano, a EDUFBA já publicou mais de 800 títulos em múltiplas áreas do conhecimento, com distribuição interna e externa à instituição de ensino a qual faz parte⁷.

Segundo Franchetti (2018), o questionamento sobre “por que devem existir editoras universitárias?”, e mais especificamente, “por que devem existir editoras universitárias vinculadas a universidades públicas?”, é apresentado por gestores públicos e pela rede comercial de produção, divulgação e venda de livros. A resposta a essas questões tem urgência, sobretudo no âmbito das universidades públicas, principalmente no momento atual, quando as verbas de custeio e investimento tornam-se mais escassas. O autor enfatiza a importância das editoras universitárias, baseando-se na finalidade acadêmica destas, em contraponto ao retorno financeiro que é esperado pelas editoras comerciais. Ao passo que as primeiras baseiam-se na expansão e no fortalecimento de campos de saber, apostando, muitas vezes, em perspectivas ainda em formação, assim como no impacto e na relevância científica da produção a ser propagada, as segundas priorizam o retorno financeiro do investimento.

Por isso, ressaltamos a atuação da EDUFBA e da EdUFSCar como editoras universitárias que se destacaram pelo volume de publicação e, ao mesmo tempo, chamamos atenção para a diferença significativa entre o número de publicações destas e das editoras comerciais, no intento de levantar a questão do investimento público injetado na publicação de livros:

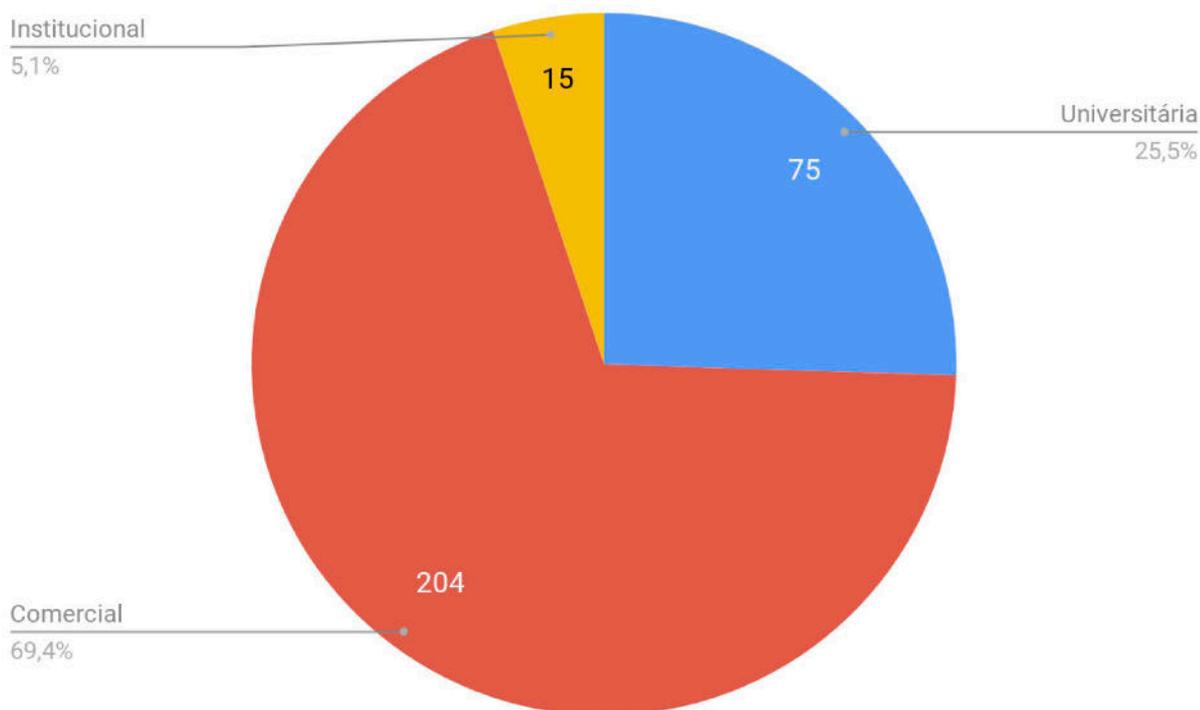
4 NOVEDUC. Quiénes Somos, 2018. Disponível em: <https://www.noveduc.com/quienes_somos/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

5 Jabuti é um prêmio brasileiro de literatura que, há 60 anos, premia autores nacionais.

6 EdUFSCar. A editora, 2019. Disponível em: <<http://www.EdUFSCar.com.br/a-editora>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

7 EDUFBA. A editora, 2019. Disponível em: <<http://www.edufba.ufba.br/a-editora/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

Figura 3: Número de publicações segundo o tipo de editora



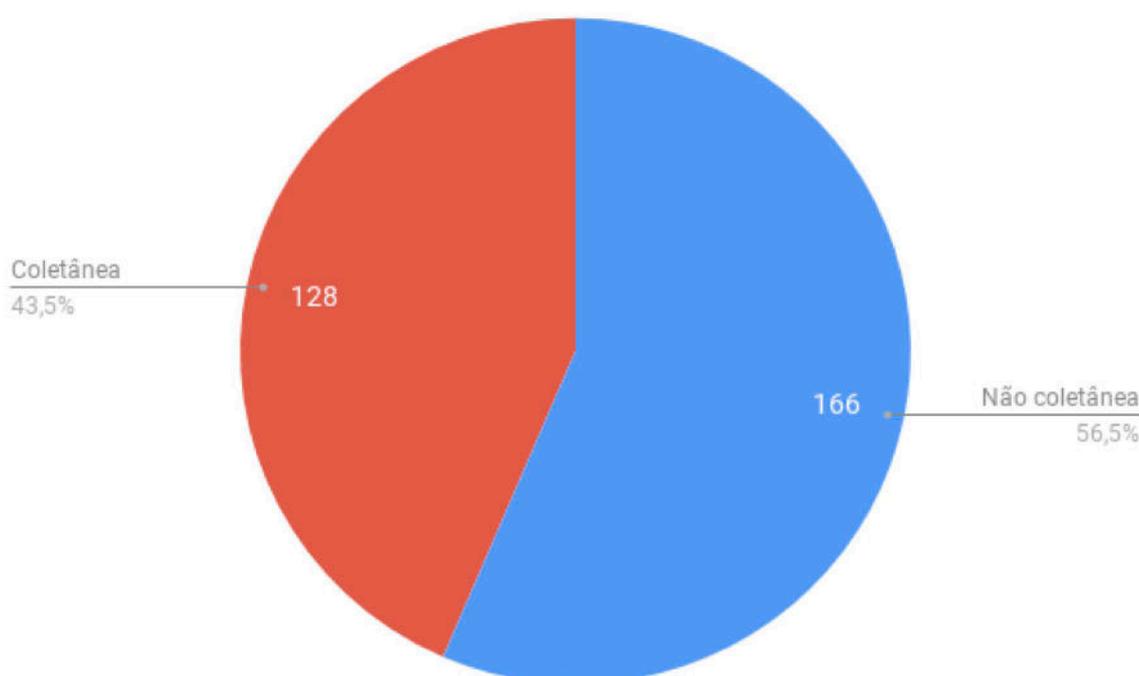
Em relação ao número de títulos publicados por tipo de editora, a maioria das obras, 69,4%, sobre infância e juventude levantadas no período analisado foi publicada por editoras comerciais, 25,5% por editoras universitárias e 5,1% por editoras institucionais. Classificamos como editoras institucionais aquelas ligadas a instituições não-universitárias, como conselhos, organizações não-governamentais e fundações. Dentre as editoras institucionais, destacou-se a editora internacional CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, com 9 publicações (60% das obras publicadas por editoras institucionais), sendo 6 dessas 9 obras lançadas pela CLACSO Argentina, 2 pela CLACSO Colômbia e 1 pela CLACSO Equador. Outra editora institucional que apareceu com frequência em nossas buscas foi a UNESCO, com livros que se dedicavam a discutir e informar, principalmente, sobre temáticas relacionadas à infância, juventude e direitos humanos.

Nota-se, a partir das figuras 2 e 3, um número menor de publicação de obras nos campos da infância e juventude de editoras universitárias em comparação com as comerciais. No entanto, é importante lembrar que a editora com maior volume de publicações dentre os levantamentos, a CRV, é comercial, e sua inclusão infla consideravelmente a categoria nesta análise. Mesmo com 14 anos a menos de existência que a EdUFSCar e que a EDUFBA, a CRV hoje apresenta um volume de publicação 9 vezes maior que essas. Cabe aqui problematizar o fato de que autores acadêmicos dedicados aos campos da infância e juventude publicam com maior frequência em editoras comerciais, em detrimento de universitárias; e, ainda, o papel que caberia às editoras universitárias para a construção e disseminação de conhecimento científico desses campos.

Podemos especular que seja mais fácil, mesmo para autores vinculados às Universidades, publicar suas obras a partir de editoras comerciais. É possível que haja, em muitas universidades, um investimento menor do que o necessário para o escoamento das produções acadêmicas. Também é importante notar que editoras comerciais possuem plataformas de acesso e divulgação ao público mais amplas e acessíveis do que as editoras universitárias.

Na figura 4, interessou-nos verificar a distribuição de obras levantadas de acordo com a caracterização coletânea/não-coletânea. Consideramos como coletânea a compilação de diferentes textos e autores em uma única obra:

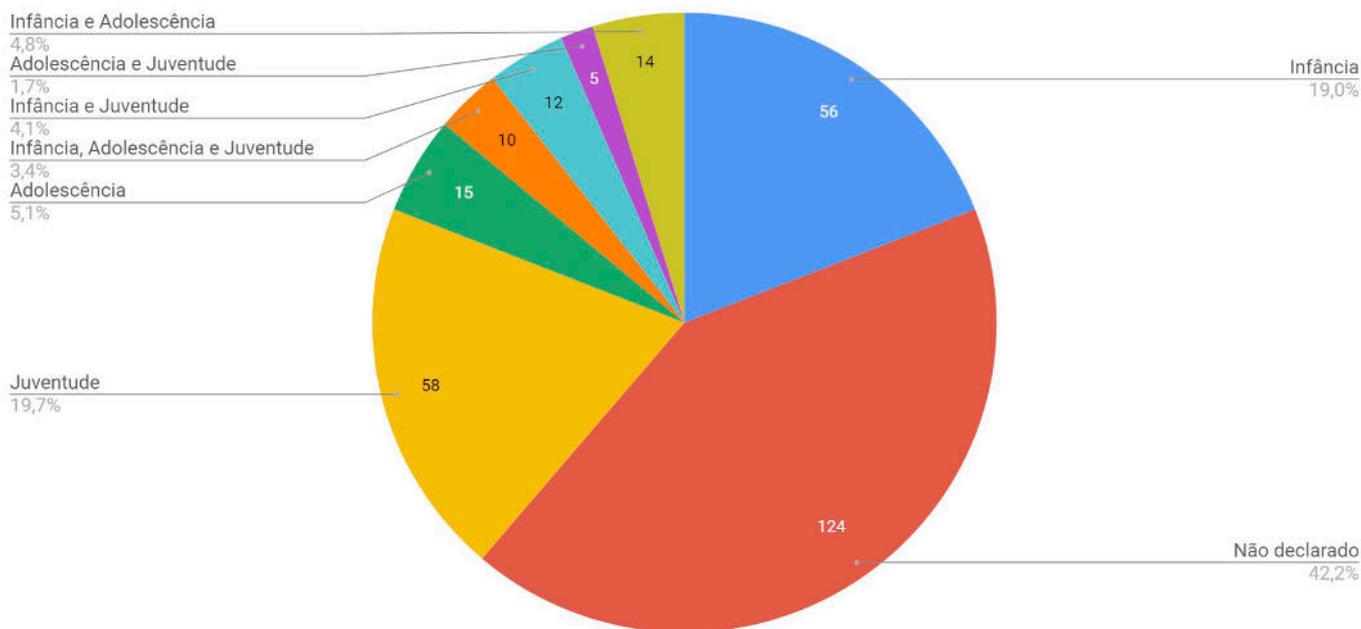
Figura 4: Distribuição da frequência de títulos publicados segundo o tipo de publicação



Destaca-se que, das 294 publicações computadas nos levantamentos bibliográficos, 56,5% não são coletâneas. Ainda que a maioria das obras levantadas seja de livros escritos integralmente por um ou mais autores, a quantidade de coletâneas é bastante elevada. Como discutido em Castro et al (2015), o formato de livro inteiro permite que os autores possam explorar seus temas de forma mais extensa, em relação aos artigos publicados em revistas periódicas. Por sua vez, a forma de coletânea, que aglutina vários autores em torno de uma mesma temática, nem sempre alcança uma organicidade do conjunto, ainda que tenha a vantagem de reunir várias perspectivas autorais diferentes.

A figura 5 mostra a distribuição das publicações de acordo com os campos Juventude, Infância e Adolescência e suas respectivas combinações. Tais campos foram determinados de acordo com as informações dadas nos títulos, resumos e sumários das publicações. As obras sem campo declarado se referem àquelas que não mencionavam os termos “crianças”, “adolescentes” e “jovens” em seus títulos, resumos ou sumários.

Figura 5: Distribuição da frequência de títulos publicados segundo o campo



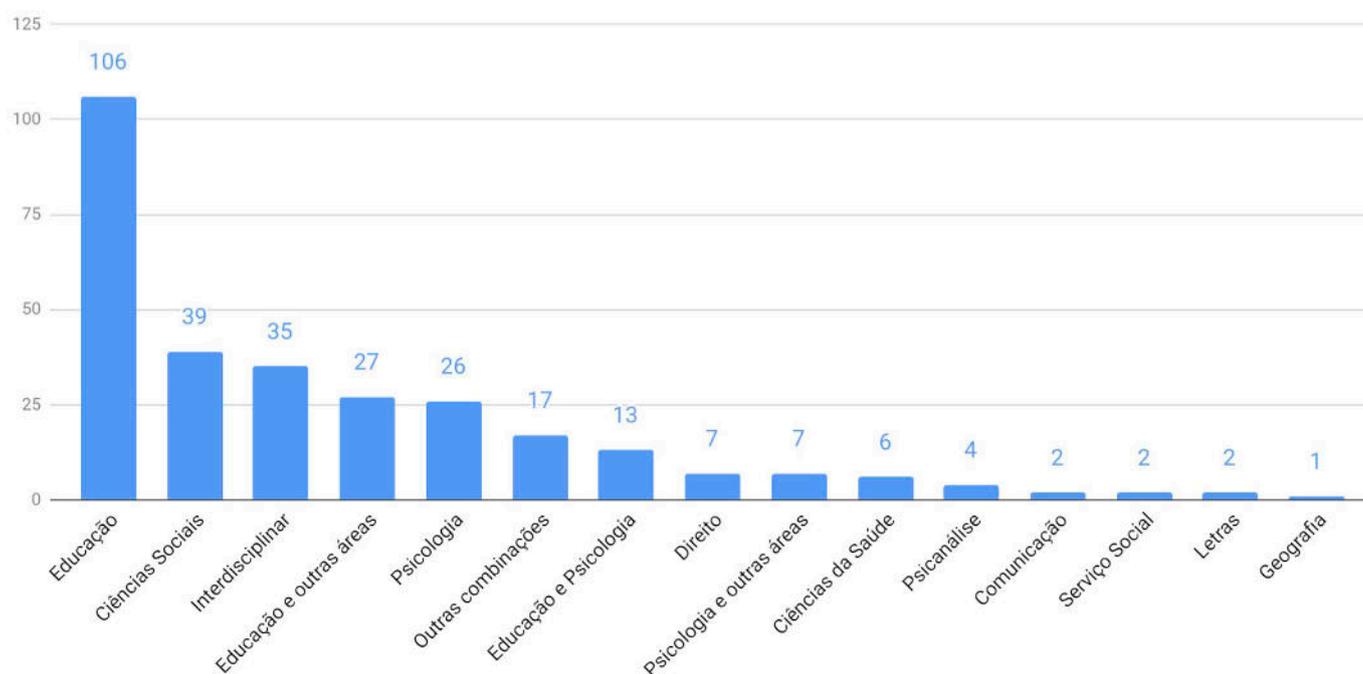
A maior parte das obras foi categorizada como não tendo mencionado, em seus títulos e resumos, a infância, adolescência ou juventude como objeto direto da publicação – 42,2% do número total de publicações levantadas. Com isso, queremos dizer que tais resumos não se referem explicitamente às crianças, adolescentes e jovens como objeto de seu interesse e análise, sem mencionar, portanto, essas palavras como descritoras da obra publicada. Entretanto, essas obras foram incluídas nos levantamentos realizados pela revista a partir de determinadas palavras-chave e temáticas apresentadas em seus resumos que tangenciam a vida das crianças, adolescentes e jovens, tais como “educação”, “escola”, “sala de aula”, “estudantes”, “brincadeira”. A decisão de incluir tais obras se deu pela relevância dessas discussões para o campo da infância, adolescência e juventude. Nesse sentido, chama a atenção que o maior número percentual de obras levantadas se enquadra justamente nessa configuração: a de obras cuja abordagem incide sobre a vida de crianças, adolescentes e jovens, sem considerar a importância de mencionar esses sujeitos explicitamente.

Já os resumos das obras que mencionam explicitamente tais sujeitos se distribuíram da seguinte forma: o campo Juventude contou com 19,7% do total de obras; o campo Infância aparece logo em seguida, com 19% desse total; e o campo Adolescência, com 5,1% do total. Muitas obras declararam em seu resumo que tratavam de mais de um campo e geraram as combinações a seguir: Infância, Adolescência e Juventude apareceu declarada em 3,4% das obras; Infância e Juventude, em 4,1%; e Infância e Adolescência, em 4,8%. Destaca-se que a soma dos campos combinados, 14% do total, é uma porcentagem alta e próxima à porcentagem dos campos isolados vistos anteriormente. Essa aproximação revela que infância, adolescência e juventude não aparecem apenas como campos singulares, mas também se apresentam reunidos em um campo mais abrangente.

A figura 6 traz a distribuição das publicações por área de conhecimento. A categorização foi realizada por áreas isoladas e combinadas. Assim, a área de conhecimento da obra foi classificada, primeiramente, a partir da informação da própria editora. Na maioria dos casos, entretanto, essa informação não era declarada, cabendo às autoras do presente artigo a realização da classificação, segundo o conteúdo do resumo da obra e seu sumário e/ou área de formação e atuação do(s) autor(es).

A classificação realizada seguiu a Tabela de áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPq/Brasil⁸. Entretanto, pareceu-nos relevante o acréscimo da área nomeada como Psicanálise como área específica e não subposta à Psicologia. Além disso, incorporamos à categoria Ciências Sociais as obras que se referiam às áreas de Sociologia, Antropologia ou Ciência Política. As áreas combinadas foram divididas em Interdisciplinar, Educação e outras, Psicologia e outras, Educação e Psicologia e Outras combinações. As áreas da Educação e da Psicologia apareceram combinadas com diversas outras áreas do conhecimento. Escolhemos agrupá-las em categorias distintas por conta da pouca representatividade quantitativa de cada uma dessas combinações. Já a combinação entre as áreas da Psicologia e da Educação foi isolada em uma categoria por conta de seu número elevado de publicações. A categoria Outras combinações se refere a combinações entre duas áreas de conhecimento além dessas já citadas. Por fim, a categoria Interdisciplinar se refere a três ou mais áreas de conhecimento.

Figura 6: Número absoluto de publicações segundo a área



⁸ Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019

A Educação desponta como a categoria com maior percentual de obras, 36,1%. Essa tendência é corroborada com o que se encontrou na análise realizada por Castro et al., em 2015. A seguir, a área de Ciências Sociais contempla 13,3% das obras levantadas. Já a categoria Interdisciplinar e a categoria Educação e outras áreas incluem 11,9% e 9,2% das obras, respectivamente. Observa-se que há um número significativo de publicações, representando 33,7% das obras que foram categorizadas enquanto pertencentes a duas áreas ou mais de conhecimento, nas categorias: Interdisciplinar; Educação e outras áreas; Outras combinações; Educação e Psicologia e Psicologia e outras áreas. Portanto, verificamos que há um número significativo de obras que não se limitam a uma área de conhecimento isolada.

Nas figuras 7, 8, 9 e 10, interessou-nos saber qual é a distribuição percentual de publicação por Área em relação aos campos da Juventude, Adolescência, Infância e Não-declarado, respectivamente:

Figura 7: Distribuição de frequência de publicações no campo da Juventude segundo a área disciplinar

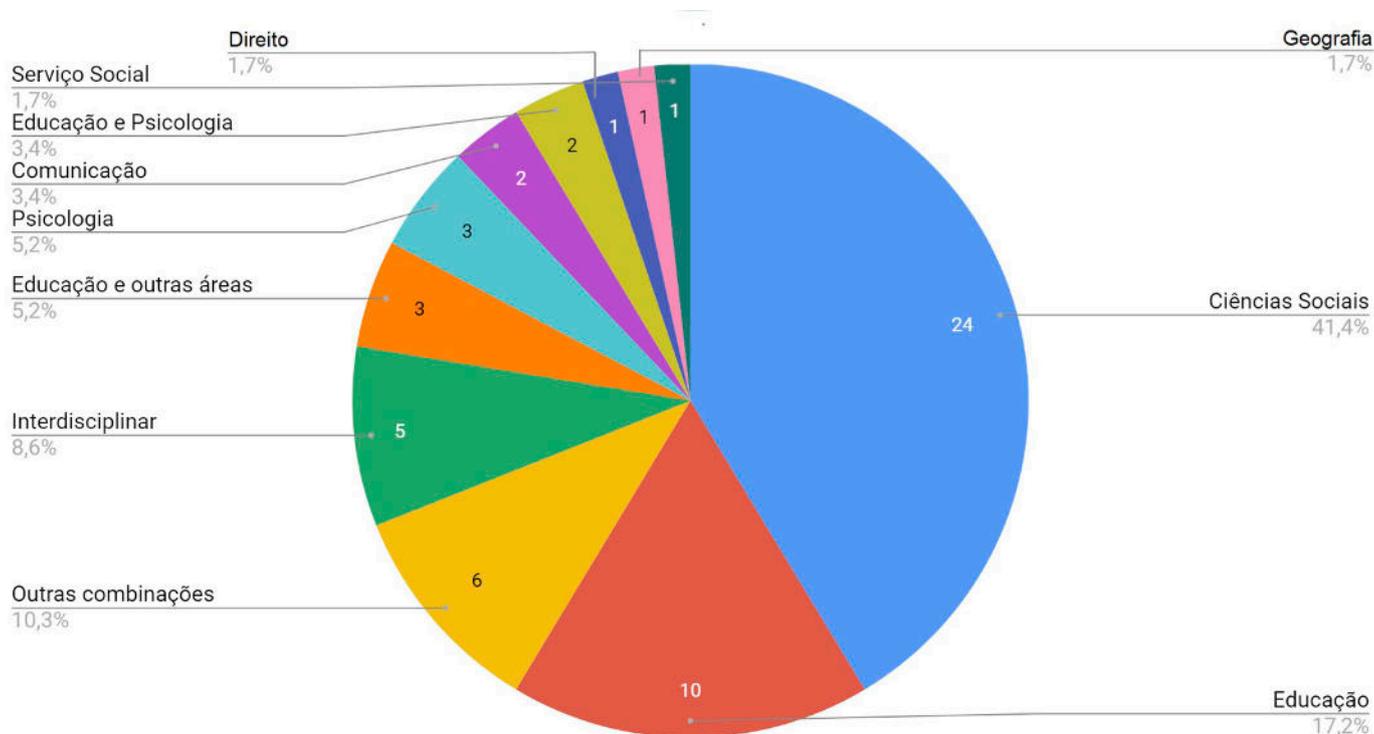


Figura 8: Distribuição de frequência de publicações no campo da Adolescência segundo a área disciplinar

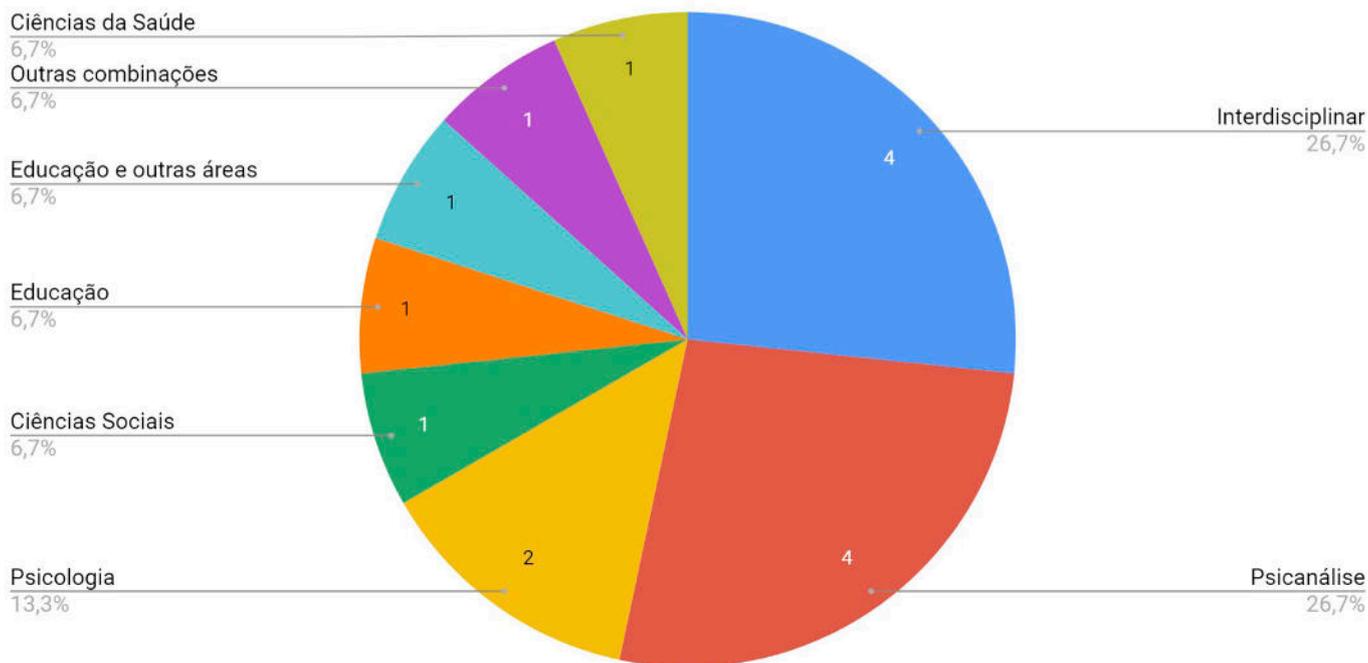


Figura 9: Distribuição de frequência de publicações no campo da Infância segundo a área disciplinar

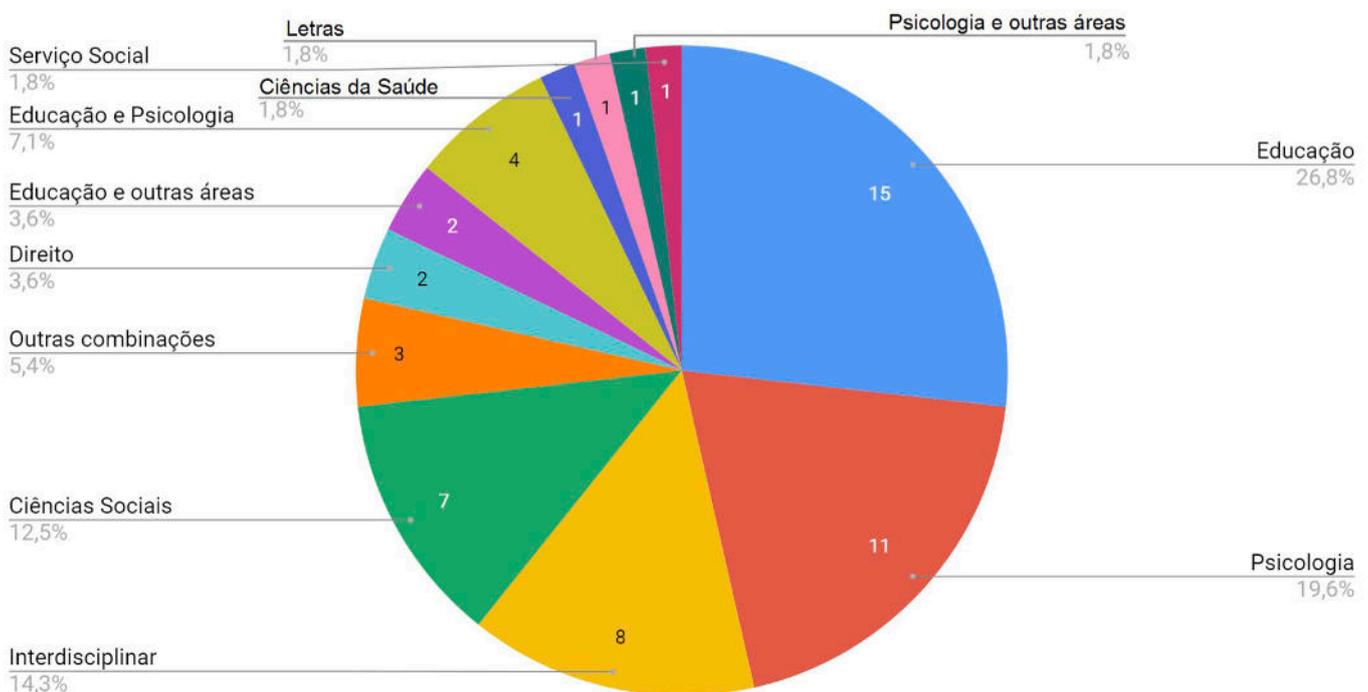
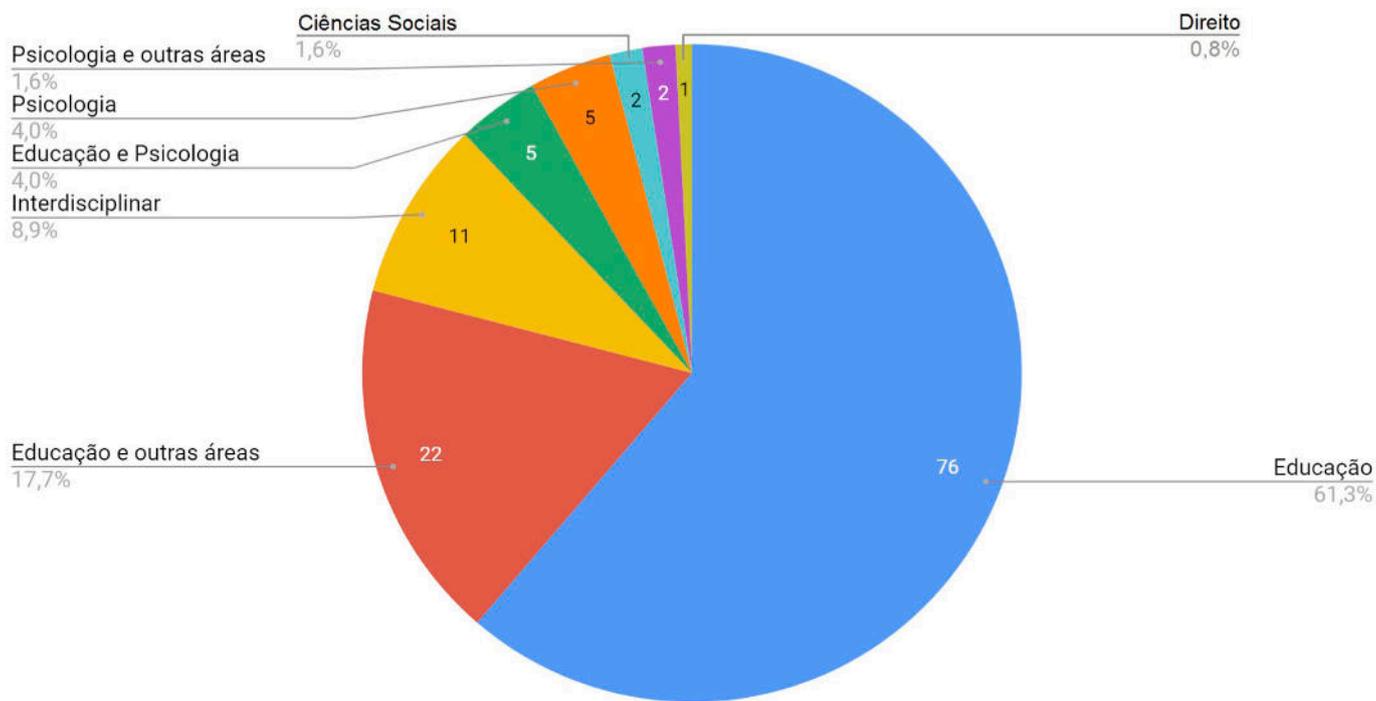


Figura 10: Distribuição de frequência de publicações com campo não declarado segundo a área disciplinar



A Figura 7 nos mostra que a área das Ciências Sociais é a que mais publica livros no campo da Juventude, representando 41,4% do total. A segunda área que mais publica nesse campo é a Educação, com 17,2%. O primeiro dado, que aponta a ênfase nas Ciências Sociais como área que se dedica a publicar obras sobre a juventude, relaciona-se com o que Castro (2019) afirma sobre a Sociologia ter sido a ciência que, durante a modernidade, se encarregou do estudo da estruturação das sociedades sob a égide da dinâmica geracional. O estudo das sociedades ao longo do século XX propõe a juventude como categoria social analítica no âmbito da transformação e do progresso social, aspecto amplamente tematizado por sociólogos e cientistas sociais na época moderna. Observa-se que as teorias sobre a sociedade e sua dinâmica constitutiva a partir da analítica geracional têm definido os interesses da pesquisa sociológica no debate sobre a juventude, levando-nos a questionar, acompanhando a autora, sobre como os jovens, para além do enquadre da juventude enquanto categoria social estrutural, se produzem subjetivamente nas circunstâncias em que vivem (Idem).

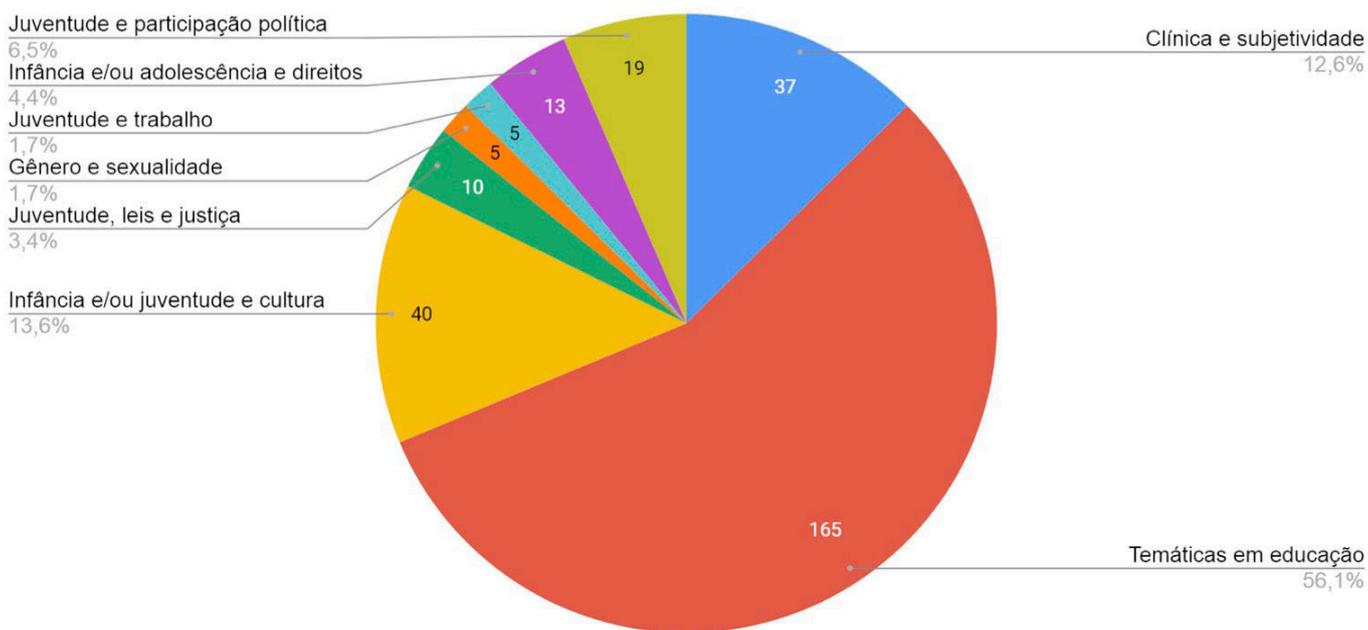
No que se refere ao campo da Adolescência (Figura 8), a área da Psicanálise, isoladamente, é a que mais publica livros, com 26,7% do total, seguida da Psicologia, com 13,3% do total. Destaca-se também que a área Interdisciplinar publica 26,7% do total, a mesma porcentagem que a Psicanálise. Diferentemente do que vimos no campo da Juventude, a área das Ciências Sociais não é predominante no âmbito da Adolescência. Pelo contrário, as obras acerca da adolescência caracterizadas como sociológicas só aparecem quando combinadas a outras áreas, e não isoladamente. Tal diferença diz respeito a como, historicamente, as disciplinas teóricas foram disputando espaço e construindo seus objetos de estudo. No caso da Adolescência, de acordo com Castro (2017), os interesses de pesquisa da Psicologia e Psicanálise tomaram esta categoria

como “conceito que definia uma função psicológica no processo constitutivo da subjetividade moderna em que o se tornar adulto colocava (e ainda coloca) um leque de novas demandas para o sujeito” (Idem, p.10). A Psicologia e a Psicanálise se debruçaram sobre a condição do ser adolescente no âmbito das sociedades modernas e verifica-se que tais áreas mantiveram esse predomínio até os dias atuais. Ainda que algumas teorias psicológicas tenham atribuído um caráter físico e universal à adolescência, especialmente em associação à puberdade, destaca-se, nas obras levantadas, o caráter processual e histórico da categoria Adolescência.

O cruzamento referente à Infância (Figura 9) revela que a Educação é a área que mais publica livros nesse campo, com 26,8% do total. Em segundo lugar, a Psicologia, com 19,6%, e em terceiro, a área Interdisciplinar, com 14,3% do total. Destaca-se também que a combinação entre as áreas Psicologia e Educação possui um número significativo de publicação, apresentando 7,1% do total. A Educação aparece como a área que mais publica na Infância, o que se relaciona à forma com que a infância se institucionalizou na modernidade (Sarmiento, 2004). A partir da criação da escola pública e sua expansão, como instâncias de socialização das crianças na modernidade, a disciplina Educação, enquanto prática pedagógica, ocupou-se das exigências e deveres levantados pelo Estado a fim de separar, proteger e preparar as crianças para o futuro produtivo, quando se tornassem adultas (Idem). De forma concomitante, os saberes psicológicos e médicos fizeram das crianças objeto de conhecimento e de práticas que tinham em vista o seu desenvolvimento convencionalizado como “normal”. Chama a atenção que tais disciplinas, a Educação e a Psicologia, ainda sejam aquelas que estão à frente, até hoje, das publicações acerca da Infância.

No que se refere ao Campo Não-declarado (Figura 10), a Educação é a área que, majoritariamente, não menciona quais são os sujeitos – crianças, adolescentes e/ou jovens – de que a obra trata. Essa área representa, isoladamente, 61,3% das 124 obras do campo Não-declarado, um número muito elevado em relação à quantidade total de obras pesquisadas. A Educação, quando combinada com outra área, vem em segundo lugar, com 17,7% do total, e a categoria Interdisciplinar surge em terceiro, com 8,9% do total. A área da Educação se caracteriza por englobar os processos de ensino e aprendizagem, e o que se verifica é que a tarefa educativa em si se sobrepõe como temática, parecendo desnecessária a menção aos sujeitos educandos. No âmbito do ensino e aprendizagem, o que se destaca é o currículo, a didática e o sistema de interações comportamentais. Dessa forma, esses dados parecem indicar que as pessoas envolvidas no processo educativo, as crianças e os jovens, ao se tornarem sequer mencionados, são invisibilizados como destinatários e co-participantes dos processos educacionais.

Figura 11: Distribuição da frequência de títulos publicados segundo a temática



A figura 11 aborda a frequência de determinadas temáticas nas publicações. Tais temáticas, trazidas no gráfico acima, foram compiladas a partir da análise dos resumos e dos sumários das publicações. Nota-se que a frequência das Temáticas em Educação (56,1%) é superior à soma de todas as outras temáticas (43,9%). A análise das subtemáticas que compõem essa categoria evidenciou a predominância de obras destinadas ao Ensino e aprendizagem, isto quer dizer publicações que versam sobre métodos pedagógicos, didática, dificuldades de aprendizagem, práticas pedagógicas, relações entre psicologia do desenvolvimento e a aprendizagem e as práticas docentes. Outra subtemática expressiva é aquela que se enquadrava em Educação, cidadania e direitos humanos, reunindo obras que abordam a educação a partir de uma perspectiva cultural, sociológica e antropológica, adotando uma visão ampla da educação como um processo construído e atravessado por vários discursos. Chama a atenção, dentre as subtemáticas encontradas, a pouca frequência de publicações destinadas à educação indígena ou de culturas tradicionais. No total de obras levantadas, nenhum resumo faz referência à experiência de educação quilombola, por exemplo.

Outra temática que se destaca em número de publicação é Infância e/ou juventude e cultura. Esta abarca obras que tratam da relação da infância e/ou juventude com diferentes elementos da cultura, como artes, costumes, história, conhecimentos e relações interpessoais. Dentro dessa temática, a subtemática que apresenta o maior número de obras recebe o nome de Território latino-americano. As publicações dessa categoria incluem questões que tratam da infância e juventude em interlocução com suas questões territoriais, assinalando especificidades regionais ou particularidades dos países que compõem esse continente, além de como essas especificidades impactam na subjetividade da criança e dos jovens.

Figura 12: Distribuição do número de autores das obras levantadas segundo a filiação institucional

Filiação institucional	Número de autores
Universidad de Buenos Aires	35
Universidad Nacional Autónoma de México	14
Universidade Federal do Ceará	13
Universidad de Chile	12
Universidade Federal de São Carlos	11
Universidade de São Paulo	10
Universidade Estadual Paulista	10
Universidade Federal de Minas Gerais	10
Universidade Federal do Rio de Janeiro	10
Universidad Externado de Colombia	9
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	9
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	8
Universidad Nacional de La Plata	8
Universidad Nacional de San Martín	8
Pontificia Universidad Católica del Perú	7
Universidad Nacional de Córdoba	7
Pontificia Universidad Católica de Chile	6
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	6
UNESCO	6
Total	211

A figura 12 versa sobre a distribuição do número de autores, de acordo com sua vinculação institucional. Um primeiro levantamento revelou o total de 502 autores responsáveis por 294 obras levantadas no período de análise deste artigo. No entanto, na tabela acima, foram registradas apenas as instituições universitárias e não universitárias de pesquisa científica que obtiveram mais de 5 autores dentre as obras levantadas. Esse recorte se deu a fim de otimizar a leitura da tabela e registrar apenas aquelas instituições que mais se destacaram na publicação de obras no campo da infância e juventude.

A busca realizada através do currículo de cada um desses autores apurou 179 instituições de pesquisa às quais os autores estavam vinculados, sendo 151 universitárias e 28 não universitárias. Das instituições que concentram um maior número de autores, destacam-se a Universidad de Buenos Aires (35), a Universidad Nacional Autónoma de México (14), a Universidade Federal do Ceará (13) e a Universidad de Chile (13). A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO – é única instituição não universitária de pesquisa com mais de 5 autores vinculados e consta na tabela representada na figura 12.

Também cabe apontar que, dentre as instituições brasileiras apresentadas na figura, aquela que mais se destacou foi a Universidade Federal do Ceará, localizada na região Nordeste do País. Em seguida, 8 instituições são do Sudeste do Brasil, sendo 2 privadas e 6 públicas. Tais representações se coadunam com a distribuição do número de

faculdades pelas regiões do Brasil⁹, já que o Sudeste abarca as maiores concentrações de instituições superiores de educação e de produção científica. Um recente relatório elaborado por Clarivate Analytics a pedido da CAPES¹⁰ aponta que o Brasil, no período de 2011-2016, contabilizou que mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. Esse relatório lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na Centro-Oeste.

A partir desses dados, podemos nos questionar se a baixa frequência de autores que publicam por universidade no Brasil deve-se ao pouco interesse da temática em nosso país ou, se relacionarmos a figura 2 com esta, também podemos nos perguntar se a baixa na produção brasileira tem a ver com o pouco investimento público nas áreas acadêmicas que se destinam aos estudos da infância e da juventude, geralmente representadas pelas áreas das Ciências Sociais, Humanas, e da Educação.

Considerações Finais

A partir da atualização do balanço da produção bibliográfica em livros sobre infância e juventude na América Latina, destacamos alguns pontos relevantes que atravessam o estudo desses campos e suas implicações teóricas, culturais e políticas. Os resultados encontrados no estudo atual corroboram aqueles verificados no estudo anterior (Castro et al, 2015). As dificuldades de acesso às publicações através dos sites das editoras latino-americanas permanecem e, ainda assim, foi possível levantar um número expressivo de obras (294) produzidas nesse território durante as 11 edições pesquisadas. Por serem publicadas em português e espanhol, muitas dessas obras não possuem o alcance de divulgação e leitura em comparação a obras oriundas do Norte do globo, escritas em inglês e que apresentam uma maior difusão em função também da língua. Nesse sentido, parece importante que os pesquisadores de outras partes do globo também se esforcem para conhecer a produção de conhecimento na infância e juventude latino-americana, dado seu volume, extensão e relevância.

No que se refere aos resultados, em relação à distribuição de publicação por editoras, obteve-se que há uma concentração significativa de obras publicadas em apenas uma editora comercial brasileira, que tem como área preponderante a Educação. Em comparação com as editoras universitárias, as comerciais são aquelas que mais publicam livros sobre infância, adolescência e juventude, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos. Brasil, Argentina, México e Chile continuam sendo os países que mais publicaram obras levantadas pelo periódico DESidades.

9 IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

10 CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil**: report for CAPES by Clarivate Analytics. 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf> Acesso em: 27 mai. 2019.

A análise regional das publicações revelou que a região Sul do Brasil é aquela em que se localizam as editoras que mais publicam livros sobre infância e juventude, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas. Mesmo levando em consideração as dificuldades encontradas pela equipe dos levantamentos bibliográficos em melhor representar as produções de países latino-americanos hispanofalantes, verificou-se que as instituições que concentram o maior número de autores dedicados à infância, adolescência e juventude estão na Argentina (Universidad de Buenos Aires) e no México (Universidad Nacional Autónoma de México), só em seguida aparecendo o Brasil (Universidade Federal do Ceará).

Acreditamos que esses dados revelam certos descompassos na produção e distribuição de conhecimento acerca dos campos da infância e juventude na América Latina. O primeiro é o fato de o local de produção de conhecimento sobre a infância e juventude advir majoritariamente de instituições de ensino universitário e as publicações ocorrerem em editoras comerciais, e não universitárias. O segundo é a distância geográfica entre as instituições de ensino às quais os autores são vinculados e as cidades onde se localizam as editoras. Conclui-se, assim, que as editoras comerciais estejam investindo mais na área da infância, adolescência e juventude do que as próprias editoras universitárias, que teriam muito mais proximidade geográfica com os pesquisadores e autores que se dedicam a esse assunto.

Além de todo o exposto, a Educação apareceu como a área majoritária de publicações em livros sobre infância, adolescência e juventude. Essa informação sinaliza que as instituições de ensino, especialmente a escola, continuam a ser consideradas os espaços que são alvos de maior interesse na discussão sobre crianças e jovens. Como verificado, a maior parte das obras listadas nesta análise foi categorizada como não tendo mencionado a infância, adolescência ou juventude como objeto da publicação em seus resumos. Essa constatação abre margem para questionarmos, de forma similar à Castro (2019): afinal, falar sobre temáticas afins à infância, adolescência e juventude significaria “também” incluir as crianças, os adolescentes e jovens nessas discussões? As crianças e os jovens estariam implícitos nessas temáticas ou seria necessário explicitar quem são os sujeitos para que eles sejam reconhecidos em suas singularidades? A nossa análise não se propôs a examinar o conteúdo das obras por completo, mas os seus resumos; contudo, nos interessa aprofundar esses indicativos e investigar as noções de infância nesses estudos que não mencionam as crianças nem, tampouco, suas singularidades subjetivas, territoriais, étnico, raciais, sociais e culturais. Em nossa análise, consideramos importante a nomeação desses sujeitos, já que incorporá-los, como também suas especificidades, pode colaborar para a destituição de perspectivas hegemônicas e universalistas que possam vir a encampar as diversas infâncias e vidas das crianças existentes na América Latina.

Ao longo do processo de categorização e análise dos levantamentos bibliográficos realizados pelo periódico, uma interrogação segue nos acompanhando: como se caracteriza a infância e juventude latino-americana? Quem são as crianças e jovens de quem falam essas publicações? Teriam sido os resultados que encontramos, deste modo, similares se analisados a partir de publicações de autores de outros

lugares? Deixamos essas perguntas como indicativos da importância de se conhecer a infância e a juventude latino-americana, seus rostos, suas vozes e suas histórias – e o que esses sujeitos têm a nos dizer sobre si e sobre nosso território geográfico, sócio-político e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, L. R. Onde estão os (sujeitos) jovens nas teorias da juventude? In: COLAÇO, V. F. R. et al. (Org.). **Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2019.

_____. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 47-58, 2002.

_____. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO, L. R. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU, 2001. p. 19-46.

CASTRO, L. R. et al. Análise da produção bibliográfica em livros sobre a infância e a juventude na América Latina. **DESIDADES: Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, v. 3, n. 9, p. 33-50, 2015.

FRANCHETTI, P. **Editoras universitárias no Brasil**. 4 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://paulofranchetti.blogspot.com/2018/09/editoras-universitarias-no-brasil.html>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

HAYASHI, M. C.; HAYASHI, C. R.; MARTINEZ, C. M. Estudos sobre jovens e juventude: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 27, p. 131-154, 2008.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

MENANDRO, P. R. R.; YAMAMOTO, O. H.; TOURINHO, E. Z.; BASTOS, A. V. B. Livros à mão cheia: o livro como veículo de produção acadêmica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 367-386, 2011.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Org.). **Crianças e miúdos: perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

VOLTARELLI, M. A. **Estudos da infância na América do Sul: pesquisa e produção na perspectiva da sociologia da infância**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WALSH, C; MIGNOLO, W. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Entrevista a Walter Mignolo. In: WALSH, C; SCHIWY, F; CASTRO-GOMES, S. (Org.). **Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Perspectivas desde lo Andino**. Quito: UASB/ Abya Yala, 2002. p. 17-44.

RESUMO

O presente artigo é uma atualização acerca de algumas tendências observadas nas publicações em formato de livros sobre a infância e juventude na América Latina, nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, através da análise dos levantamentos bibliográficos do periódico DESidades, ao longo de 2015 a 2018. Seus resultados revelam um número expressivo de obras lançadas no continente latino-americano e apontam a área da Educação como a que mais concentra as publicações nesses campos. As temáticas educacionais do ensino/aprendizagem e propostas curriculares são aquelas que se destacam nas obras encontradas, que majoritariamente não mencionam as crianças e jovens como objeto de sua discussão e análise. Nesse sentido, o estudo interroga a invisibilidade dada à subjetividade daqueles que caracterizam os campos da infância e juventude. Observou-se, também, a pouca notoriedade dada a determinadas temáticas, tais como crianças indígenas e quilombolas, no campo de estudos da infância e juventude da América Latina.

Palavras-chave:

produção bibliográfica, infância, juventude, América Latina.

Analysis of the bibliographical production of books on childhood and youth in Latin America: updates and new horizons**ABSTRACT**

The present article is an analytical update on some of the tendencies observed in the publication of books on childhood and youth in Latin America, in the areas of Human and Social Sciences, through the examination of the bibliographical survey conducted by the journal DESidades from 2015 to 2018. The results reveal a significant number of works published in the latin-american continent and point to Education as the area which concentrates most of these publications. The educational themes of teaching and learning, and curricular proposals are the most featured in the publications, which mainly don't mention children and young people as an object of discussion and analysis. As such, the study interrogates the invisibility of the subjectivity of those who characterize the fields of childhood and youth. Also, the lack of such themes as indigenous and *quilombola* children was noted in the field of child and youth studies in Latin America.

Keywords:

bibliographical production, childhood, youth, Latin America.

DATA DE RECEBIMENTO: 31/05/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 16/08/2019



Juliana Siqueira de Lara

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Mestre em Psicologia pelo mesmo Programa e graduada em Psicologia pela mesma instituição. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ), Brasil. Atua como Editora Assistente no periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: j.siq.lara@gmail.com



Luísa Evangelista Vieira Prudêncio

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ), Brasil. Atua como Editora Assistente no periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: luisaevieira@gmail.com



Paula Pimentel Tumolo

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Graduada em Psicologia pela mesma instituição. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ), Brasil. Atua como Editora Assistente no periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: paulatumolo@gmail.com



Renata Tavares da Silva Guimarães

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Mestre e graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ), Brasil. Atua como Editora Assistente no periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: retsug.ufrj@gmail.com



Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil, e graduada em Psicologia pela mesma instituição. Desde 2014, atua como Editora Associada no periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: sabrinadsavegnago@gmail.com



Sofia Hengen

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Graduada em Psicologia pela Universidad del Salvador, Argentina. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC/UFRJ), Brasil. Atua como Editora Assistente no periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: sofiahengen@hotmail.com



Lucia Rabello de Castro

Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Editora Chefe do periódico DESidades – Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude.

E-mail: lrcastro@infolink.com.br

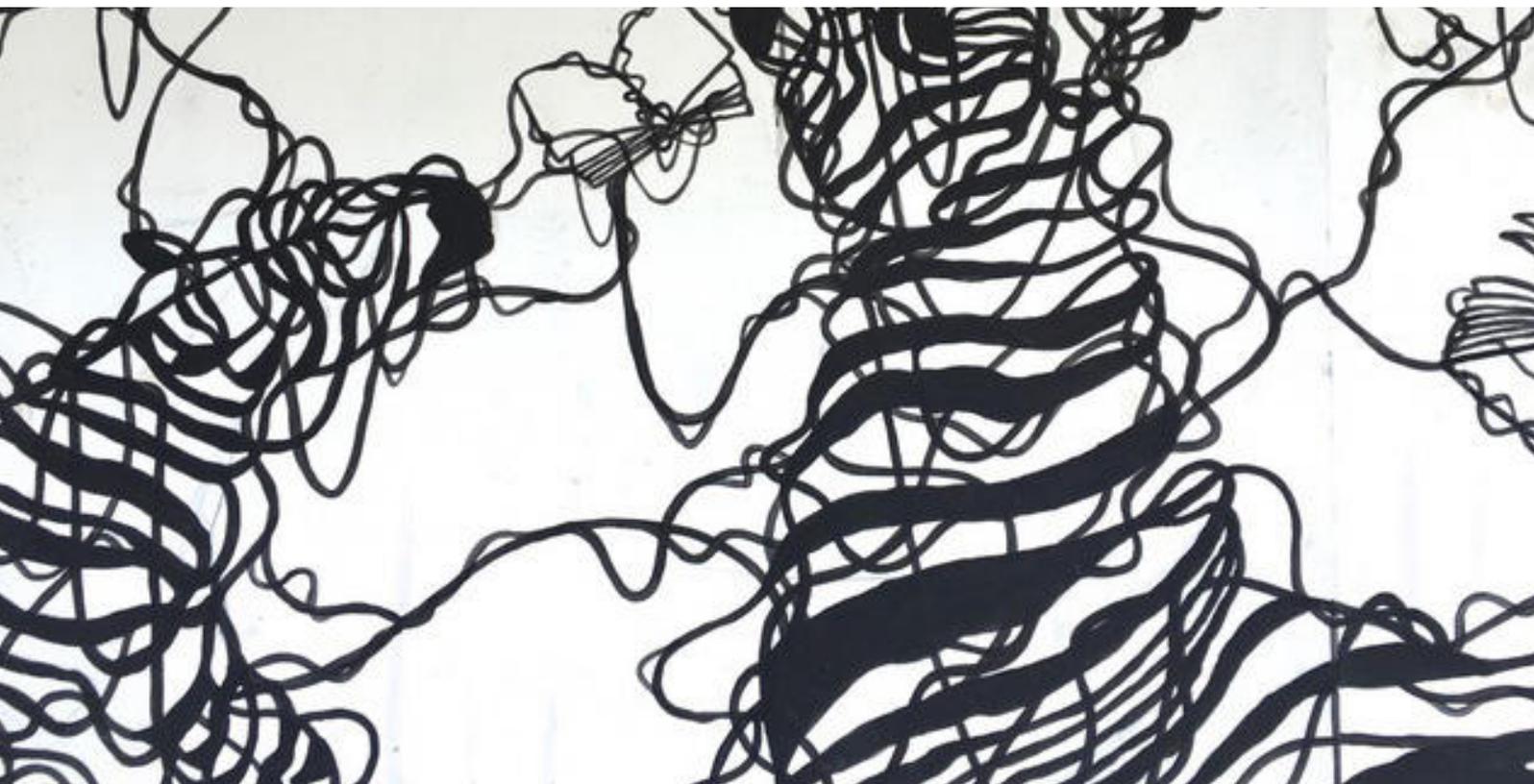


IMAGEM: PxHere

Sintomas do mal-estar na universidade brasileira: onde estamos e para onde vamos?

Mesa redonda realizada no “Ciclo de Debates: Subjetividade,
Descolonialidade e Universidade”

DEBATEDORAS *Claudia Andréa Mayorga Borges E Fernanda Costa-Moura*

MEDIADORA *Sabrina Dal Ongaro Savegnago*

Sabrina Savegnago Boa tarde a todos e a todas presentes. Vamos dar início à terceira mesa de nosso Ciclo de Debates “Subjetividade, Descolonialidade e Universidade”. Hoje, temos como tema “Sintomas do mal-estar na universidade brasileira: onde estamos e para onde vamos?”. Participarão como debatedoras desta mesa a professora Claudia Mayorga e a professora Fernanda Costa-Moura. Inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença da professora Claudia e da professora Fernanda aqui na nossa mesa. Começaremos nosso diálogo com a fala da professora Claudia Mayorga.

Claudia Mayorga Boa tarde a todos e a todas. Quero muito agradecer pelo convite de estar aqui com vocês. Fiquei muito feliz quando vi o tema do Ciclo. Eu acho que o momento que a gente está vivendo dentro e fora da universidade, no nosso País, exige que a gente multiplique espaços como esse. Então, eu queria realmente parabenizar. A nossa vida não está nada fácil nas universidades, seja do ponto de vista dos estudantes, seja do ponto de vista dos docentes e dos técnicos. E também quando a gente vai falar das instituições, dos grupos, dos setores da sociedade com os quais a gente dialoga, temos sentido uma urgência, uma vontade e uma necessidade de nos encontrarmos para compreender tudo isso que estamos vivendo.

Quando recebi o convite, fiquei muito feliz. Fiquei pensando sobre qual das minhas inquietações eu iria trazer para cá para a gente refletir. Porque são várias reflexões de diversas ordens. E acabei fazendo a opção de trazer algumas questões que são resultados de atividades de pesquisa e extensão que temos desenvolvido no Núcleo Conexões de Saberes, que eu coordeno lá na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Eu também fiz a opção de trazer algumas reflexões a partir do lugar da gestão dentro da universidade, como eu estive na gestão passada da Reitoria da UFMG, como pró-reitora adjunta de extensão, e agora como pró-reitora de extensão. Nesse momento tão complexo, estar na gestão da universidade tem nos colocado em exercício reflexivo, de articulação e político muito intenso. Então, eu entendo que estar aqui é uma oportunidade de também ir elaborando um pouco tudo isso que a gente vem vivendo lá na UFMG.

Um dos temas com os quais eu tenho trabalhado nos últimos anos é o debate sobre a democratização da universidade. Inicialmente, em 2006 e 2007, eu assumi a coordenação de um programa de extensão com o nome “Conexões de saberes”, que aconteceu inclusive em várias universidades do País e que tinha como objetivo a democratização muito antes da lei de cotas. Eu acho que a lei de cotas vai ser um marco quando a gente vai pensar sobre esse tema. Mas não só, porque muitas universidades já haviam implementado políticas de ações afirmativas e de democratização do acesso antes disso. Mas certamente a lei de 2012 é um marco muito importante para pensarmos na diversificação do público discente que está na universidade.

Então, eu tenho me debruçado nessa temática das ações afirmativas. E, inclusive, muito do trabalho que a gente tem feito na Pró-Reitoria de Extensão também dialoga um pouco com essas reflexões e com esse percurso. Temos nos deparado hoje, na universidade, com uma série de situações e sentimentos que passam desde

situações de relatos de compartilhamento de experiências relacionadas à solidão, a uma certa pressão com relação à questão do produtivismo, até o adoecimento no âmbito da graduação, da pós-graduação e também no âmbito das relações de trabalho. Os docentes e os técnicos também estão adoecendo. Nos últimos anos, estamos vivendo as questões do suicídio. Isso tem estado muito presente nas universidades. Na UFMG, nos três últimos anos, aconteceram vários casos com situações bem complexas. Mas, junto com isso, temos vivido certa efervescência dentro da universidade pública, muito protagonizada pelos próprios estudantes. Na UFMG, hoje vivemos um momento no qual o movimento sindical dos professores e técnicos, junto com o estudantil, está mais unificado. Então, estamos passando por um momento que está possibilitando esse encontro que nem sempre foi assim. A gente sabe que historicamente esses setores até se separavam por uma agenda de luta específica de cada um, mas também por outras tantas questões. Eu diria que as ocupações que aconteceram em 2016 e 2017 foram muito importantes também para marcar ou para apontar um pouco para a construção do que eu estou chamando dessa efervescência que vivemos hoje.

O momento é adverso, a universidade pública está sob ataque, há uma desconfiança sobre o que a gente produz, que tem sido publicizada e a gente tem sido interpelado o tempo todo em relação à importância e a relevância da universidade pública. Isso tem exigido, como eu disse no início, que nos voltemos um pouco para nós mesmos, não numa perspectiva de autocentrismo, porque eu acho que, historicamente, isso a gente sabe de cor. Muitas vezes, um dos problemas na universidade é que ficamos muito autocentrados e no alto da chamada torre de marfim. Mas esse é o momento de fazermos um exercício de reflexividade, de identificar também no que podemos contribuir, tanto na compreensão do momento que estamos vivendo, quanto também na superação. Eu acho que nós não temos respostas mágicas, não temos um caminho pré-definido, mas precisamos nos debruçar no exercício de construir essas respostas.

O primeiro aspecto que eu separei para trazer para vocês foi um trabalho que nós desenvolvemos no âmbito do Núcleo Conexões de Saberes, que durou de 2007 até 2014. Ele teve como um dos seus frutos o livro¹ intitulado “*Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre a democratização da universidade*”. Naquela ocasião, a gente trabalhava com um grupo de estudantes de graduação de diversas áreas do conhecimento, com perfil de serem estudantes com trajetórias populares e também que se autodeclaravam pretos e pardos. Então, como eu disse, antes ainda da lei de cotas, e isso já se apresentava como um grande desafio. Porque era um programa bem grande com muita possibilidade de bolsas – eram mais ou menos cem bolsas –, e a gente não conseguia ter cem estudantes. Você poderia falar assim: foi a divulgação que não foi suficiente? Mas eu acho que isso dizia respeito a um

¹ MAYORGA, C. (Org.). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre a democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

perfil que a universidade tinha até o momento e certamente, em 2012, isso vai se transformar. Um dos aspectos que nós desenvolvemos nesse programa foi o mapa da inclusão e da exclusão social na UFMG. Nós fizemos esse mapa com algumas perguntas que nos orientavam: onde estão e como estão os/as estudantes negros e negras, aqueles de trajetórias populares? Onde estão os discentes também na sua diversidade? Em que área do conhecimento? Em que turno? Nós sabemos que a universidade acaba reproduzindo na sua forma de organização uma desigualdade entre as áreas do conhecimento, entre os acessos de quem está no noturno e quem está no diurno. Nesse mapa da inclusão e exclusão, já aparecia muito algo que depois vai se intensificar com o processo de democratização da universidade, que são tensões muito intensas e violências em relação a esses estudantes de perfis diversos. Nos números, a grande parte dos estudantes de trajetórias populares, de negros e negras, estava localizada nos cursos noturnos, em áreas historicamente não tão valorizadas, como as áreas das humanidades. E o que chamou muito a atenção nessas pesquisas que nós desenvolvemos foi identificar como a violência vivida por esses estudantes era cotidiana. Desde piadas de colegas que colocavam banana na cadeira da estudante, até a criação de um *blog* para falar mal da estudante negra, porque ela tinha uma trajetória em que a família dela era de empregadas domésticas. Tudo isso e até posições mais institucionais.

Eu acho que esse é um ponto importante para a gente se debruçar. De práticas institucionais que se associam teoricamente com as reflexões sobre racismo institucional, machismo e sexismo institucional, que se reproduzem a partir da própria forma como a gente se organiza em termos das nossas normativas, dos nossos procedimentos internos da universidade. Isso acontece com a burocracia, que parece que não tem cor, sexo, classe etc..., mas o que foi identificado nesse trabalho é que tem, sim. A universidade também se forma em torno dessa marca da burocracia, que revela todo um conjunto de processos de exclusão ou de impedimento de determinados sujeitos de estarem na universidade numa situação de igualdade.

Neste trabalho, nós tínhamos outras duas frentes de trabalho. Uma delas estabelecia diálogos com os movimentos sociais, com o objetivo de identificar pontos de intersecção entre as lutas. Esses movimentos sociais foram: o movimento dos trabalhadores rurais; o movimento negro; os vários movimentos feministas com os quais dialogamos; o movimento LGBT e o movimento dos sindicatos. E nós como universidade percebemos que estávamos e estivemos muitos distantes dessas lutas ou dessas pautas dos movimentos sociais. E o próprio movimento da gente se aproximar e dialogar com os movimentos traz uma série de dificuldades, porque no início eles estavam nos olhando com desconfiança: “o que vocês vão fazer a partir dessa relação que têm estabelecido conosco, desse diálogo a partir dessas pesquisas, ou dos trabalhos de extensão?”. Isso revelou que a relação da universidade com a sociedade ou com os setores da sociedade – e aqui o foco nos movimentos sociais confirmou – é bastante hierarquizada. Por isso, precisamos entender como se dá e se reproduz essa hierarquização no cotidiano. Desde as formas com que nos

aproximamos dos grupos ou dos sujeitos com os quais nós vamos dialogar nas nossas pesquisas, nos nossos projetos de extensão, até os nossos pressupostos epistemológicos e teóricos em relação a esses outros saberes que são produzidos dentro da sociedade. Existem também as questões relacionadas a uma posição ética, sobre o que se faz, o uso que se faz a partir desse encontro que se dá com a universidade nas suas diversas facetas. Porque a universidade tampouco é uma unidade homogênea. Quando as pessoas falam sobre a comunidade universitária ou acadêmica, eu acho que são comunidades ou grupos muito distintos, inclusive com possibilidades de fala, de participação e de reconhecimento muito desiguais. É muito importante que a gente identifique isso, inclusive para tentar construir e articular o que poderia ser uma posição da universidade no enfrentamento desse momento que a gente tem vivido.

Por fim, teve outra frente de trabalho em que nós estabelecemos diálogos com a educação básica, com o ensino médio, principalmente. Foram trabalhos desenvolvidos em parceria com cerca de 18 a 20 escolas da região metropolitana de Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil. E também, nesse encontro, o que se revelou e se confirmou é o abismo histórico entre a universidade e a educação pública e básica e uma série de dificuldades, inclusive para estabelecer esse diálogo.

Eu estou destacando talvez o que foi mais problemático, tanto no movimento de olhar para dentro da universidade quanto na relação com os movimentos sociais ou com outras lutas democráticas, e também com a escola pública. Quando a gente vai contar a história da universidade no Brasil, precisamos retomar a questão de como ela foi se construindo de uma forma distante ou se separando da sociedade, inclusive, querendo propositalmente não se “misturar”. A universidade queria ser uma instituição distinta e até com muitas compreensões superiores em relação a outras instituições presentes na sociedade. Com essa crítica, não estamos dizendo que a universidade não tenha as suas especificidades e as suas contribuições. Mas esse processo na história do Brasil, na história da América Latina – e quando a gente pensa que o Brasil foi o último país da América Latina a ter universidade – revela uma lógica das elites do nosso País: uma lógica colonial que também orientou em grande medida como essa instituição foi se constituindo no nosso País.

A gente não pode deixar de compreender como esse processo se dá ou se deu. O que eu identifico é que, muitas vezes, quando vamos contar a história da universidade, voltamos lá na Universidade de Bologna – Itália, na primeira universidade, nas universidades alemãs... Eu acho que a gente acaba contando e olhando para a nossa própria história com lentes muito eurocêntricas e olhamos para nós mesmos sem analisar que a universidade foi uma instituição implementada no país por e para formar uma elite. E todo esse processo de democratização e de tentativa de democratização que nós temos vivido ao longo desses últimos tempos não se dá sem tensões e é importante que a gente explicitasse essas tensões quando nos propomos a fazer uma análise mais crítica.

Essa experiência do mapa da inclusão e da exclusão, o diálogo com os movimentos sociais e o diálogo com a educação básica também nos deu, pela presença dos estudantes que estavam conosco nessa grande empreitada, o acesso a algumas dimensões da universidade que nem sempre são tão conhecidas. Nós acabamos tendo acesso a uma certa “periferia” dentro da universidade. Desde entender, por exemplo, como se dá a relação com as políticas de assistência estudantil, como é a moradia estudantil, quais são as relações que os estudantes estabelecem.

Mas esse trânsito da periferia para dentro da universidade também nos deu uma dimensão de como essa periferia também vai construindo formas de trabalho em rede, de articulação e de resistência a toda essa lógica que desqualifica e desautoriza e, em grande medida, impede a permanência desses sujeitos dentro da universidade. Estamos falando de redes incríveis, desde o grupo Boca Livre – que, quando acontece algum evento, os alunos avisam uns aos outros onde tem a comida do evento para poder usufruir, – até redes sobre movimentos, organizações e ações para interpelar a instituição naquilo que é mais central de interesse desses estudantes. Tudo isso que a gente viu foi em uma escala mais reduzida, porque afinal de contas o número de estudantes com esse perfil era muito menor, no momento em que nós fizemos essa pesquisa. Em 2012, com a lei de cotas, esse cenário se transforma completamente e tudo isso que a gente identificou também aumentou muito: as tensões nos espaços de sala de aula; as dificuldades de permanecer dentro da universidade; uma desqualificação das histórias e das distintas culturas que os estudantes trazem para o espaço da universidade.

Eu quero trazer também a experiência dos estudantes indígenas. Eles relatam uma dificuldade de serem ouvidos para além do estereótipo. Existe sempre uma expectativa em relação à participação e à expressão dos estudantes indígenas a partir de algo que nós imaginamos, daquilo que foi construído como um certo imaginário sobre os indígenas, que são inclusive muito diversos. Então, estamos falando de um impedimento da conversa. Por exemplo, no caso do estudante indígena lá dentro do curso de medicina, a pergunta que sempre aparecia era: “você usa celular? Você não vem de cocar para a aula?”. Tudo isso vem de uma impossibilidade de escuta de uns com os outros, muito marcada a partir de lugares de desigualdade de fala e de reconhecimento de fala. Mas também a partir de estereótipos que vão fixando esses sujeitos como sujeitos das carências, ou como sujeitos da incapacidade, sujeitos de um lugar muito definido e delimitado a partir de onde eles podem falar.

Essas tensões têm se multiplicado no contexto da universidade e, ao mesmo tempo, as pesquisas mostram que, em termos de rendimento acadêmico e de contribuição para o conhecimento, essa diversidade tem contribuído dentro da universidade. Mas também essa presença diversa, em grande medida, tem ameaçado, ou tem incomodado sujeitos que historicamente já estavam ali porque a universidade foi supostamente feita para eles. Isso já tem sido debatido, de como que, para as elites brasileiras, essa diversificação incomoda. Isso significa que estava existindo alguma distribuição de poder. Não basta ser filho de alguém para estar ali.

Então, eu vou passar para o segundo ponto e depois vou amarrar os três que eu trouxe. Outra reflexão que eu quero compartilhar com vocês foi um trabalho que nós fizemos na Pró-Reitoria de Extensão. Em 2017, a UFMG completou 90 anos e, no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão, nós fizemos uma opção de retomar um pouco a história e a memória da extensão na UFMG. A gente quis de fato fazer uma pesquisa para identificar como a extensão foi se constituindo. Esse é o setor mais novo nas universidades públicas, de uma forma geral. As normativas sobre extensão universitária são muito recentes, datando do final do ano passado. E, ao mesmo tempo, está indicado lá na Constituição que as universidades precisam ter ensino, pesquisa e extensão. Ao retomar a história e a memória da extensão na UFMG, identificamos as distintas formas, os distintos discursos e as distintas posições com que as pessoas compreendiam a relação da universidade com a sociedade, já que a extensão é um setor que explicitamente se preocupa com a relação da universidade com a sociedade. Como se deu ao longo da história essa relação?

A gente vai identificar aí algumas perspectivas. A perspectiva de levar para a sociedade algum conhecimento, disso que até tem sido nomeado mais recentemente de divulgação científica, ou de popularização da ciência, numa perspectiva de compartilhar aquilo que é produzido dentro da universidade com a sociedade, com os diversos setores da sociedade. Uma perspectiva de construir, em conjunto com a sociedade, enfrentamentos a determinados problemas, a partir do encontro e do diálogo. E uma perspectiva que se associa com essas duas, no caso, a ideia dos eventos, de compartilhar o que é produzido, mas muito a partir do desenho dos eventos. Ao mesmo tempo, outra boa surpresa que a gente identifica na pesquisa é que a extensão também se propõe a fazer um movimento de democratização da universidade em diversos aspectos. Primeiro, na medida em que ela tenta reconhecer e recolocar em evidência a importância de reconhecer outros saberes como saberes importantes na produção do conhecimento. Vários programas, projetos e cursos partem dessa perspectiva de que o saber acadêmico é importante, mas que existem outros saberes na sociedade que precisam dialogar, que é importante que eles se discutam. Muitas vezes, eles vão criar tensões ao serem confrontados. Mas é importante marcar essa perspectiva. A outra é de reconhecer também que os sujeitos que produzem conhecimento podem ser diversos. Então, no mapa da inclusão e exclusão na UFMG, eu me lembro de que os estudantes traziam uma pergunta assim: a gente quer saber se um estudante negro e pobre está no laboratório só limpando o tubo de ensaio e a pipeta ou se ele está de fato participando mais centralmente da produção do conhecimento que aquele laboratório está realizando ou que aquele grupo de pesquisa está pesquisando.

A extensão, na sua história, convida para deslocar e mexer um pouco com essas hierarquias. Por exemplo, ao insistir que os estudantes são importantes e protagonistas da produção do conhecimento, ela busca deslocar a ideia de que somente o professor tem esse protagonismo, não que o professor não tenha o seu valor e a sua importância. E nós fomos fazendo esse exercício, dialogando

também com o contexto mais amplo da história do Brasil. A extensão universitária nasce um pouquinho antes da metade do século 20, com o movimento estudantil interpelando a universidade e dizendo que ela precisa ser democratizada, que nós estávamos muito longe dos problemas da sociedade, que a universidade estava muito elitizada. E logo também vem todo o contexto da ditadura militar em que a extensão vai se estruturar muito a partir da resistência. Por um lado, numa perspectiva de levar para a sociedade a obediência, mas também de levar para a sociedade a resistência.

Agora, eu trago um pouco da experiência que eu tenho tido na gestão da extensão. Quero destacar uma iniciativa que a gente tem realizado desde a gestão passada, que foi tentar constituir dentro da universidade uma formação de redes interdisciplinares. A gente fala tanto de rede, de interdisciplinaridade, de transdisciplinaridade, mas a prática disso não é nada fácil! Por que fazer redes? Inclusive dentro da própria gestão da reitoria, as pessoas nem sempre compreendem o que é isso. Primeiro, a gente foi identificando projetos e programas de extensão que muitas vezes atuam no mesmo território, com os mesmos parceiros, com as mesmas comunidades, mas eles não se conhecem. São ações muito pulverizadas e muito ampliadas, que acabam tendo um alcance muito menor e não conseguem muitas vezes dialogar e se encontrar.

Segundo, a lógica individualista de cada um com seu laboratório, cada um com seu *paper*, cada um com a sua produtividade. Embora seja apresentada como uma situação de *glamour*, é uma situação que a gente identifica que é de muita solidão e sofrimento. Inclusive, eu tenderia a achar que esse isolamento, esse distanciamento que nós temos da realidade e da sociedade é quase patológico. Eu acho que a gente sofre de desenraizamento. Temos sofrido e não temos comunidades de base, grupos aos quais a gente possa recorrer e se identificar. Eu entendo que esse individualismo exacerbado tem promovido muitos problemas.

A outra fragmentação é a disciplinar. É muito aterrorizante como nós não conseguimos conversar entre nós e entre as diversas disciplinas. Da mesma maneira, nós criamos uma série de estereótipos uns sobre os outros. Essas construções não se deram do nada e elas são muito importantes na construção disso que eu estou chamando de uma incapacidade de escutar e de construir coletivamente. A gente está organizado nessa dinâmica disciplinar e os problemas da sociedade – veja o que a gente está vivendo hoje no País – não são problemas disciplinares. Não é uma disciplina que vai dar conta de pensar e entender o que está acontecendo no nosso País. Isso exige que a gente articule esses saberes, que a gente lance mão dos saberes do campo do Direito, dos saberes da Psicologia, das humanidades e das artes, os saberes mais técnicos e tecnicistas. Não estou dizendo que é tudo lindo e maravilhoso, que não há disputas até de modelos de ciência e de modelos de universidade. Mas o que temos diante de nós tem de nos colocar para trabalhar em conjunto. E o que temos identificado é a incapacidade desse trabalho em conjunto.

Lá na Pró-Reitoria de Extensão, nós estamos trabalhando com programa “Participa UFMG – Mariana, Rio Doce e Brumadinho”. Isso tem a ver com um programa que a gente criou para lidar com os desastres de rompimento de barragem. Mas muito do que a gente não consegue avançar é porque está lá o antropólogo de um lado e o engenheiro do outro, e os dois não conseguem pensar juntos. Para mim, isso é um retrato de muito do que a gente tem vivido hoje no País, que é uma dificuldade de dialogar e de conversar com a diversidade. Há uma pulverização de pequenas ações, mas e se a gente se juntasse? Estou apostando no coletivo como uma forma de enfrentamento muito potente e muito necessária. Mas isso não quer dizer homogeneização.

Desses trabalhos interdisciplinares, são cinco ou seis redes: a de juventude; a rede direitos humanos; a rede saúde mental; o “Participa UFMG”. Cada uma tem uma agenda de trabalho distinta. São pessoas de áreas do conhecimento diversas, que se reúnem em torno de um tema chamado tema emergencial para lidar com questões da sociedade contemporânea. Muita gente vem para a primeira reunião, vê que não tem recurso e vai embora. Mas tem muita gente que tem ficado nesse espaço e temos conseguido construir muitas coisas interessantes nesse diálogo interdisciplinar. Os estudantes estão cada vez mais inseridos nesse espaço. Aí, eu quero dar esse exemplo do “Participa UFMG”, que é sobre a situação de Brumadinho. Nós temos cerca de 70 grupos relacionados e esse programa que se encontram com certa periodicidade e com uma frente de trabalho, criando ações de pesquisa, de extensão e também disciplinas no âmbito da graduação e da pós-graduação, para lidar com a questão dos desastres. Isso tem sido um exercício muito interessante, porque a engenharia agora está pensando nas questões humanas, sociais e da saúde. Eles estão pensando como estão formando os engenheiros, não desconsiderando as questões humanas e sociais no processo de implementação de um empreendimento minerário. Em Minas Gerais, isso é muito presente lá naquela localidade, naquela comunidade.

A outra rede é a rede de saúde mental. A gente está vivendo um momento em que uma política de saúde mental da e para a UFMG foi criada a partir desse conjunto de encontros. Foram feitos *conversatórios* de estudantes, professores e técnicos. Ninguém botava fé que isso iria acontecer. Incrivelmente, foram três grandes *conversatórios*, onde as pessoas vieram e trouxeram as suas experiências. E isso levou à produção de um conjunto de diretrizes para orientar uma política de saúde mental dentro da UFMG, que não diz só sobre atender o caso agudo de crise ou de tentativa de suicídio, mas que mostra também o que a gente tem de pensar sobre uma universidade que seja diversa, solidária e acolhedora. Inclusive, transformando normativas que são muito restritivas para o ir e vir e estar na universidade.

Então, eu demarquei esses três pontos na minha fala para dizer algumas coisas. Primeiro, a situação é complexa na universidade há bem mais tempo. Talvez seja algo constitutivo da forma como as universidades no Brasil foram se constituindo. Mas que o momento hoje acirra algumas questões, porque também não podemos dizer que a universidade de hoje é a mesma de vinte anos atrás. Temos uma mudança de uma escala e uma rapidez muito grande. Temos tido clareza da nossa ausência

de *cultura de participação*. Temos dificuldades para construir espaços de coletivos, mas ao mesmo tempo estamos construindo. Eu acho que é importante identificar o problema e os abismos, mas também mostrar que existem porosidades onde as pessoas estão fazendo movimentos e tentando perfurar isso. E eu continuo achando que esses três movimentos podem nos ajudar a pensar sobre a superação desse momento em que vivemos. Primeiro, o movimento contínuo de reflexividade. Se historicamente nós não pensamos sobre a universidade como um objeto de reflexão, por exemplo, nas nossas pesquisas, numa posição de autocentramento, acho que precisamos tomar a universidade como uma instituição social, e isso nos aproximará de outros setores da sociedade. Porque nós somos uma instituição que está na mesma sociedade que pretende transformar. Segundo, o diálogo com os movimentos sociais e com outros grupos sociais, identificando pautas comuns e formas de articulação. Este é um exercício muito difícil, mas importante de se realizar. O fato de uma certa proteção de certa elite que sempre esteve na universidade, e essa diversificação no momento em que vivemos nos coloca esse imperativo. E o diálogo com a educação básica, que eu acho que a gente faz isso mais pontualmente nas nossas pesquisas. Como instituição, promover esse encontro, não só porque está agora nas diretrizes da avaliação da graduação e da pós-graduação que a gente tem de desenvolver parceria com a educação básica. Mas como, enquanto instituição, nós podemos enfrentar esse abismo histórico que foi sendo construído entre universidade e escola pública? São alguns pensamentos que eu trouxe aqui para compartilhar com vocês.

Gostaria de dizer que, apesar do momento muito duro, eu pessoalmente tenho marcado muito esse lugar da esperança. Justamente porque, nesse percurso que eu compartilhei com vocês, as pessoas não estão totalmente alheias. Muitas vezes, nomeamos como apatia, como se as pessoas não estivessem se movimentando, mas às vezes não conseguimos ver as diversas formas como as pessoas têm buscado se encontrar e perfurar tudo isso. Eu não estou dizendo que é simples. A gente vai ter que multiplicar esses movimentos e esses encontros e, sobretudo, esse olhar para o que esteve por tanto tempo invisibilizado. As pessoas estavam gritando e pedindo socorro nas periferias da universidade há muito tempo e agora isso chegou mais no centro da universidade. Obrigada!

Sabrina Savegnago Muito obrigada, professora Claudia! Vamos agora passar a palavra para a professora Fernanda.

Fernanda Costa-Moura Eu gostaria de começar agradecendo você, Sabrina, pelo contato e pelas boas vindas, e agradecer muito à Lucia e a todo o grupo do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC) e da Rede Jubra. Quero saudar essa iniciativa tão importante que é discutir um pouco sobre como vamos fazer nosso trabalho na universidade daqui para frente, sobre o que estaremos enfrentando e de que modo podemos tomar pé no futuro da universidade, que depende da gente também, e não apenas das políticas governamentais. Justamente pela adversidade do momento, temos, mais ainda, a necessidade e o imperativo de nos responsabilizarmos pelo que temos a fazer, pelo que queremos da universidade e pelos rumos que queremos dar a ela.

Comecei pensando a partir da proposição da mesa que menciona o “mal-estar”. O que é o mal-estar? E o que é o mal-estar na universidade, do ponto de vista do que estamos vivendo hoje? Com a psicanálise, eu penso o mal-estar como um resíduo, como um efeito necessário do fato de que a gente vive em civilização. A civilização impõe essa tensão inevitável entre as questões que têm de se equacionar no campo do sujeito e o laço social; que é de alguma maneira constitutivo das questões do sujeito, mas que não se reduz às questões do sujeito. Na universidade, me parece que vivemos um tensionamento que fica bem evidente, com as estruturas antigas, podemos até dizer que são estruturas pétreas, já que a universidade, na conjuntura mundial, esteve sempre ligada a uma cultura hegemônica, europeia, que, de alguma maneira, constitui e reproduz o que se convencionou chamar de *status quo*. Mesmo que ficasse reservada à universidade, desde sempre, a ambição de produzir conhecimento que pudesse colocar também problematizações, e colocar em xeque esse próprio *status quo*. Então, essas estruturas estão em tensão com o real, e se trata de uma tensão que existe desde sempre, porque as estruturas simbólicas tentam organizar o real que, afinal, não está na mão de ninguém. Não está na mão de um grupo e também não está na mão da deliberação governamental, ou da deliberação de uma comunidade, inteiramente, assim como não está no domínio de um sujeito que antes, pelo contrário, não consegue dominar sequer a si mesmo. É ele próprio dividido, estranho a ele mesmo. Então, o sujeito precisa estar o tempo todo lidando com o que escapa. Com alguma coisa que ele intenciona, ou que ele quer produzir, ou que ele acredita que deva tomar como caminho, e alguma coisa que escapa disso. Mas essa tensão é também o que pode abrir a chance de um questionamento das estruturas e dos lugares que essas estruturas constituem.

Mas é importante sublinhar que essa possibilidade de colocar a universidade e o modo como o saber é produzido dentro dela em questão é uma possibilidade que o próprio saber central, hegemônico, europeu, tradicional, formal, produziu. Foi o próprio avanço desse saber que produziu um impasse que veio a colocar a hegemonia desse saber em questão. E é de dentro do avanço de um saber hegemônico, como a ciência, por exemplo, com a possibilidade que a ciência tem de perpassar todo nosso tecido social, é de dentro disso que temos que depurar as mediações necessárias para pensar sobre os nossos problemas, as nossas questões, as questões da contemporaneidade que não se incluem no poder central e, dentro disso, as questões do Brasil e do Rio de Janeiro.

Por outro lado, no ponto em que a universidade como lugar de produção do conhecimento é colocada em xeque, justamente, começa a se abrir a universidade para a circulação, dentro dela, de outros discursos que não a frequentavam, fazendo com que hoje a gente não tenha mais uma universidade (ou um universo) de discurso. A partir daí os discursos que se apresentam na universidade são, muitas vezes, antagônicos. Não fazem um todo, não são harmônicos e, pelo contrário, como a pororoca, eles se chocam. E é desse choque que temos que apostar que venha algum tipo de encaminhamento para as nossas tensões. Isso não vai acontecer sem essa pororoca.

Consideremos o que vem trazendo para o País, em sua realidade social, mas também para o campo do debate, da reflexão, para o campo do discurso e da civilização, em geral, a efetivação ampla e real (se conseguirmos sustentar isso) das políticas afirmativas, como a lei de cotas e da acessibilidade, por exemplo, – tudo isso que é muito recente, e cujos efeitos de reestruturação a gente testemunha, mas sobre os quais ainda temos muito que refletir. Ao lado de toda a importância e necessidade premente que temos de mecanismos efetivos que intervenham para moderar minimamente e pelo menos restringir a violentíssima desigualdade social que historicamente nos assola, precisamos mais do que mecanismos. Precisamos colocar em marcha todo um processo histórico que exige a renovação de nossas ideias, de nossa linguagem, de nossas relações e, enfim, – para dizê-lo em uma palavra – de nossas práticas pessoais e sociais. Trata-se, portanto, de um processo complexo, que envolve todos e cada um em nível local e estrutural. Nossa tarefa como nação, a meu ver, tarefa de todos e de cada um, repito, é fazer este processo avançar, onde quer que possamos intervir. Mas para que este processo se ponha em marcha não basta implementar as leis. É preciso a decisão e a disposição de sustentar o trabalho necessário à penetração dessas leis no tecido social. Seguir e refletir sobre o que estes mecanismos trazem de possibilidades, e também ter a coragem de enfrentar o que eles trazem de novas exigências, de questionamento.

De alguma maneira, a nossa tendência, brasileira, é achar que podemos resolver as coisas através do legislativo, que trabalha muitas vezes à distância das situações reais que acontecem no país, promulgando leis que podem ser avançadíssimas e favoráveis à inclusão social sem, no entanto, atentar para todo o trabalho de base, de sustentação real, que é preciso implementar e fomentar no sentido de poder produzir modificações que signifiquem de fato uma penetração dessas leis para os setores da sociedade. Se quisermos tomar nosso destino em mãos, encontramos aí o nosso desafio máximo. Um desafio que, repito, não vai poder se resolver apenas na esfera das políticas governamentais, e que depende também de nós. Depende de que todos tomem aí suas responsabilidades específicas.

As políticas afirmativas trouxeram para dentro da universidade situações e expressões que ficaram literalmente apagadas, reprimidas, censuradas durante séculos de segregação, da qual, ao que parece, não se queria saber. É uma coisa impressionante para mim o fato do quanto é relativamente recente que a gente tenha começado a se perguntar mais séria e amplamente sobre o escravismo em nossa formação social, por exemplo. O escravismo não só como fator histórico de formação, mas como elemento pernicioso, ainda presente e com efeitos em toda a constituição do tecido social brasileiro. Elemento que durante séculos se fez invisível ou se tentou naturalizar e que somente mais recentemente pode ser amplamente demarcado, interrogado e repudiado. É impressionante como a questão da segregação demorou para adquirir essa relevância, essa centralidade, entre nós. Justamente, a luz maior que a crítica descolonial vem adquirindo finalmente, é o que vem permitindo este debate ganhar corpo, ao abrir a possibilidade de pensarmos o que existe de problema específico nosso, em nossa tessitura própria, e com que

recursos podemos enfrentar o que está colocado como problema para a nossa formação social.

Pois bem, na universidade e em várias esferas, esses novos questionamentos, tão necessários, juntamente com todo avanço que trazem, têm produzido também esse mal-estar de que falávamos no início. Um mal estar que não podemos nunca erradicar de todo, pois ele é efeito do próprio avanço civilizatório. Um efeito algo angustiante, é verdade, mas que indica (e que encontramos) quando estamos diante de um real que nos escapa – do real enquanto o que ninguém detém, nem domina –, com tudo o que isso exige de reposicionamento de cada um e das estruturas. Em certas circunstâncias subjetivas e/ou sociais esse mal-estar pode se intensificar se manifestando de uma maneira clínica. No momento que atravessamos, constatamos que todas as tensões sociais, os choques entre diferentes interesses e necessidades em diversas sociedades, tudo isso está tendo uma expressão clínica importante. Pensemos nas situações difíceis do ponto de vista de patologias de ideias ou tentativas de suicídio, e de automutilações cada vez mais presentes entre jovens no mundo todo. Estamos encontrando nestas irrupções algo que registra um ponto em que as coisas chegaram para nossa civilização. Uma vez que a própria Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como uma epidemia mundial o número de suicídios entre jovens, isso nos convida a tomar uma posição de reflexão diferente do que se costumava ter quanto a esse tipo de expressão. E situações dessa ordem, que têm acontecido dentro da universidade, e que são, de muitos modos, dirigidas à universidade, aos colegas, aos lugares... Os atos que têm acontecido no interior ou nas imediações dos Campi, inúmeras crises que emergem sem muito aviso, e a princípio sem explicação, tudo isso requer que pensemos o sujeito que emerge, ou talvez, justamente, o sujeito para quem fica dificultado emergir e se tornar responsável, como efeito dessa condição de desigualdade e segregação que a gente vive no Brasil. O levantamento desse véu sob o qual se manteve durante tanto séculos essas práticas de segregação cobra um preço, surge a urgência de tomar um lugar. Não para reconstituir o recalque, que permitia a violência operar sua selvageria à toda, até porque, felizmente, isso não se sustentará mais hoje, seja qual for a tentativa de força para fazê-lo de novo imperar, mas para poder encaminhar algumas das questões que essa nova consciência coloca para a gente, antes que seja tarde. “O gigante acordou”, como diziam os manifestantes de 2013, e não será possível ignorar que isso coloca a necessidade de continuarmos avançando.

Hoje temos, pois, um problema importante que será necessário enfrentar para podermos lidar com esse tipo de situação, e que é poder operar a transmissão que precisa ser feita na universidade. De um lado, essa transmissão não dispensa a singularidade do sujeito, não dispensa que cada um tome lugar, e faça o trabalho de adquirir e tomar para si a produção do saber e da pesquisa, e da extensão. E, de outro, tradicionalmente, a universidade tem a responsabilidade de passar para o público a cultura, o campo do discurso, o saber acumulado que se produziu. Não podemos esquecer que é preciso criar as condições para que possa aparecer, do lado do discente, um sujeito tomando lugar e reconfigurando, portanto, toda a tessitura de saberes.

Estas são questões em que temos que pensar a cada vez. A cada momento em que entramos numa sala de aula, isso tudo exige posicionamento. O nosso lugar de responsabilidade, a necessidade de transmissão e a possibilidade de fazer essa transmissão sem impedir que surja no processo um sujeito que, de seu lugar, do lugar que vier a tomar, nos dirá outra coisa do que lhe ensinamos. Transmitir o saber acumulado, sem objetalizá-lo nessa transmissão (sem pretender fazer dele um saber neutro, universal, isento, inocente) e sem objetalizar tampouco aqueles a quem esta transmissão é dirigida. Isso nos leva ao problema de como sustentar uma transmissão que não dispensa a singularidade do sujeito que deve tomar lugar para que essa transmissão se complete.

O que acontece quando essa transmissão concerne a pessoas que se veem diante do desafio de ter que tomar lugar dentro desse campo dos saberes constituídos que a universidade representa, sem uma referência que as prepare e as situe neste mundo mais amplo que está se abrindo para todos? Por exemplo, penso numa jovem que dizia: “Eu sou a primeira pessoa da minha família que está na universidade. No meu bairro, na minha comunidade, na minha igreja, na minha família, eu não chego mais a compartilhar plenamente dos valores deles”. Ela estava na universidade e passou pela experiência de acessar discursos outros do que os que ela conhecia na adolescência passada em família, no bairro onde nascera, e que, de algum modo, se tornaram para ela alguma coisa vital. O que ela enfrentava diz respeito ao fato de que não poderia mais recuar do que já estava nela, e, ao mesmo tempo, ela não conseguia mais compartilhar isso plenamente com a sua comunidade de origem. Por outro lado, não tinha ainda desenvolvido todos os recursos que lhe facultarão colocar seu problema dentro de uma nova comunidade, a comunidade acadêmica, com as exigências a que ela tem que responder. Então, essa situação pode provocar uma crise, à qual temos que responder, e que é bastante preocupante. Porque a verdade é que temos poucos recursos para lidar com isso. E alguns recursos que tínhamos caíram em desuso.

Para que o discente possa estar numa cadeia de transmissão como responsável, é preciso que se possa transmitir o saber acumulado e, ao mesmo tempo, abrir um lugar para que, de lá, venha uma palavra, uma interrogação, não apenas uma repetição ou uma imitação. Isso é indispensável, porque quem não interroga não pode aprender, não pode vir a tomar lugar. Como vamos abrir a chance para que nossos alunos possam se exercer como protagonistas da produção de conhecimento e não apenas como aprendizes? Como podemos estar com eles ajudando-os a tomar lugar sem condescendência e sem que isso configure uma licença para eles fazerem as coisas fora de um laço de assentimento que inclui a passagem pelo saber formal, estabelecido? E por outro lado, como vamos poder, de alguma forma, abrir um campo de trabalho que não imponha a eles uma maneira tradicional viciada, atributiva do que é “bom” e do que “não é bom”, segundo critérios que são sempre datados e locais, mas que se colocam como universais? Dito assim, parece ser uma coisa simples, mas eu acredito que seja uma das questões mais candentes que temos hoje.

Quando consideramos esses casos da clínica que estão aparecendo, esses casos limites de desespero, em que o mal-estar se transforma em uma impossibilidade de estar na universidade, e se manifesta em violência ou em crises de vários tipos, desde a irrupção de surtos até o desaparecimento; como podemos enfrentar esses casos sem cair num psicologismo, e sem desconhecer que esses alunos manifestam o que ocorre quando da entrada na universidade, na esfera do discurso formal, de uma população que estava à parte? Nossa população em grande parte se constituiu como segregada histórica e culturalmente, inclusive com o apoio das instituições públicas em nosso campo social onde, desde a escola básica, até a saúde, a assistência social (ou a falta de), a mínima relação que temos com a rua, com o transporte público, com a calçada onde andamos, tudo é fator de segregação.

Como vamos fazer para não deixar de considerar que cada sujeito que está em crise manifesta, encarna uma crise que é muito maior do que a narrativa singular que ele tem para fornecer sobre sua crise? Embora tenha toda a importância do mundo a vivência familiar de cada um, o ponto onde cada um está e aquilo que deflagrou a crise. E justamente, porque, em larga medida, nossa intervenção precisa incidir em nível local. Estamos lidando, portanto, com todo tipo de situação nova. Estamos lidando com o desafio de dar acesso à universidade a pessoas que vivenciam a desigualdade e a segregação, e também necessidades especiais – em um país que historicamente não investiu, não se preocupou e não se aparelhou para isso. Temos necessidade de democratizar a universidade, e precisamos continuar a lutar para obtermos os meios para isso, os meios financeiros e os outros, como o estudo, a experiência, a escuta e a reflexão que são necessários. Para avançar nesse processo vamos encontrar o choque, a pororoca. Porque, de um lado, não temos os recursos e temos de inventar um modo de formar todos os alunos, na sua pluralidade, e acolher as condições em que eles se afirmam. O sujeito com uma deficiência visual, por exemplo, tem dificuldade de acesso à bibliografia, ao saber formal. Se ele tem uma dificuldade física, vai encontrar dificuldades de se locomover na cidade. Precisamos nos dirigir a esses jovens, pagando o devido tributo de respeito à sua dignidade e confiando que venha deles uma posição de responsabilidade. E vemos hoje a importância que a universidade tem nisso. Não apenas para acolher e formar as pessoas que vão conquistar novos territórios ou retornar para suas comunidades, multiplicando o efeito civilizatório que a democratização da universidade pode ter, mas também para produzir os meios discursivos, a reflexão, a pesquisa, uma compilação da experiência que nos ajude de fato a promover essa inclusão.

De repente, vimos eclodir na universidade as questões de raça, de cor, de gênero, vimos a diversificação das referências simbólicas através das quais as pessoas se identificam e tentam nos fazer passar para um discurso novo. Vamos tomar isso como uma coisa que está pronta e que importamos, por exemplo, do discurso americano, ou do discurso europeu? Ou vamos nos responsabilizar por acolher o problema que se está colocando, em nossos próprios termos e limites? Porque essa nossa cultura central, branca e europeia, de alguma maneira, aglutinou para si, capturou e tirou do sujeito as balizas simbólicas a partir das quais ele pode ter um

lugar de fala. Então como achar que o campo do discurso está pronto? Como estar junto, inventando meios por onde se possa retomar a cultura que a universidade veicula, a cultura acadêmica, tradicional formal, para que a gente possa fazer desse formal alguma outra coisa? Para que possamos olhar para esse discurso hegemônico de uma maneira tal que, a partir dele mesmo, possamos ler outra coisa?

Então me parece que essa é também a nossa questão com os sujeitos, com a gente mesmo como sujeito, com os nossos alunos: tomar lugar na nossa história, na história que nos precede, mas que se reproduz em nós, e que nós reproduzimos. Cada um parte dessa história para, de algum modo, conseguir se separar também um bocadinho dela. E inventar alguma coisa para frente.

Há um último ponto que eu queria mencionar. Não podemos desconhecer com que forças estamos tendo de lidar e como essas forças atuam dentro de cada um. Não é só porque o sujeito pode buscar uma referência nova, que essa referência está pronta para ele. Se importarmos os discursos, reproduzimos os preconceitos e os problemas. Então, me parece que o momento, hoje, é uma possibilidade, como dizia Claudia, que falava da esperança, um momento de crise, e de crise do nosso discurso, mas também um momento de nos responsabilizarmos por criar e produzir aos poucos um novo arranjo disso que está desmoronando, que são as relações discursivas, os lugares, as diferenças, as possibilidades de frequência dos lugares.

Hoje, não temos mais possibilidade de sustentar uma transmissão que era feita de forma hierárquica, do professor como dono da cátedra, para o aluno que simplesmente ouvia, obedecia ou se submetia. Por outro lado, temos a possibilidade de inventar uma outra relação que não seja simplesmente nos demitirmos do nosso lugar, de ensinar, de formar, de pensar como vamos formar, de como vamos trabalhar juntos. Como dizia Claudia também, para poder potencializar esses outros discursos que não são o discurso formal, a tomar lugar dentro dos problemas formais. O que está em questão é essa chance que temos de tomar um lugar diferente no campo do discurso das relações sociais. Mas isso tem como condição que a gente não se exima da responsabilidade que é a nossa, de ensinar. Acho que certamente precisamos aprender muito com os alunos, mas a condição, a meu ver, para que isso aconteça é que se possa também sustentar e não abrir mão do nosso encargo de formar. É certo que não temos mais os caminhos para isso, estamos ignorantes hoje. Temos de nos reinventar nessa possibilidade de formar. Mas, se pudermos não abrir mão disso, vamos poder aprender alguma coisa com os alunos, porque nesse laço, os alunos também vão aprender alguma coisa com eles mesmos.

Sabrina Savegnago

Muito obrigada, professora Fernanda e professora Claudia! Foram falas muito instigantes e necessárias e me pareceu que, de certa forma, elas se complementam. A professora Claudia falou a partir de uma perspectiva da Psicologia Social, trazendo experiências institucionais extremamente diversas e ricas para falar desse desafio de se pensar a relação entre a universidade, a sociedade e os movimentos sociais, e destacou a importância de se pensar a democratização da universidade e a questão

da extensão. E a professora Fernanda também traz essa questão, a partir do campo do sujeito, numa perspectiva psicanalítica, destacando os desafios da transmissão na universidade, que são muito importantes para estarmos pensando, principalmente nesse momento em que estamos vivendo.

RESUMO

O encontro aqui transcrito discute os sintomas do mal-estar na universidade brasileira e aponta pistas em relação a como re-situar o papel da universidade pública na construção de mediações simbólicas necessárias ao debate público dos desafios do tempo presente. Discute-se a condição subjetiva dos alunos incluídos pelos processos de democratização das universidades e o tipo de herança que se constitui com as cotas, sociais e raciais, que demanda que a universidade repense seu modo de operar. Defende-se que a ação universitária deva ser mais participativa na sociedade, através de programas de extensão, por exemplo, bem como se evidencia que está ao seu alcance buscar uma maior integração, no sentido de aproximar disciplinas distintas, mas necessárias à ação em um campo comum.

Palavras-chave: universidade pública; transmissão; extensão universitária.

**Symptoms of malaise in brazilian university: where are we and where are we going?
Round-table organized for the “Cycle of Debates: Subjectivity, Decoloniality and University”**

ABSTRACT

The conference transcribed here discusses the symptoms of malaise in brazilian university and points to clues as to how to reposition the role of the public university in the construction of symbolic mediations necessary to the public debate of contemporary social challenges. The discussion also involves the subjective condition of students included in higher learning institutions through the democratization of the accessibility to universities and the heritage of social and racial quotas, which demand a reflection on and a readjustment of the way in which the university functions. It is argued that university practices should be more engaged with society, through community outreach programs, for example. It is also demonstrated that it is within university's reach to search for greater integration, in the sense of bringing together disciplines which are different, but all necessary for action in common ground.

Keywords: public university; transmission; university extension.

DATA DE RECEBIMENTO: 17/04/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 19/10/2019



Claudia Andréa Mayorga Borges

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Complutense de Madrid – Espanha, professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordena o Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão “Conexões de Saberes”, na UFMG. Atualmente, é Pró-reitora de Extensão da UFMG (2018-2022).

E-mail: mayorga.claudia@gmail.com



Fernanda Costa-Moura

Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Psicanalista membro do Tempo Freudiano Associação Psicanalítica.

E-mail: costamouraf@gmail.com



Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editora Associada da Revista Desidades.

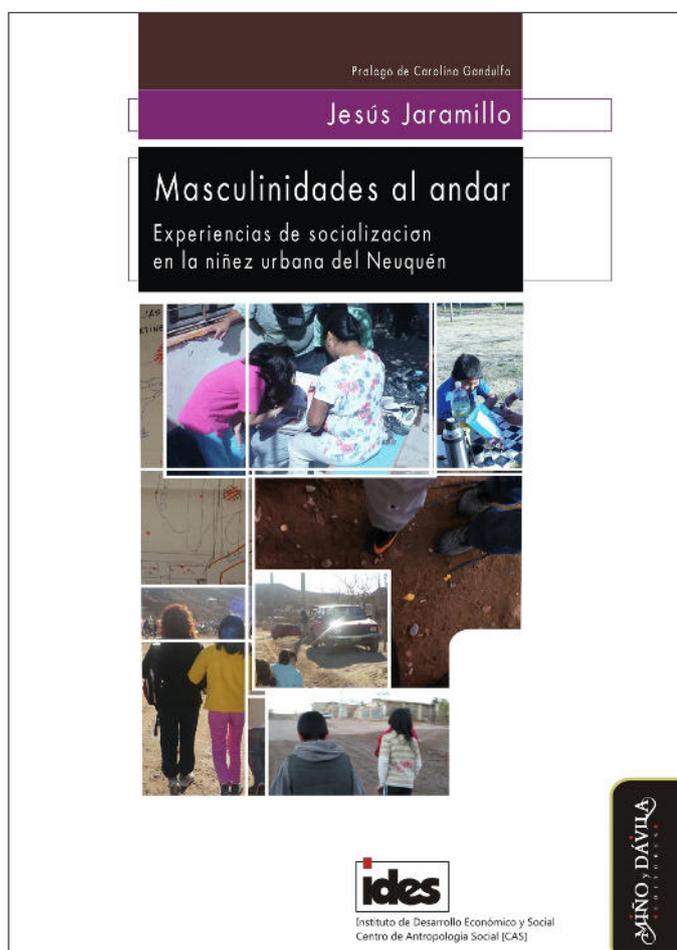
E-mail: sabrinadsavegnago@gmail.com

Masculinidades al andar: experiências de socialización en la niñez urbana de Neuquén, de Jesús Jaramillo.

RESENHA POR

Regina Coeli Machado e Silva

Caminhando, conhecendo e aprendendo como meninos



Uma abordagem sobre e entre as crianças, de uma perspectiva de dentro, em que o ato de andar é o modo pelo qual meninos têm consciência deles mesmos como crianças de Toma Norte (bairro periférico de Neuquén, na província de mesmo nome na Argentina) é o objeto do livro de Jesús Jaramillo. Trata-se de uma descrição minuciosa, estimulante e perspicaz que expressa a particularidade de uma infância vivida na pobreza em um bairro caracterizado pelo fenômeno habitacional conhecido localmente como *tomas*, ocupação de terrenos de propriedade estatal. O livro traz muitas contribuições relevantes, interrelacionadas. Entre elas menciono a experiência etnográfica com participação e colaboração das crianças, bem como as diversas abordagens analíticas para compreensão dos elementos implicados na socialização e na masculinidade. Privilegiar aqui o contexto da pesquisa dessas temáticas me parece o mais importante, pois é uma forma de demonstrar

a qualidade do livro, obtida, justamente, por essa interrelação tornada visível na construção dos dados etnográficos.

O autor problematiza a socialização infantil não como inculcação de um mecanismo gradual de obtenção de cultura, mas como um processo nunca unidirecional e muito menos reduzido “a la internalización de deseos, normas, roles y valores” (p.35). A masculinidade é entendida como uma construção que emerge nas interações no cotidiano, uma configuração prática na qual se entrecruzam relações sociais, de trabalho, de classe, de raça e sexo/gênero. Para compreender e analisar o papel das identificações masculinas nas relações entre meninos e meninas, as formas que adquirem essas identificações nas experiências do bairro entre pares e adultos, o autor argumenta que as noções, designações e atribuições masculinas constroem-se e transformam-se nessas interações e que os modos pelos quais as masculinidades são ensinadas e aprendidas são partes aí constituintes. A conclusão é que os meninos da *Toma Norte* aprendiam a

Ser varones en la medida en que se agrupaban como niños varones y establecían vínculos y redes sociales con otros grupos del barrio y más allá del barrio, logrando con ello establecer un modo de socialización cuya particularidad era el andar como mecanismo de sobrevivencia cotidiana y estratégica para mantener o mejorar su posición en el sistema de relaciones de clase y género. Allí ponían en juego conocimientos, habilidades, intereses y vínculos, cuya diversidad y complementariedad eran vitales para enfrentar los cambios económicos y los procesos históricos presentes en sus contextos (p.114).

O dado etnográfico construído é, portanto, a masculinidade *ao andar*, particularidade de um modo de socialização das crianças em *Toma Norte*, sintetizada de forma precisa no próprio título do livro. O capítulo dois, intitulado “Sabemos caminar: masculinidades en movimiento”, aborda dois significados inseparáveis do modo de conceber a socialização. É tanto a forma de conhecimento construída pelas crianças a respeito do bairro em contexto quanto os saberes masculinos e femininos em relação, de modo que o movimento é a ação de andar ao mesmo tempo que se estabelecem saberes sobre o gênero. Esses saberes mantêm assimetrias e diferenças que os distinguem como gêneros: ao *andar* dos meninos se opõe o olhar das meninas; à autonomia, valentia e coragem dos meninos se opõe a responsabilidade/cuidado das meninas, que dependem da autorização de seus familiares para *andar*, pois deixam de participar de várias atividades em casa. O movimento permanente pelo bairro habilitava os meninos a perceber de forma detalhada o entorno, convertendo a história do lugar em pensamentos autônomos e, às meninas, habilitava a observar as desigualdades existentes. Para a construção da masculinidade, quando mais hábil era a capacidade de um menino *andar* pelo bairro, mais viril.

À rica pluralidade do verbo *andar*, que não é possível descrever aqui em detalhes, corresponde à categoria nativa de grupo, desenvolvida no capítulo quatro. Os vínculos desenvolvidos pelos meninos em sua cotidianidade era um modo de relacionarem-se em

contexto de grupo, como o *grupo do futebol*, o *grupo de jovens*, o *grupo do restaurante* e o *grupo dos colaboradores da etnografia*. O modo de relação como grupo reunia saberes e práticas que permitiam e estimulavam relações de gênero dentro e fora do grupo, do mesmo modo que era uma dimensão constitutiva de inúmeras relações com outros meninos, homens, mulheres e adultos em suas trocas recíprocas sustentadas pela masculinidade. Tal modo de relação estava na participação das partidas de futebol, nas festas, nos lanches, nas aulas de apoio, nas viagens e nos passeios pela cidade, além do bairro. Era também um dos caminhos transitados para obter benefícios e circular, desafiando fronteiras locais e as fronteiras políticas e religiosas.

Os valores, saberes e práticas incorporados na masculinidade são evidenciados no capítulo três, em torno das relações e das diferentes formas de percepção do roubo entre as crianças e adultos. Quando ocorrido no interior do grupo, a exemplo do menino que *ficou* com os *marcadores* durante o trabalho colaborativo, o roubo é visto como uma quebra de vínculos e de um *código grupal*. Quando ocorrido na escola, em que algum menino *ficava* com objetos não considerados de valor ou sem necessidade de possuí-los, colocava-se a dúvida sobre a virilidade implicada no *saber roubar*, de modo que os autores eram acusados de *zapato*¹ e *gay*. O *chorerio* no bairro, como o roubo de mochilas por desconhecidos que passavam de motocicleta, era visto de forma negativa, pois implica a apropriação de algo alheio de forma violenta. *Chorros* eram também os donos do *ciber* local que cobravam mais caro o acesso na internet nos momentos de maior movimento ou aqueles que roubavam a cerca da quadra de futebol ou os computadores do restaurante.

Contudo, havia outro significado atribuído ao roubo, quando os meninos escolhiam jogos eletrônicos em que personagens tinham de roubar e matar, e possuíam habilidade de “saber escapar a tempo”. O mesmo significado emergiu e foi experimentado pelo pesquisador entre os meninos, quando estavam no *ciber*: conseguiram roubar meia hora de jogo sem pagar (embora tivessem dinheiro para isso e pudessem contar com o pesquisador) e de lá saíram “con gestos corporales de grandeza, caminaban sacando pecho y al mesmo tiempo riéndose del dueño” (p.79). Aos olhos dos meninos, aquilo foi uma atitude de *viveza*. O mesmo ocorria com o roubo ou *choreo* de filmes em DVD na feira, justificado por serem usados para distrair em casa e não para vender. Tais práticas exigiam-lhes grande esforço e atribuíam-lhes valor e reconhecimento. Colocar-se em risco, em situações difíceis, ter astúcia e rapidez para escapar, habilidades implicadas no roubo, era uma maneira de os meninos diferenciarem-se e distinguirem-se como homens. O *choreo* envolvia virtudes de valentia e coragem para ações perigosas, indicando, ao mesmo tempo, significados de pertencimento e exclusão, diferenciando-os por um nós em relação a outros adultos do bairro. No grupo, o *choreo* era aceito como legítimo e reconhecido e funcionava

1 Há várias categorias utilizadas pelas crianças, ao que tudo indica, advindas de grupos populares. *Zapato* tem o significado de tonto, tolo ou débil. *Chorerio*, *choreo* ou *chorreo* são variações do verbo roubar. *Chorro* é a categoria utilizada para identificar o ladrão.

como um capital simbólico. Chegar ao status de *capo*² e *groso*³ é ter demonstrado coragem e ser viril, obtendo prestígio, ao contrário de serem identificados como *zapatos*, *giles*⁴ ou, o insulto máximo, *covardes*.

As relações de prestígio e respeito que constroem a masculinidade entre os meninos, tendo como eixo o *choreio*, são debatidas pelo autor com outras abordagens, que priorizam a explicação do roubo como atividade de subsistência na vida das crianças em situação de rua (na página 85) ou associado à delinquência (na página 112). Como afirma, ao contrário dessas abordagens, o roubo, ao exigir diversas habilidades consideradas *viris*, é uma das formas locais de atribuir significado à masculinidade entre os meninos, e nos impõe um questionamento sobre “modos, normas e valores legítimos”.

Mais que recorrer à necessidade de questionar a legitimidade ou não dos “modos, normas e valores” vinculados ao roubo, creio que deveriam ser ressaltados, antes de mais nada, os efeitos da ambiguidade aí contida: mesmo considerado uma das formas de atribuir masculinidade entre os meninos, em nenhum evento o roubo deixou de ser visto como violação de códigos grupal, local e legal, sendo ignorado ou, ao contrário, enaltecido. Talvez o autor pudesse argumentar que o roubo não seja uma forma de atribuir a masculinidade, mas, ao contrário, apenas uma oportunidade propícia para desenvolver e experimentar atributos importantes ligados à coragem e à esperteza. O valor central para diferenciar-se e distinguir-se como homens estava em colocar-se em risco, colocar-se em situações difíceis e ter astúcia para escapar, como ocorria em situações perigosas no bairro, relatadas por eles. Explorar brincadeiras que satisfizessem a necessidade de desafios, envolvendo riscos, talvez demonstre que a masculinidade estava, antes de mais nada, na habilidade desenvolvida para engajar em aventuras e lidar com o perigo. O roubo poderia ser visto, inclusive, como um desafio que possibilitava descobrir como o mundo em torno deles funciona, o que podem ou não fazer, como podem ampliar suas capacidades e desenvolver percepção de si mesmos e entre pares.

Embora a articulação entre os elementos contidos na construção do dado etnográfico (a masculinidade ao andar) esteja clara, ela somente se completa ao final da leitura. Isso ocorre, talvez, pela apresentação do livro estar presa ao formato da apresentação de trabalho acadêmico, pois cada capítulo tem uma introdução e conclusão. Com quatro capítulos, a introdução inicial do livro é, na verdade, a apresentação e a discussão dos debates teórico-metodológicos que circunscrevem o tema. Tais debates são tanto mais importantes para o tema quanto mais inseridos nas sensibilidades jurídicas e políticas ligadas às infâncias no contexto mundial atual. Os diálogos estabelecidos pelo autor com as tradições teóricas da Antropologia e suas abordagens específicas, ligadas aos temas das crianças, da infância, da socialização e da masculinidade são, assim, inseparáveis das formas de sobreviver das crianças de Toma Norte, em condições estruturais e socioeconômicas de produção da pobreza. Essa é outra grande contribuição do livro.

2 *Capo* é uma categoria que identifica alguém como muito bom em alguma coisa, um *expert*.

3 *Groso* identifica uma pessoa importante, valiosa.

4 *Gil* é uma categoria utilizada para identificar alguém pouco confiável.

O ato de andar em grupo é não só estimulante pelos desafios, perigos e riscos que os meninos podem encontrar, mas permite a eles aprendizados e conhecimentos como meninos, vivendo sua infância, dentro e fora da escola, no bairro e em casa, entre pares, meninas e adultos. Por ultrapassar as particularidades locais ao focar modos de infância na pobreza, que se revelam próximos a contextos de outros países como o Brasil, a leitura do livro é imprescindível não só para pesquisadores e estudiosos na academia, mas para todos aqueles que trabalham com e entre crianças, como professores, pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, profissionais do campo da saúde e jurídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JARAMILLO, Jesús. *Masculinidades al andar: experiências de socialización en La niñez urbana de Neuquén*. Buenos Aires: Mino y Dávila Editores, 2018.

Palavras-chave: masculinidade, socialização, etnografia colaborativa com crianças.

DATA DE RECEBIMENTO: 11/03/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 20/04/2019

Regina Coeli Machado e Silva

Doutora em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ), Brasil. Professora Sênior no Mestrado e Doutorado Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteira e do Mestrado e Doutorado em Letras, da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), Brasil. Professora colaboradora no Mestrado em Literatura Comparada da Unila (Universidade da Integração Latino-Americana).

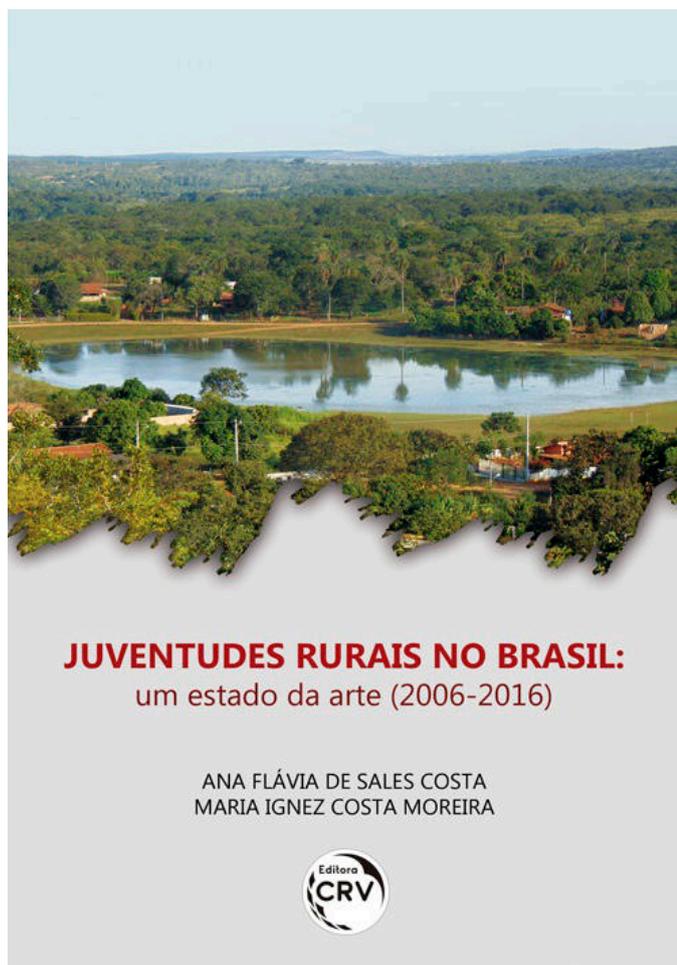
E-mail: coeli.machado@yahoo.com.br

Juventudes Rurais no Brasil: um estado da arte (2006-2016), de Ana Flávia de Sales Costa e Maria Ignez Costa Moreira.

RESENHA POR

Michele Castro Caldeira

Mapear para conhecer e (re)pensar: a produção acadêmica sobre as juventudes rurais no Brasil



Mapear a produção acadêmica sobre determinada temática é um dos passos iniciais no processo reflexivo de construção de saberes, seja qual for a área de conhecimento. Essa foi a proposta das autoras Ana Flávia de Sales Costa e Maria Ignez Costa Moreira ao produzirem o livro *Juventudes Rurais no Brasil: um estado da arte (2006-2016)*, no qual dedicaram-se à análise de publicações científicas sobre a temática das juventudes rurais, entre os anos de 2006 e 2016. Uma obra que se propõe a contribuir com outros pesquisadores que se interessam pela temática e que nela encontram um panorama substantivo que se propõe a funcionar como um bom ponto de partida, identificando-se com os trabalhos de Weisheimer (2005); Castro e outros (2009); Sposito (2009) e Stengel e Dayrell (2014).

As autoras apresentam no livro os resultados desse levantamento realizado a partir das publicações disponíveis na rede mundial de computadores, ou seja, na internet. Foram

incluídos nesse mapeamento teses, dissertações e artigos científicos, identificados a partir dos descritores “juventude” e “jovem/jovens”, palavras às quais foram associados os termos “rural”, “camponesa”, “agrícola”, “sertaneja”, “assentada” e “quilombola”. As autoras justificam a escolha dessas publicações em específico pelo fato de que por meio delas seria possível conhecer tanto o volume quanto a atualização das pesquisas acadêmicas sobre a temática escolhida, sendo essas registradas e divulgadas por meio de produções avaliadas pelos pares.

O leitor observará que o livro foi organizado da seguinte forma: um prefácio, escrito pela Profa. Sônia Margarida Gomes de Sousa, pesquisadora da área da infância, adolescência e juventudes, filiada Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil, três capítulos – Capítulo 1: Juventudes Rurais, Quilombolas, Camponesas, Sertanejas, Assentadas, Agrícolas; Capítulo 2: O cenário das produções sobre juventudes rurais, realizadas entre os anos de 2006 a 2016; Capítulo 3: Aproximando a Lupa – As Terminologias utilizadas, as estratégias metodológicas e os eixos temáticos; Pós-fácio de autoria da Profa. Maria Ignez Costa Moreira, que integra o Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil. Além desses, encontram-se nos apêndices todas as referências das produções identificadas e analisadas.

É interessante dizer que as próprias autoras sinalizam que o intuito inicial do projeto era o de restringir o mapeamento às produções no campo das ciências humanas e sociais, mas que ao longo das primeiras buscas encontraram trabalhos relevantes em campos aparentemente distantes, como o das ciências agrárias. Após uma análise mais detida desse material, elas perceberam a aproximação desses trabalhos com os das áreas inicialmente pensadas, tanto em termos de abordagem teórica quanto metodológica, e optaram por incluí-los no levantamento. Diante do *corpus* coletado e organizado, as autoras procederam uma análise dos principais temas abordados, categorizando as publicações e tecendo sobre elas algumas considerações.

Nesse percurso analítico as autoras identificaram quatro grandes eixos temáticos, sendo eles: Eixo temático I - juventudes rurais e processos educativos; Eixo temático II - juventudes rurais e processos identitários; Eixo temático III - juventudes rurais e militância e Eixo temático IV - juventudes rurais e migração rural urbana.

De forma sintética, no Eixo temático I sobre as juventudes rurais e processos educativos foram agrupados um número considerável de produções, em que as Escolas Família Rurais e a Pedagogia da Alternância foram objetos privilegiados de estudo. Observou-se que dizem respeito a pesquisadores interessados em compreender um modelo alternativo à escolarização tradicional, que se mostre mais adequado aos modos de vida no campo. As autoras identificaram uma certa unanimidade na afirmação de que tais práticas e metodologias de ensino são tomadas como estratégias que visam favorecer a permanência dos jovens no meio rural. Nesse grupo também se encontram pesquisas cujo interesse repousa na avaliação sobre o processo de importação de programas e práticas de escolarização do meio urbano para o rural, em que a falta de adaptação à realidade específica do campo acaba por trazer resultados negativos.

Já o segundo eixo temático agrupou estudos em torno das juventudes rurais e processos identitários. A construção da identidade das juventudes que vivem em comunidade com características remanescentes de quilombos traz as marcas da preservação e transmissão dos valores culturais, construídos por meio dos seus antepassados, especialmente no âmbito religioso. Os festejos populares configuram-se como catalizadores na promoção de uma identidade cultural, gerando um processo educativo que se dá na informalidade, bem como o sentimento de pertencimento coletivo. As festas religiosas, as danças, o congado e outras, são canais para o fortalecimento da identidade étnica e do sentimento de pertença. As lutas por reconhecimento foram associadas à construção de uma identidade cultural e de projetos coletivos, ligados às questões da representação política e do direito ao território. Além dessas temáticas as pesquisas ainda abordam os sentimentos ambivalentes vividos pelos jovens que, ao mesmo tempo em que desejam preservar seus traços culturais e identitários, da mesma forma querem se aproximar e compartilhar das experiências dos jovens que vivem nos contextos urbanos, como, por exemplo, o acesso às tecnologias digitais.

No terceiro eixo temático sobre as juventudes rurais e a militância é possível perceber que a formação política é construída na vivência prática de inserção dos jovens nos movimentos sociais e coletivos, como, por exemplo, naqueles que defendem a posse da terra. Além disso, nessa categoria incluem-se pesquisas sobre as relações de desigualdade e preconceito, no âmbito dos movimentos sociais, especialmente no que se refere às relações intergeracionais e de gênero, o que revela a existência de contradições internas.

Por fim, no quarto eixo temático sobre juventudes rurais e migração rural urbana, as autoras reuniram pesquisas que tratam dos processos migratórios dos jovens rurais. A problemática das migrações é transversal a todas as demais, uma vez que a preocupação com a saída dos jovens do meio rural é um ponto de tensionamento marcante nas discussões sobre a educação do campo, sobre os processos identitários e sobre a militância e a transmissão dos legados culturais.

Em consonância com a classificação nesses quatro eixos temáticos levantados, as autoras argumentam que, considerando o conjunto da produção acadêmica brasileira, ainda são poucas as pesquisas que conjugam a juventude e o contexto rural, embora o volume de trabalhos tenha crescido na última década. Em relação aos estudos levantados, elas destacam que há entre eles um denominador comum: o fato de privilegiarem o protagonismo juvenil, pois, em 80% das publicações (teses, dissertações e artigos) os pesquisadores ouviram diretamente o(a) jovem. Para as autoras esse é um importante indicador, pois explicita o posicionamento dos estudiosos que privilegia a pesquisa com os jovens e não sobre os jovens, afirmando, portanto, o lugar de fala dos mesmos.

Nesse sentido, pode-se dizer que o material encontrado nesse projeto trouxe elementos importantes para a reflexão dos pesquisadores interessados pelos jovens que vivem em contextos considerados não urbanos. As autoras revelam um estranhamento em relação à escassez de trabalhos no âmbito da Psicologia, observação esta que deriva da própria formação e localização institucional das mesmas: um Programa de Pós-graduação em Psicologia. Nesse sentido, elas chamam a atenção para os riscos dessa

aparente prevalência do olhar da área para os jovens em contextos urbanos, riscos esses que envolvem tomá-los – os jovens urbanos - como modelo único de juventude, quando é preciso considerar que a juventude não se apresenta no singular, mas no plural.

A partir desse levantamento as autoras seguem argumentando que compreender os jovens e as jovens habitantes das comunidades rurais brasileiras como sujeitos históricos, políticos e cidadãos e cidadãs portadores e portadoras de direitos é condição necessária para construir com eles e elas espaços de participação e organização da vida comunitária no campo, nos quilombos, enfim, no espaço rural. Elas pontuam sobre a necessidade de considerar os jovens como agentes sociais que vivem em relações historicamente situadas, portanto, como (re)produtores de símbolos, sentidos, significados e práticas constituintes e constituídas no mundo social.

Nesse sentido, trata-se de um trabalho que se soma aos esforços dos estudiosos/as e pesquisadores/as brasileiros/as que vêm buscando investigar a juventude em suas diversas configurações e significados. Especificamente sobre esse espaço de fala, para além de uma resenha o que se realiza aqui é um convite à leitura da obra, assim como à produção e sistematização de novos estudos sobre a temática de modo a ampliar, cada vez mais, o conhecimento envolvendo esses jovens e seus territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, E. G. de et al. **Os jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

COSTA, A. F. de; MOREIRA, M. I. Juventudes Rurais no Brasil: um estado da arte (2006-2016). Curitiba: CRV, 2018.

SPOSITO, M. P. (Org.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006).** v. 1. Belo Horizonte: Argymetvm, 2009.

STENGEL, M.; DAYRELL, J. Estado da Arte da Produção Discente de Pós-graduação em Psicologia sobre Adolescência e Juventude. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI2015090212028.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais: mapas dos estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Palavras-chave: juventudes rurais, juventudes quilombolas, juventudes camponesas, juventudes agrícolas, juventudes sertanejas.

DATA DE RECEBIMENTO: 13/02/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 09/03/2019

Michele Castro Caldeira

Psicóloga, mestre em psicologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Especializou-se em Psicanálise nas Instituições de Saúde na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil, obtendo o título de Psicóloga Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia. Doutoranda pela PUC Minas, bolsista CAPES.

E-mail: michelecastrocaldeira@gmail.com

Entre selfies y whatsapps - Oportunidades y riesgos para la infancia y la adolescencia conectada, de Estefanía Jiménez, Maialen Garmendia e Miguel Ángel Casado.

RESENHA POR

Ana Jorge

Crianças e adolescentes conectados em contexto

Estefanía Jiménez, Maialen Garmendia
y Miguel Ángel Casado (coords.)

ENTRE SELFIES Y WHATSAPPS

*Oportunidades y riesgos para
la infancia y la adolescencia conectada*

C O M U N I C A C I Ó N

Edición no venal. © Editorial Gedisa

A área de estudos sobre crianças, jovens e mídia tem vindo não só a crescer no campo dos estudos de comunicação, da educação e da sociologia, mas também a ganhar credibilidade nesses diferentes campos. A utilização dos meios de comunicação por este grupo, que é não só etário, mas sociocultural, mereceu da parte dos académicos um olhar que permitisse ir para além dos discursos públicos divididos entre, por um lado, os alarmistas e pessimistas, que consideram que as mídias, quando aparecem, ameaçam a infância e juventude e, por outro lado, os otimistas e deterministas, que consideram que a adoção e apropriação das mídias pelas gerações mais novas lhes conferirá ganho de poder sobre a sociedade (Buckingham, 2008).

Para a visibilidade da pesquisa sobre crianças, jovens e mídia muito contribuiu a atenção dada à sua relação com os meios emergentes, particularmente os meios digitais. Internacionalmente, a rede de pesquisa *Global*

Kids Online, como derivação da original *UK Children Go Online* e posterior *EU Kids Online*, coordenadas pela acadêmica da *London School of Economics and Political Science*, Sonia Livingstone, afirmou-se como referência nesta área de estudos pela abrangência do campo empírico, mas também pelo desenvolvimento de modelos teóricos e de investigação consistentes, equilibrados e capazes de dialogar com políticas públicas no quadro de mudanças constantes. O modelo de Livingstone e colegas equacionou, numa primeira fase, a experiência de crianças e jovens com as mídias digitais como estando numa dialéctica entre riscos e oportunidades, procurando as condições em que as experiências de risco *online* resultavam ou não em dano, evoluindo para um modelo que inclui um questionamento sobre o resultado dessas experiências em termos de bem-estar e direitos das crianças (Livingstone; Mascheroni; Staksrud, 2015).

O volume *Entre selfies y whatsapps - Oportunidades y riesgos para la infancia y la adolescencia conectada* resulta do trabalho de alguns membros da equipe da Universidade do País Basco envolvida desde o início da rede de pesquisa *EU Kids Online*, e com ampla experiência em pesquisa sobre crianças, jovens e mídia. A coleção em Espanhol, coordenada por Estefanía Jiménez, Maialen Garmedia e Miguel Ángel Casado, oferece 17 capítulos de equipes, na sua maioria da Espanha, mas também de outros países europeus e sul-americanos. De resto, o projeto *Kids Online* foi aplicado, na sua vertente de questionário, no Brasil, Chile e Uruguai e, na vertente de investigação qualitativa, no Peru, Costa Rica, Chile e Colômbia. Alguns desses trabalhos são apresentados por país, e também num capítulo comparativo (Cabello et al.) nesta obra. Portanto, o espaço ibero-americano surge em destaque nesta obra, integrado e em diálogo com outros onde o projeto concebido por Sonia Livingstone foi implementado.

Assim, a importância desta edição em língua espanhola é, desde logo, a de expandir a partilha de conhecimento gerado de forma altamente qualificada, com uma matriz comum – apresentada sobretudo nos primeiros dois capítulos, da própria Sonia Livingstone, e da equipe do País Basco, Garmendia et al. –, mas com formas distintas de investigar a relação de crianças e jovens com as tecnologias de comunicação. Com efeito, há espaço para diferentes problemáticas e enfoques, como o gênero (Tortajada et al.), bem como para diversas áreas e riscos da utilização da internet, como o *ciberbullying* (Rey et al.), o *sexting* (Garmedia e Karrera) e o uso problemático da internet (Rial e Gómez Salgado). Tortajada, Willem e Arauna notam que, no espaço *online*, “não só se geram interações transformadoras mas também se reproduzem as desigualdades (de gênero, de classe social ou estatuto, de etnia etc) que já conhecíamos, talvez com novas formas” (p. 91).

Há igualmente um importante lugar reservado aos temas da mediação (Ponte et al.; Haddon; G. Martínez e Casado). Por exemplo, reportando-se a um estudo sobre o acesso à internet por crianças dos três aos oito anos, em Portugal, Ponte, Castro e Batista identificam três *clusters* de mediação:

mediação implicada, com um elevado grau de participação familiar, diálogo e capacitação para que a criança explore e adquira competências digitais; mediação

intermitente, orientada para a proteção e capacitação, mas com menor intensidade e frequência do que no caso anterior; e mediação descomprometida, marcada por uma baixa frequência ou inclusivamente ausência desta capacitação (p. 61).

Metade das famílias praticavam mediação intermitente, cerca de 26% a implicada, e 22% a descomprometida.

Por sua vez, o tema das competências de letramento digital é também afluído por Cabello et al., e A. Martínez e Senne. Debruçando-se sobre a inclusão digital de crianças e jovens chilenos, Cabello, Claro, Lazcano e Antezana assinalam que as diferentes competências marcam os tipos de uso e estes, as formas de participação. Por isso, é necessário “discutir, de maneira ampla e à escala global, o que se entende por oportunidades e analisar a relação entre usos, competências e benefícios ou resultados tangíveis para crianças e adolescentes” (p. 276).

Por outro lado, é inegável a centralidade dos *smartphones* enquanto dispositivos de acesso à internet (Haddon) e das redes sociais (Tortajada et al.; Garmendia et al.) enquanto plataformas dessa experiência, dada a sua popularidade vincada entre crianças e jovens. O capítulo assinado por Leslie Haddon reporta resultados de estudo quantitativo e qualitativo relacionado com o projeto *Net Children Go Mobile*, que em 2014/15 adotou o modelo do *EU Kids Online* para dar conta da popularidade galopante dos dispositivos móveis entre crianças e jovens. Haddon destaca os riscos específicos em torno dos celulares inteligentes, como os gastos, o tempo de uso, problemas para controlar o uso, controle dos adolescentes através do histórico de navegação ou da localização dos jovens. À semelhança de Tortajada e colegas, o autor britânico sublinha que a relação com os celulares inteligentes se insere numa história do que antes era o uso do celular ou da internet, mas traz também novos riscos e novos desafios.

Um outro dado que ressalta da leitura de *Entre selfies y whatsapps* é o de a coleção combinar capítulos empíricos com outros mais reflexivos e de enquadramento. Sublinhe-se que os capítulos empíricos são bastante consistentes, com revisão de literatura e apresentação de pesquisa empírica sustentada por modelos explicativos, o que acrescenta muito valor para a comunidade científica falante de língua castelhana. Além disso, apresentam-se estudos baseados em métodos quantitativos e qualitativos, com preocupação de discutir face a padrões de outros países. Por sua vez, os capítulos reflexivos trazem à frente do palco alguns temas estruturantes e problematizam a participação e empoderamento (García Jiménez), consumo (Sádaba), educação (Busquet et al.) ou inclusão (Cabello et al.). O cruzamento entre as experiências do digital com outras esferas e instituições da vida de crianças e adolescentes, bem como as suas consequências, positivas e/ou negativas, em termos de concretizar direitos, é, nestes capítulos, particularmente relevante pelo que representam em termos de implicações políticas e recomendações para a pesquisa e para os decisores políticos.

É igualmente importante o elencar de políticas relativas à utilização da internet por crianças, feita por Brian O’Neill, que destaca as diferentes medidas para equilibrar direitos de acesso às oportunidades digitais com direitos de proteção face aos riscos que

o mesmo espaço digital representa para os mais novos. O'Neill destaca em particular que, "de um ponto de vista político, o mais importante é que o bem-estar *online* das crianças seja considerado fundamental" (p. 118). De resto, a ideia de fundamentar as decisões políticas em evidência científica, por um lado, e o enquadramento do acesso por parte de crianças e jovens à internet e às suas oportunidades como um direito, por outro, perpassam os capítulos de Sonia Livingstone e Brian O'Neill.

Esta obra constitui, assim, uma importantíssima contribuição para os estudos sobre a relação de crianças e jovens, e suas famílias, com os meios digitais, numa perspectiva internacional e comparada, engajada com os direitos de crianças e jovens pelo mundo afora na sua experiência com os meios digitais. Representa igualmente um avanço no conhecimento disponível sobre as desigualdades existentes entre crianças de diferentes regiões e países do mundo e, dentro de cada país, de diferentes classes ou estatutos socioeconómicos, etnias e mesmo idades dentro do espectro da infância e adolescência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCKINGHAM, D. "Introducing Identity": Youth, Identity, and Digital Media. In: BUCKINGHAM, D. (Org.). **The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008. p. 1–24.

JIMÉNEZ, E.; GARMENDIA, M.; CASADO, M. A. (Org.). **Entre selfies y whatsapps - Oportunidades y riesgos para la infancia y la adolescencia conectada**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2018.

LIVINGSTONE, S.; MASCHERONI, G.; STAKSRUD, E. **Developing a framework for researching children's online risks and opportunities in Europe**. Londres: EU Kids Online, 2015.

Palavras-chave: redes sociais, internet, segurança na internet, comparativo, juventude.

DATA DE RECEBIMENTO: 20/02/2019

DATA DE APROVAÇÃO: 20/03/2019

Ana Jorge

Professora Auxiliar Convidada na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, e Investigadora no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura pela mesma universidade. Doutorada e pós-doutorada pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Pesquisa crianças, jovens e mídia, cultura digital e celebridades.

E-mail: anajorge@fch.lisboa.ucp.pt

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de junho a setembro de 2019 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 A Conversa Sobre Gênero na Escola – Aspectos conceituais e político-pedagógico (ISBN 978-85-7854-483-6)**
Autor: Marcos Ribeiro
Editora: Wak Editora, Rio de Janeiro, 284 páginas.
- 2 A Escola do Futuro (ISBN 9788584291656)**
Autores: Marcos Piangers e Gustavo Severo de Borba
Editora: Grupo A educação, Porto Alegre, 132 páginas.
- 3 A Outra Face da Inclusão: Implicações para o Ensino da Escrita (ISBN 978-85-473-2857-3)**
Autora: Vilma Aparecida Gomes
Editora: Appris, Curitiba, 249 páginas.
- 4 A situação juvenil na agricultura familiar (ISBN 978-85-444-3676-9)**
Autor: Nilson Weisheimer
Editora: CRV, Curitiba, 324 páginas.
- 5 Assistência + Afetividade + Arte: Caminhos para a Inclusão (ISBN 978-85-473-3168-9)**
Autor: Lucas Cadore Bramont
Editora: Appris, Curitiba, 91 páginas.
- 6 Bakhtin, Wallon e as linguagens dos bebês (ISBN 9788584801633)**
Autora: Viviane Maria Alessi
Editora: EDUFPR, Curitiba, 142 páginas.
- 7 Contra la escuela. Autoridad, democratización y violencias en el escenario educativo chileno (ISBN 978-956-00-1205-0)**
Autor: Pablo Neut Aguayo
Editora: Lom Ediciones, Santiago, 252 páginas.
- 8 Contribuições para uma educação não violenta (ISBN 978-85-444-3549-6)**
Autora: Luciana Farias
Editora: CRV, Curitiba, 112 páginas.
- 9 Corporeidade e aprendizagem: implicações nas experiências formativas (ISBN 978-85-444-3554-0)**
Autora: Liane Fatima Pasinato Ranzan
Editora: CRV, Curitiba, 118 páginas.

- 10 **Crianças e adolescentes em conexão com a rua: pesquisas e políticas públicas (ISBN 978-85-8006-266-3)**
Autora: Irene Rizzini
Editora: PUC-RIO, Rio de Janeiro, 132 páginas.
- 11 **Cuida bem de mim: teatro, afeto e violência nas escolas (ISBN 978-85-7455-468-6)**
Autor: Ney Wendell
Editora: EDITUS, Ilhéus, 165 páginas.
- 12 **Desde la niñez a la vejez. Nuevos desafíos para la comprensión de la sociología de las edades (ISBN 978-987-723-210-3)**
Organizadoras: Mariana Paredes e Lucía Monteiro
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 382 páginas.
- 13 **Educação e experiência estética: desencantamento do conceito educativo (ISBN 978-85-7897-301-8)**
Autor: Alex Sander da Silva
Editora: Argos, Chapecó, 199 páginas.
- 14 **Educação, Lúdico e Favela – Quantos tiros são necessários para aprendizagem? (ISBN 978-85-7854-475-1)**
Autor: Jonathan Aguiar
Editora: Wak Editora, Rio de Janeiro, 116 páginas.
- 15 **Educação integral em estados brasileiros: trajetória e política (ISBN 978-85-444-3771-1)**
Organizadores: Debora Cristina Jeffrey e Josias Ferreira da Silva
Editora: CRV, Curitiba, 172 páginas.
- 16 **Educación para otro mundo posible (ISBN 978-987-722-416-0)**
Autor: Boaventura de Sousa Santos
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 344 páginas.
- 17 **El derecho a la educación (ISBN 9789974210905)**
Autor: Marcelo Vígo
Editora: Fundación de Cultura Universitaria, Montevideo, 128 páginas.
- 18 **Experiencias de inclusión desde la Educación Especial (ISBN 978-987-538-651-8)**
Organizadora: Gabriela Sanmartín
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 216 páginas.
- 19 **Formação continuada de professores: espaço de integração de diferentes saberes (ISBN 978-85-444-3470-3)**
Organizadoras: Cláudia Cleomar Ximenes, Danúbia Zanotelli Soares, Rita de Cássia Silva Gabriel, Lucimar da Silva e Rozimeire de Paiva Leite de Lima
Editora: CRV, Curitiba, 248 páginas.
- 20 **Didáctica de la lengua y la literatura, políticas educativas y trabajo docente. Problemas metodológicos de la enseñanza (ISBN 978-84-17133-85-6)**
Autora: Carolina Cuesta
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 320 páginas.

- 21 Diversidad cultural en la enseñanza de las ciencias en Colombia (ISBN 9789587659580)**
Autores: Edwin Germán García A., Ruby S. Guerrero Sevillano, Mary Cruz Castro Q, Yovana A. Grajales Fonseca., Martha L. Castillo Rojas e Jesús G. Carabalí Montaña
Editora: Editorial U. Del Valle, Bogotá, 200 páginas.
- 22 Hijos de inmigrantes. El estudiante sanmarquino de Historia (ISBN 9789972466526)**
Autores: Manuel Burga e Carlos Paredes Hernández
Editora: Fondo Editorial, Lima, 320 páginas.
- 23 Imagen y universidad (ISBN 9789502329192)**
Autores: Alicia Entel, Glenn Postolski e Susana Sel
Editora: EUDEBA, Buenos Aires, 192 páginas.
- 24 Inclusão digital na educação: ciborgues, hackers e políticas públicas (ISBN 978-85-444-3578-6)**
Autora: Barbara Coelho Neves
Editora: CRV, Curitiba, 172 páginas.
- 25 Jovens, direitos e território: apagamento, política neoliberal e ética pós-infância (ISBN 9788523009632)**
Autora: Maria Lídia Bueno Fernandes
Editora: Edu – UnB, Brasília, 310 páginas.
- 26 La dimensión desconocida de la infancia (ISBN 978-987-538-655-6)**
Autor: Esteban Levin
Editora: Noveduc, Buenos Aires, 224 páginas.
- 27 La medicalización de la infancia. Florecio Escardó y la nueva pediatría en Buenos Aires (ISBN 978-987-691-728-5)**
Autora: Cecilia Rustoyburu
Editora: Biblos, Buenos Aires.
- 28 La pedagogía Montessori: una introducción al método que revolucionó la enseñanza (ISBN 978-987-629-951-0)**
Autora: Charlotte Poussin
Editora: Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 136 páginas.
- 29 La solidaridad. Otra forma de ser joven en las comunas de Medellín (ISBN 978-958-5503-55-7)**
Autores: Yícel Giraldo Giraldo e Alexander Ruiz Silva
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 146 páginas.
- 30 Lo que puede una escuela. Una construcción sin modelos (ISBN 978-950-9467-98-9)**
Autores: Julián Mónaco e Alejandro Pisera
Editora: Miño y Dávila, Buenos Aires, 252 páginas.
- 31 O Menino que nunca sorriu e outras histórias reais (ISBN 9788554349080)**
Autores: Fabio Barbirato e Gabriela Dias
Editora: Mauad, Rio de Janeiro, 144 páginas.

- 32 Planejamento educacional: uma abordagem político-pedagógica em tempos de incertezas (ISBN 978-85-444-3670-7)**
Autora: Ilma Passos Alencastro Veiga
Editora: CRV, Curitiba, 124 páginas.
- 33 Políticas e Práticas Educacionais (ISBN 9788546213559)**
Autora: Maria Eurácia Barreto de Andrade
Editora: Paco Editorial, Jundiaí, 404 páginas.
- 34 Políticas públicas educacionais e a mercantilização da educação no Brasil (ISBN 978-85-444-3493-2)**
Organizadoras: Ana Paula Brito, Cassio Vale e Leila Sousa
Editora: CRV, Curitiba, 126 páginas.
- 35 Promoção da alimentação saudável nas escolas: ideias e ações que conjugam educação, saúde e justiça social (ISBN 978-85-425-0854-3)**
Organizadoras: Vera Lucia Xavier Pinto, Michelle Medeiros e Ingrid Wilza Leal Bezerra
Editora: EDUFRRN, Natal, 277 páginas.
- 36 Reflexões Críticas sobre Pesquisa, Educação e Trabalho (ISBN 978-85-473-2682-1)**
Autoras: Branca Maria de Meneses e Rejane de Aquino Souza
Editora: Appris, Curitiba, 181 páginas.
- 37 Reformulación filosófica de la universidad (ISBN 978-987-691-732-2)**
Autor: Jorge E. Saltor
Editora: Biblos, Buenos Aires, 206 páginas.
- 38 Tecnologias Educacionais e Comunicacionais: Problemáticas Contemporâneas (ISBN 978-85-473-3274-7)**
Autores: Wesley Kozlik Silva e Graziella Medeiros Guadagnini
Editora: Appris, Curitiba, 233 páginas.
- 39 Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil (ISBN 978-85-7652-238-6)**
Autoras: Maria Teresa Gonzaga Alves e Flavia Pereira Xavier
Editora: UNESCO, Brasília, 122 páginas.
- 40 ¿Quién controla el futuro de la educación? (ISBN 978-987-629-928-2)**
Autor: Axel Rivas
Editora: Siglo XXI Editores, Buenos Aires, 256 páginas.
- 41 Vivências e práticas da educação infantil no município de Osório: um olhar encantador sobre o desenvolvimento das crianças (ISBN 978-85-444-3645-5)**
Organizadoras: Aline Silva De Bona e Letícia Pereira Rosa
Editora: CRV, Curitiba, 138 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ, seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza e a adequação do texto.
3. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc externos ao corpo editorial, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. Em casos de controvérsia entre os dois pareceristas, um terceiro será consultado. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
4. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
5. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
6. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
7. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
8. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorio-nacional-de-los-derechos-del-nino-y-del-adolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. Citações e notas.

- As citações indiretas de autores, no corpo do texto, devem seguir a forma: Autor (data)ou (Autor, data). Exemplos:

Segundo Cordeiro (2008)...

(Lima, 1999)

(Torres; Castro, 2009)

(Castro; Correa, 2005; Cordeiro, 2008).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
 - Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, com a indicação: (Autor, ano, p.).
 - As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto.
 - As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).
9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverá ser utilizado itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos desta seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados tanto para especialistas como para o público mais amplo, e neste sentido, os/as autores/as deverão privilegiar a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de quatro mil a cinco mil e quinhentas palavras (incluindo resumo e referências).
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, o resumo, título e palavras-chave em inglês serão solicitados aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter entre duas mil a cinco mil palavras, e se enviadas também em vídeo, esse deverá ter no máximo quarenta minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
6. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, o resumo, título e palavras-chave em inglês serão solicitados aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no site da DESIDADES, no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
www.desidades.ufrj.br
desidades@protonmail.com**

DESIDADES

*Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude*

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
www.desidades.ufrj.br
desidades@protonmail.com

